



Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

A  
S  
J  
L  
H

## Relatório e Contas

2014



Março de 2015

## INDICE

<b>I. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>II. APRESENTAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR .....</b>	<b>7</b>
Enquadramento na região.....	12
<b>III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.....</b>	<b>15</b>
Objectivos de gestão .....	15
Gestão do risco financeiro .....	15
Evolução do prazo médio de pagamentos .....	16
Divulgação dos atrasos nos pagamentos .....	17
Deveres especiais de informação.....	17
Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2013.....	17
Das remunerações.....	19
Dos órgãos sociais .....	19
Do Fiscal Único .....	23
Dos restantes colaboradores.....	23
Da contratação pública .....	23
Da adesão ao sistema nacional de compras públicas .....	24
Do cumprimento do plano de redução de custos.....	24
Redução do número de efectivos e cargos dirigentes .....	26
Do princípio da unidade de tesouraria do estado.....	26
Princípios relativos à divulgação de informação.....	26
Cumprimento das orientações legais.....	27
<b>IV. ATIVIDADE GLOBAL EM 2014 .....</b>	<b>29</b>
Movimento assistencial.....	29
Consultas externas .....	32
Internamento .....	33
Actividade cirúrgica .....	34
Hospital de dia.....	35
Urgência .....	36
Atividade do Gabinete do Cidadão .....	37
Evolução dos indicadores de recursos humanos .....	42



Formação.....	45
Qualidade .....	47
Avaliação da satisfação dos utentes .....	48
Avaliação da Satisfação dos Colaboradores.....	52
Sistemas de Informação .....	53
Evolução da situação económico-financeira.....	56
Proveitos operacionais .....	57
Prestações de serviços por entidade financeira responsável .....	58
Custos operacionais .....	59
Situação Financeira e Patrimonial.....	64
<b>V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>66</b>
<b>VI. PRINCIPAIS ACTIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2014 .....</b>	<b>67</b>
<b>VII. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2015 .....</b>	<b>69</b>
Estratégia para 2015 .....	69
Atividade assistencial prevista para 2015 .....	69
<b>VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>71</b>
Balanço .....	72
Demonstração de Resultados por Natureza .....	75
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	77
Mapa dos Fluxos Financeiros .....	79
Mapas de Controlo Orçamental.....	81
<b>IX. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>86</b>
<b>X. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....</b>	<b>118</b>
<b>XI. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....</b>	<b>119</b>

## Indice de Figuras

Figura 1: Lotação Praticada atual .....	9
Figura 2: População residente (2013) .....	12
Figura 3: Envelhecimento da população .....	13
Figura 4: Índice de longevidade .....	14
Figura 5: Taxa de natalidade .....	14
Figura 6: Taxa média anual de financiamento .....	16
Figura 7: Redução de custos.....	25
Figura 8: Redução de efetivos e cargos dirigentes.....	26
Figura 9:Divulgar informação .....	27
Figura 10: Orientações legais .....	28
Figura 11: Produção Total e SNS .....	31
Figura 12: Atividade de Consulta Externa .....	32
Figura 13: Consulta Externa/Especialidades .....	33
Figura 14: Internamento – Doentes Saídos.....	34
Figura 15: Atividade Cirúrgica .....	34
Figura 16: Cir. Ambulatória/Especialidade .....	35
Figura 17: Hospital de Dia .....	35
Figura 18: Urgência .....	36
Figura 19: Urgência por local .....	36
Figura 20: Nº Exposições por Tipologia – Ano 2014.....	38
Figura 21: Reclamações por assunto/problema .....	39
Figura 22: Reclamações por áreas/serviços visados .....	41
Figura 23: Reclamações por Grupo Profissional.....	42
Figura 24 – Evolução de RHs .....	42
Figura 25: Estrutura etária Pessoal Médico .....	43
Figura 26: RHs por categoria .....	43
Figura 27: RHs por natureza de vínculo .....	43
Figura 28: Absentismo.....	44
Figura 29: Motivos ausência.....	44
Figura 30: Cursos ministrados .....	46
Figura 31: Nº de Profissionais em Formação .....	46
Figura 32: Volume de formação(horas) .....	46
Figura 33: Situação Económico-Financeira .....	56
Figura 34: Proveitos por Entidade Financeira .....	58
Figura 35: Medicamentos consumidos por grupo terapêutico.....	61
Figura 36: Custos com pessoal .....	63
Figura 37: Fundos Próprios e Passivo .....	64
Figura 38: Indicadores económico-financeiros .....	65
Figura 39: Investimento realizado .....	68
Figura 40: Fontes de financiamento.....	68
Figura 41: Atividade assistencial prevista em 2015 .....	70

## I. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O exercício económico, que terminou em 31 de Dezembro de 2014, foi marcado, entre outras coisas, pela alteração na constituição do Conselho de Administração. A ausência de quórum para realizar reuniões de Conselho de Administração verificada entre março e junho, com a saída de três elementos, comprometeu a nomeação dos diretores de serviço e consequentemente a contratualização com os serviços. Ainda assim, apesar das contingências, foi possível nomear a maior parte dos diretores/coordenadores de serviços clínicos e de gestão e apoio geral ainda no decorrer do exercício de 2014.

O PE 2013\_2015 foi modificado, através de Adenda, em Março de 2014, considerando que o Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE (CHMA, EPE) apresentava uma desadequada estrutura de gastos ao sistema de preços praticado, verificável através de uma situação económica e financeira desequilibrada. Foi preciso tomar medidas que visassem, a um tempo, prevenir a acumulação de novos pagamentos em atraso sem comprometer a atividade principal, isto é, garantindo bons níveis de acesso e a efetividade e qualidade dos cuidados prestados à população. A Adenda ao acordo modificativo de 2014, integrado no Contrato-Programa celebrado para o triénio 2013-2015, visou adequar a estrutura de gastos ao sistema de preços praticado, condição para a obtenção de ganhos de eficiência e produtividade de modo a garantir a sustentabilidade a médio e longo prazo do CHMA.

A atividade desenvolvida em 2014 caracterizou-se pela necessidade em conciliar a contenção de despesa iniciada em anos anteriores, designadamente com a elaboração do primeiro Plano de Contenção de Despesa em 2010, e as subsequentes reformulações em anos seguintes e no ano económico agora terminado.

Contudo a execução do orçamento do CHMA, conheceu dificuldades acrescidas resultantes do Acórdão do Tribunal Constitucional relativamente à obrigação de assumir o pagamento do total dos vencimentos entre Junho e Setembro e a aplicação de uma tabela de cortes salariais a partir de Setembro, em termos diferentes do previsto na LOE para 2014.

Também ao nível dos serviços prestados ocorreram alterações significativas, não só no âmbito da aplicação da nova tabela de preços pelas instituições integradas no SNS, mas sobretudo pela nova metodologia para definição de preços e fixação de objectivos no âmbito do Contrato Programa 2013-2015. Destas alterações ressaltam, a definição de um preço único para a atividade agrupada em GDH e atualização do índice de case-mix através da nova versão do agrupador AP 27 e o reagrupamento dos hospitais para a linha de atividade consulta externa, com forte penalização para a produção do CHMA.

Face a estes constrangimentos, aparece reforçada a necessidade de dar continuidade às exigências de rigor e de procura da melhoria da eficiência, com reforço de medidas de controlo sobre a despesa. Destacam-se, aqui, o controlo exigente das despesas com medicamentos, das despesas com MCDT e das despesas com

recursos humanos. Em resultado, numa análise de curto prazo, destacamos uma estabilização dos custos operacionais relativamente a 2013. Também ao nível dos proveitos tivemos de efectuar o alinhamento do financiamento no âmbito do SNS, resultando uma remuneração dos serviços prestados inferior em cerca de 2,24% face a igual registo de 2013, para níveis de atividade globalmente semelhantes

O esforço de consolidação das contas públicas, com reflexo nas contas do CHMA, implicou um natural ajustamento do plano de investimentos, tendo sido efectuadas aquisições pontuais de substituição de equipamentos médico-cirúrgico e outros, bem como pequenas obras de remodelação das instalações.

Ao longo do exercício de 2014, foram inúmeros os pedidos de informação sobre diversas matérias para diferentes Entidades a que os serviços do CHMA, EPE tiveram de dar resposta, designadamente sobre recursos humanos, atividade assistencial, e em matéria contabilística e económico-financeira. Foi dada uma adequada resposta, a que não foi alheio o esforço acrescido, a disponibilidade e o brio profissional, de muitos colaboradores das diferentes áreas de responsabilidade.

O Conselho de Administração

## II. APRESENTAÇÃO DO CENTRO HOSPITALAR

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, possui o número de identificação de pessoa colectiva 508 093 937 e tem sede em Santo Tirso.

O CHMA resulta da fusão dos seguintes hospitais:

- Hospital Conde de São Bento – Unidade de Santo Tirso,
- Hospital S. João de Deus, E.P.E. – Unidade de Vila Nova de Famalicão

A Unidade Hospitalar de Santo Tirso está localizada no Largo Domingos Moreira, e a Unidade Hospitalar de Vila Nova de Famalicão na Rua Cupertino de Miranda.

É uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, e posteriormente revogado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, que define o regime jurídico do sector empresarial do estado.

O CHMA rege-se ainda pelos seus Estatutos, definidos no Decreto-Lei nº 233/2005, republicado pelo Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de Novembro, bem como por toda a legislação emitida pelo Ministério da Saúde sobre prestação de cuidados de saúde e rede de referenciação hospitalar, para o Serviço Nacional de Saúde, designadamente pelo Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de Janeiro, Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e pela Lei nº 48/90, de 2 de Agosto, Lei de Bases da Saúde.

### O CHMA tem como **Missão**

Prestar cuidados de saúde a toda a população, de forma integrada, através de uma rede de serviços de fácil acesso, com uma eficiência técnica e social de elevado nível, que permita a obtenção de ganhos em saúde. Colabora, ainda, no desenvolvimento dos programas de saúde de âmbito regional e ou nacional, promovidos pela tutela ou entidades parceiras.

### Tem como **Visão**

Contribuir para ampliar e melhorar a acessibilidade das pessoas aos seus serviços e otimizar a utilização dos recursos existentes, através de um atendimento de qualidade, em tempo útil, com eficiência e humanidade no quadro dos recursos disponíveis e das capacidades instaladas. Apostar no desenvolvimento de parcerias sinérgicas e articulação com outros serviços de saúde, sociais e de ensino tornando o CHMA, E.P.E. uma instituição de referência nacional e internacional ao nível da prestação de cuidados e da investigação.

O CHMA tem como **Valores**:

- a) **Rigor.** Promover a responsabilidade individual e coletiva na boa prática clínica e na adequada utilização de recursos;
- b) **Transparência na governação.** Privilegiar uma relação personalizada, escutar e dar resposta às preocupações e necessidades e oferecer sempre um serviço humanizado, seguindo elevados padrões de comportamento ético;
- c) **Inovação.** Adotar formas de atuação inovadoras, que promovam serviços mais eficazes, cómodos e rápidos. O mesmo princípio é válido para procedimentos internos que visam melhorar os serviços em rapidez e rigor;
- d) **Qualidade.** Promover o trabalho em equipa, a responsabilidade individual, a iniciativa, a confiança, o nível de serviço e a comunicação, conseguindo assim elevados níveis de participação entre todos. Apostar no desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores, capitalizando todo o conhecimento criado numa importante fonte de informação e diferenciação para todos;
- e) **Responsabilidade Social e Ambiental.** Respeitar o bem-estar e o futuro da comunidade onde estamos inseridos, fomentando um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental;
- f) **Performance.** Alcançar de uma forma continuada os melhores indicadores, com o objetivo de cumprir a nossa missão, garantindo o presente e sustentando o nosso desenvolvimento futuro;
- a) **Equidade. Imparcialidade no tratamento e igualdade no acesso.**

Para satisfazer a sua missão, o CHMA, tem como **Objetivos**:

- g) Prestar cuidados de saúde diferenciados, de qualidade, em tempo adequado, com eficiência e em ambiente humanizado;
- h) Intervir na prevenção da doença;
- i) Constituir-se como entidade de referência na elaboração de padrões para a prestação de cuidados;
- j) Promover o ensino e a formação, como condição para uma prática excelente;
- k) Promover a investigação científica e a investigação em cuidados de saúde;
- l) Prosseguir a melhoria contínua da qualidade;
- m) Promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores através da responsabilização por resultados, instituindo em simultâneo uma política de incentivos à produtividade, ao desempenho e ao mérito;
- n) Otimizar a utilização dos recursos disponíveis;
- o) Desenvolver programas de melhoria da eficiência operacional, tendentes a garantir o equilíbrio económico-financeiro.

A lotação praticada no CHMA, em 1 de Março de 2007 (data da sua constituição), era de 309 camas, das quais 115 na Unidade de Santo Tirso e 194 na Unidade de Vila Nova de Famalicão.

Desde a criação do CHMA a lotação praticada tem vindo a ser reduzida na sequência da concentração de serviços efectuada no âmbito de opções internas e em linha com as opções estratégicas do Ministério da Saúde.

Valências	U.Famalicão	U.Santo Tirso	CHMA
Medicina interna	52	49	101
Cirurgia Geral	45	26	71
Ginecologia	10	0	10
Obstétricia	21	0	21
Ortopedia	17	23	40
Pediatria	19		19
Neonatologia	9		9
Cuidados Intermédio	10		10
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>98</b>	<b>281</b>
<b>Berçário</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>21</b>
<b>S.O.</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>11</b>

Figura 1: Lotação Praticada atual

### Bloco Operatório

A Unidade de Santo Tirso dispõe de quatro Salas de Bloco, sendo uma afecta exclusivamente à cirurgia de ambulatório.

A Unidade de Famalicão está dotada de quatro salas de Bloco Operatório Central, uma afecta exclusivamente ao serviço de urgência.

No que respeita à **Consulta Externa**, a actual oferta por especialidades é a seguinte:

Especialidades Médicas



- Anestesiologia
- Cardiologia
- Cirurgia geral
- Medicina interna
- Obstetrícia
- Ginecologia
- Ortopedia
- Pediatria
- Medicina física e de reabilitação
- Oftalmologia
- Oncologia médica
- Neurologia
- Imuno-hemoterapia
- Pneumologia
- Otorrinolaringologia
- Saúde Mental

Especialidades não Médicas

- Psicologia clínica
- Dietética / Nutrição

Ao nível dos Meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a actual oferta, a seguir identificada, assegura o funcionamento das duas Unidades, com capacidade para vir a prestar serviços ao exterior, para o que se admite a promoção e dinamização da respectiva oferta.

Atualmente o CHMA dispõe da seguinte oferta de meios complementares de diagnóstico e terapêutica:

- Patologia Clínica
- Imagiologia
- Imuno-hemoterapia
- Medicina física e de reabilitação
- Cardiologia
- Oftalmologia
- ORL

- Ginecologia / Obstetrícia
- Neurologia
- Gastrenterologia

Ambas as Unidades Hospitalares dispõem de **Serviço de Urgência**. Médico-cirúrgica na Unidade de Famalicão – nova construção e urgência básica na Unidade de Santo Tirso.

A unidade de Vila Nova de Famalicão dispõe de um Bloco de partos e de um Serviço de Neonatologia.

O CHMA disponibiliza ainda assistência clínica em Hospital de Dia. Existindo serviço de quimioterapia e psiquiatria nas duas unidades hospitalares e imuno-hemoterapia e pediatria na Unidade de Famalicão.



## Enquadramento na região

A área de influência do Centro Hospitalar inclui os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa. Ao nível dos cuidados primários os três Municípios são servidos pelo Agrupamento de Centros de Saúde Ave III - Famalicão e Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso / Trofa.

No concelho da Trofa existe uma Unidade Hospitalar privada e no concelho de Famalicão, na localidade de Riba de Ave, uma Unidade Hospitalar da Misericórdia local.

De acordo com resultados dos censos 2011 a população nacional cresceu em cerca de 2% (206.061) nos últimos dez anos, predominantemente pelo saldo migratório positivo de 188 652, uma vez que o saldo natural (número de nascimentos menos o número de óbitos) contribuiu com apenas 17 409 pessoas para este crescimento. A Região Norte manteve praticamente a população que tinha na última década.

No entanto a população dos três concelhos de influência do CHMA tem vindo a diminuir, entre outros factores, induzida pela quebra na natalidade, pela procura de melhores oportunidades em resposta às elevadas taxas de desemprego da região e também pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico. O saldo natural em 2013 é negativo no concelho de Santo Tirso, e as projecções para 2014 agravam o referido saldo.

A população residente é de cerca de 243.000 habitantes, actualização efectuada em Junho de 2014 pelo INE segundo os Censos de 2011, assim distribuída:

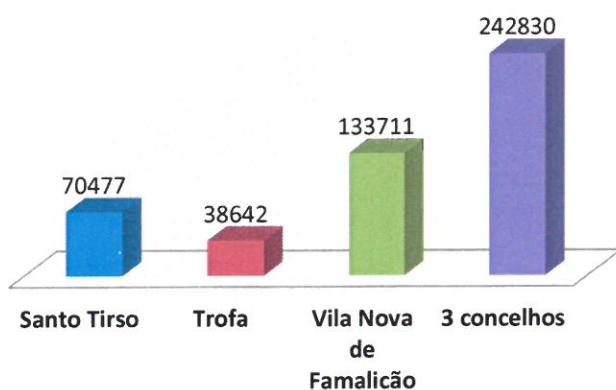


Figura 2: População residente (2013)

Face aos registos de 2013 verificou-se uma diminuição na população dos três concelhos próxima de 1.000 pessoas, sendo o concelho de Santo Tirso o que mais diminuiu em questão de população.



Continua a verificar-se um elevado índice de envelhecimento da população em 2013 tendo-se agravado em cerca de 8%, face ao ano anterior, nos três concelhos, percentagens de crescimento superiores ao crescimento de 4% no país. O concelho de Santo Tirso tem em 2013 um índice superior ao valor nacional, como se observa no gráfico seguinte, elaborado segundo projecção de Indicadores Demográficos do INE para 2013, actualizados em Junho de 2014:

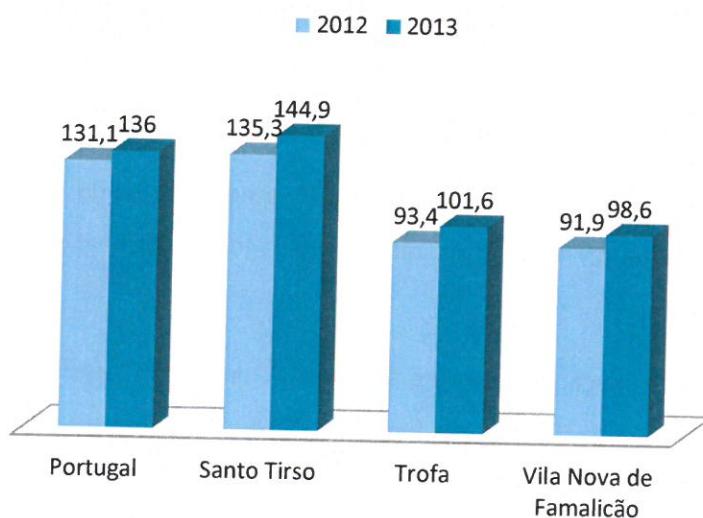


Figura 3: Envelhecimento da população

O índice de envelhecimento relaciona a população idosa e a população jovem, sendo que a nível nacional, em 2012, para cada 131,1 idosos com mais de 65 anos apenas existem 100 jovens com menos de 15 anos. Nos três concelhos de referência do Centro Hospitalar apenas no concelho de Santo Tirso se verifica uma superioridade da população idosa, sendo que nos outros dois concelhos os jovens com menos de 15 anos superam o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Por sua vez o índice de longevidade, que relaciona a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos, tem vindo a crescer nos três concelhos (acompanhando a subida da média nacional) como se observa no gráfico seguinte. Indicadores Demográficos do INE para 2013, actualizados em Junho de 2014:

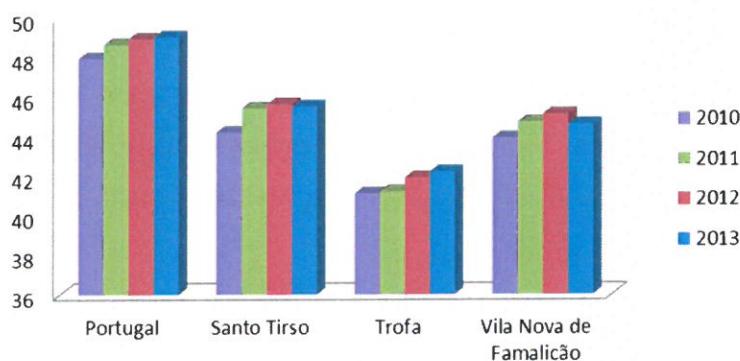


Figura 4: Índice de longevidade

A percentagem de população mais idosa é superior no concelho da Trofa com um crescimento de 1% face ao ano anterior, superior ao crescimento da média nacional (inferior a 1%) e dos restantes concelhos.

Refira-se ainda a evolução decrescente das taxas de natalidade, segundo Indicadores Demográficos do INE para 2013, actualizados em Junho de 2014, observada no quadro seguinte para os três concelhos e país:

Local de residência (NUTS - 2002)	2010	2011	2012	2013
	%o			
Vila Nova de Famalicão	9,1	8,9	7,7	7,4
Santo Tirso	6,9	7,7	6,6	5,7
Trofa	9,2	8,7	8,2	7,3
Portugal	9,6	9,2	8,5	7,9

Taxa bruta de natalidade (%) por Local de residência; Anual - INE, Indicadores Demográficos

Figura 5: Taxa de natalidade

Os valores são inferiores à média nacional nos anos em análise, com evidente afastamento face à referida média no concelho de Santo Tirso.

Verifica-se um crescente envelhecimento da população, com aumento do índice de longevidade e uma diminuição da taxa de natalidade, aumentando deste modo as necessidades em cuidados de saúde e o desafio do Centro Hospitalar na adaptação das suas estruturas e funcionamento para melhor responder à crescente procura de serviços.

### III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

#### Objectivos de gestão

Na elaboração das ferramentas de gestão para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, designadamente o Plano de Desempenho, de suporte ao Contrato Programa 2013\_2015, e o Plano de Actividade e Orçamento, foram consideradas as orientações estratégicas do SEE para 2014, as orientações específicas para o sector da saúde divulgadas no Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento da Saúde, de 09 de agosto 2013, bem como as alterações introduzidas pela LOE 2014 – Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, nomeadamente em termos de disposições aplicáveis ao regime salarial e base de incidência contributiva.

O exercício de 2014 previa uma contenção e racionalização de custos, procurando atingir uma maior eficiência, efectividade e sustentabilidade económico-financeira. Neste sentido, os custos operacionais, designadamente as rubricas de custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos e consumos de materiais, previam uma redução para 2014 de modo a:

- i. garantir um orçamento equilibrado, traduzido num valor de EBITDA obrigatoriamente nulo em 2014;
- ii. atingir uma redução dos custos com trabalho extraordinário, suplementos e FSE (seleccionados), no total de custos com pessoal de pelo menos 17,5%;

Na mesma linha de contenção e racionalização de custos, verificou-se uma alteração face ao modelo de financiamento aplicado em 2013, com redução média em 3,9% na tabela de preços do contrato programa. Tendo a actividade de consulta externa registado uma diminuição de 6,8 p.p., o internamento medido em GDHs médicos reduziu 7,05 p.p., o ambulatório médico baixou 4,43 p.p. e o ambulatório cirúrgico 5,75 p.p. no valor unitário face ao contratado em 2013.

#### Gestão do risco financeiro

Em Dezembro de 2008 foi contraído pelo CHMA um financiamento no âmbito da adesão ao Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde (FASPSNS).

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. %
<b>Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)</b>	13.365.777,40	0,00	-13.365.777,40	-100,00%
...dos quais concedidos pela DGTF				
<b>Aumentos de Capital por dotação</b>	3.300.000,00	3.300.000,00		
<b>Aumentos de Capital por conversão créditos</b>	13.400.000,00	13.400.000,00		
<b>Endividamento Ajustado</b>				

Ao montante de financiamento inicial de 17.102.609,02€ foram efectuadas amortizações assim como um reforço no montante de 1.553.763,06€, em Julho de 2009. O capital em dívida em 31 de Dezembro de 2014 era de 13.365.777,40€. Em de Janeiro de 2014 houve uma conversão do empréstimo obtido no âmbito do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS (FASP) em capital estatutário, no valor de 13.400.000€, pelo que em 31 de Dezembro de 2014 não existe qualquer capital em dívida.

#### Evolução da taxa média anual de financiamento<sup>1</sup>:

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Encargos Financeiros (€)</b>	266.308,64	275.454,35	275.803,31	405,71	0,00
<b>Taxa Média de Financiamento (%)</b>	1,99%	2,06%	2,06%	0,00%	0,00%

Rubricas	2011	2012	2013	2014	Em euros
<b>Juros de Financiamento</b>	275.454,35	275.803,31	405,71	0,00	
<b>Capital em Dívida</b>	13.365.777,40	13.365.777,40	13.365.777,40	0,00	
<b>Taxa média anual de financiamento</b>	2,06%	2,06%	0,00%	0,00%	
Taxa média anual = (Juros ano n / capital em dívida ano n)					

Figura 6: Taxa média anual de financiamento

#### Evolução do prazo médio de pagamentos

Prazo médio de pagamentos a fornecedores calculados nos termos da RCM nº 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009.

2012

	1T 2012	2T 2012	3T 2012	4T 2012
<b>Dividas a fornecedores</b>	16.413.423	17.718.752	6.467.201	3.166.894
<b>Aquisições Trimestrais</b>	4.391.403	3.796.499	3.281.560	5.111.184
<b>PMP Ponderado - Publicação</b>	300	325	312	241

2013

	1T 2013	2T 2013	3T 2013	4T 2013
<b>Dividas a fornecedores</b>	3.309.332	3.940.412	4.300.618	6.487.112
<b>Aquisições Trimestrais</b>	3.603.412	3.636.658	3.104.687	4.805.757
<b>PMP Ponderado - Publicação</b>	162	79	70	99

<sup>1</sup> Nos termos do Despacho de 1 de Novembro da Sra. Secretária de Estado do Tesouro, procedemos à anulação dos juros vencidos e não pagos no âmbito do FASP/SNS

2014

	1T 2014	2T 2014	3T 2014	4T 2014
<b>Dividas a fornecedores</b>	<b>9.063.480</b>	<b>9.856.894</b>	<b>10.772.602</b>	<b>11.569.584</b>
<b>Aquisições Trimestrais</b>	<b>1.572.638</b>	<b>2.060.866</b>	<b>1.825.615</b>	<b>2.232.898</b>
<b>PMP Ponderado - Publicação</b>	<b>125</b>	<b>156</b>	<b>177</b>	<b>194</b>

Evolução 2013/2014

PMP	2013	2014	Var. absol.	Var. %
<b>Prazo (dias)</b>	<b>99</b>	<b>194</b>	<b>95</b>	<b>96,41%</b>

O prazo médio pela antiguidade da dívida era no primeiro trimestre de 2014 de 125 dias e dada a insuficiência de fundos disponíveis foi aumentando paulatinamente até atingir os 194 no encerramento do exercício.

## Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2014 dos pagamentos em atraso, nos termos do Decreto-lei nº 65-A/2011, de 17 de Maio

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
<b>Aq. de Bens e Serviços</b>	<b>3.526.886,64</b>	<b>728.207,27</b>	<b>3.456.067,28</b>	<b>918.182,85</b>	<b>2.830.862,38</b>
<b>Aq. de Capital</b>	<b>50.821,32</b>	<b>16.631,14</b>	<b>37.955,01</b>	<b>1.735,48</b>	<b>2.234,23</b>
<b>Total</b>	<b>3.577.707,96</b>	<b>744.838,41</b>	<b>3.494.022,29</b>	<b>919.918,33</b>	<b>2.833.096,61</b>

## Deveres especiais de informação

Foi reportada informação à DGTF e à IGF, nos termos do nº 1 do Despacho nº 14277/2008, de 23 de Maio, relativos ao exercício de 2014.

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, remetemos Informação desmaterializada, através do SIRIEF, de acompanhamento mensal e outra informação, nomeadamente relatório e contas, certificação legal de contas e relatório e parecer do fiscal único.

## Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2013

A cópia do Despacho de aprovação do relatório de gestão e contas do exercício de 2013 foi recepcionada em 26 de Novembro de 2014. O Conselho de Administração tem vindo a diligenciar sobre o acolhimento das recomendações, nomeadamente:

- 1) Tem vindo a celebrar contratos de utilização de viaturas tendo em vista o cumprimento do nº. 5 do artigo 33º. do Estatuto do Gestor Público;
- 2) Não foi atribuído subsídio de deslocação em viatura própria aos membros do Conselho de Administração a quem foi afeta viatura do Centro Hospitalar;
- 3) O CA desencadeou medidas com vista ao reforço dos sistemas de controlo interno nas rubricas clientes, fornecedores e outros devedores e credores, tendo solicitado ao auditor interno, nos termos da alínea d) do nº. 2 do artº.17º. dos Estatutos do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., elaboração de Relatório, que evidencie as medidas encetadas e os resultados obtidos;
- 4) É assegurado o cumprimento dos Deveres Especiais de Informação, através do envio de informação, de forma desmaterializada, pelo Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF);
- 5) É dado cumprimento ao Despacho nº.438/10-SETF, de 10 de maio, relativo à informação a prestar sobre a contratação pública. No cumprimento da referida orientação têm as adjudicações efectuadas pelo CHMA sido precedidas de justificação da necessidade de contratar. Com o intuito de reforçar o cumprimento das exigências legais no âmbito do Código dos Contratos Públicos, foi criado o serviço de Compras e Património. Este serviço tem como propósito principal a condução de todos os procedimentos de contratação pública e monitorização dos contratos existentes;
- 6) É dado cumprimento ao disposto no nº 3 do artigo 61º. da Lei nº.83-C/2013, de 31 de dezembro relativo aos gastos com despesas com deslocações ajudas de custo e alojamento;
- 7) No âmbito da aplicação do princípio da unidade de tesouraria, artigo 28º. Do Decreto-Lei nº.133/2013, de 3 de outubro, e o artigo 123º. Da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, os quais estabelecem que as entidades que integram o setor empresarial do Estado devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, tem o CHMA vindo a recorrer aos serviços disponibilizados pelo Instituto de Gestão de Tesouraria e de Crédito Público (IGCP). No entanto ainda mantemos uma conta aberta em instituição financeira privada para assegurar o pagamento dos serviços pela utilização da Via Verde e para o depósito de vales do correio. Oportunamente iremos solicitar ao IGCP a activação do pagamento dos serviços pela utilização da via verde através da sua associação ao cartão “Tesouro Português”, por forma a podermos encerrar esta última conta que possuímos na banca privada;

- 8) Foi definido, nos termos dos nº. 3 e 4 do artigo 32º. do Estatuto do Gestor Público o valor máximo global mensal de € 80,00 para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel;
- 9) Foi definido, nos termos dos nº. 3 do artigo 33º. do Estatuto do Gestor Público, o valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço, de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação;
- 10) O subsídio de refeição, é atribuído nos termos do artigo 34º. do Estatuto do Gestor Público, não sendo permitida a atribuição de valor superior ao fixado na Portaria nº.1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº. 1458/2009, de 31 de dezembro, sem prejuízo do disposto no nº.2 do artigo 43º. Da Lei nº.83-C/2013, de 31 de dezembro (OE 2014); e,
- 11) Os Benefícios sociais conferidos aos trabalhadores do Centro Hospitalar, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou Invalidez, são os previstos no artigo 34º do Estatuto do Gestor Público.

## **Das remunerações**

### **Dos órgãos sociais**

Não foi atribuído qualquer prémio de gestão, nos termos do artigo 37º da Lei 66-B/2012. Mantém-se a aplicação da redução de 5% nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, bem como a redução remuneratória nos termos do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 e Lei nº 75/2014 de 12 de setembro.

Nos termos do fixado no Despacho Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde, de 18 de Dezembro de 2013, sobre política de remunerações dos membros do Conselho de Administração do CHMA, a remuneração é apurada de acordo com a metodologia definida nas Resoluções de Conselho de Ministros nº 16/2012, publicada no DR 1ª série, de 14 de Fevereiro, e nº 18/2012 publicada no DR 1ª série de 21 de Fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 Março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2012, de 21 de Novembro, sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de Junho, no art. 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (OE/2014) e no art.2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, bem como de outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas.

2014 (jun a dez)	Presidente Américo Afonso	Dir. Clínico Norberto Nunes	Enfº Dirº Olindina Sá	Vogal Fátima Machado	Vogal José Miguel Paiva
<b>Mandato</b>	I	I	I	I	I
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não)</b>					
<b>Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)</b>	43.896,01 €	42.514,75 €	35.537,64 €	31.603,27 €	32.857,77 €
<b>OPRLO</b>					
<b>Entidade de Origem (Identificar)</b>					
<b>Entidade Pagadora (Origem/Destino)</b>					
1.1 Remuneração Anual	31.922,08 €	36.012,40 €	25.649,95 €	25.542,50 €	22.674,12 €
1.2 Despesas de Representação (Anual)	9.111,76 €	8.358,94 €	8.371,98 €	8.332,31 €	8.371,98 €
1.3 Senhas de presença (Valor Anual)					
1.4 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.590,45 €	2.205,40 €	1.701,12 €	1.693,77 €	1.552,32 €
1.5 Redução decorrente da Lei 83-C/2013	1.835,38 €	1.940,15 €	1.439,96 €	1.439,96 €	1.439,96 €
1.6 Reduções de anos anteriores					
<b>1. Remuneração Anual Efetiva Líquida</b>	37.608,01 €	40.225,79 €	30.880,85 €	30.741,08 €	28.053,82 €
<b>2. Remuneração variável</b>					
<b>3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)</b>					
<b>4. Outras (Identificar)</b>	6.288,00 €	2.288,96 €	4.656,79 €	862,19 €	4.803,95 €
<b>Subsídio de deslocação</b>	5.732,90 €	1.742,40 €	4.088,88 €	298,55 €	4.167,72 €
<b>Subsídio de refeição</b>	555,10 €	546,56 €	567,91 €	563,64 €	636,23 €
<b>Encargos com benefícios sociais</b>					
<b>Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)</b>	5.167,80 €	5.561,22 €	4.222,13 €	4.330,99 €	3.085,90 €
<b>Seguros de saúde</b>					
<b>Seguros de vida</b>					
<b>Seguro de Acidentes Pessoais</b>					
<b>Outros (Indicar)</b>					
<b>Acumulação de Funções de Gestão (SN)</b>					
Entidade (Identificar)					
Remuneração Anual					

Parque Automóvel	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>	I	I	I	I	I
Modalidade de Utilização					
<b>Valor de referência da viatura nova</b>					
<b>Ano Início</b>					
<b>Ano Termo</b>					
<b>Nº prestações(se aplicável)</b>					
<b>Valor residual</b>					
<b>Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço</b>					
<b>Combustível gasto com a viatura(€)</b>				1.115,57 €	
<b>Plafond anual Combustível atribuído(€)</b>				3.392,40 €	
<b>Outros(Portagens/Reparações/Seguro)</b>				738,65 €	
<b>Limite definido conforme Artº 33 do EGP(Sim/Não)</b>					

Outras regalias e compensações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>	I	I	I	I	I
<b>Plafond mensal atribuído em comunicações moveis</b>	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €
<b>Gastos com comunicações moveis</b>	540,34 €	80,72 €	69,16 €	578,24 €	277,29 €
<b>Outras(indicar)</b>					
<b>Limite definido conforme Artº 32 do EGP(Sim/Não)</b>					



2014 (abr a mai)	Presidente Américo Afonso	Vogal Fátima Machado
<b>Mandato</b>	I	I
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não))</b>		
<b>Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)</b>	10.802,46 €	7.525,62 €
<b>OPRLO</b>		
<b>Entidade de Origem (Identificar)</b>		
<b>Entidade Pagadora (Origem/Destino)</b>		
1.1 Remuneração Anual	8.058,00 €	6.447,62 €
1.2 Despesas de Representação (Anual)	2.603,36 €	2.380,66 €
1.3 Senhas de presença (Valor Anual)		
1.4 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	401,46 €	441,42 €
1.5 Redução decorrente da Lei 83-C/2013	1.231,16 €	1.006,42 €
1.6 Reduções de anos anteriores		
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida	9.028,74 €	7.380,44 €
2. Remuneração variável		
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)		
4. Outras (Identificar)	1.773,72 €	145,18 €
<b>Subsídio de deslocação</b>	1.620,00 €	- €
<b>Subsídio de refeição</b>	153,72 €	145,18 €
<b>Encargos com benefícios sociais</b>		
<b>Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)</b>	1.161,60 €	980,28 €
<b>Seguros de saúde</b>		
<b>Seguros de vida</b>		
<b>Seguro de Acidentes Pessoais</b>		
<b>Outros (Indicar)</b>		
<b>Acumulação de Funções de Gestão (SN)</b>		
Entidade (identificar)		
Remuneração Anual		

Parque Automóvel	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>		
<b>Modalidade de Utilização</b>		
<b>Valor de referência da viatura nova</b>		
<b>Ano inicio</b>		
<b>Ano Termo</b>		
<b>Nº prestações(se aplicável)</b>		
<b>Valor residual</b>		
<b>Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço</b>		
<b>Combustível gasto com a viatura(€)</b>		458,17 €
<b>Plafond anual Combustível atribuído(€)</b>		3.392,40 €
<b>Outros(Portagens/Reparações/Seguro)</b>		1.210,78 €
<b>Limite definido conforme Artº 33 do EGP(Sim/Não)</b>		

Outras regalias e compensações	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>	I	I
<b>Plafond mensal atribuído em comunicações moveis</b>	150,00 €	150,00 €
<b>Gastos com comunicações moveis</b>	155,34 €	83,42 €
<b>Outras(indicar)</b>		
<b>Limite definido conforme Artº 32 do EGP(Sim/Não)</b>		

2014 (jan a mar)	Presidente Américo Afonso	Dir. Clínica Helena Rodrigues	Enfº Dir Serafim Rebelo	Vogal Fátima Machado	Vogal Luís Costa
<b>Mandato</b>	I	I	I	I	I
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não)</b>					
<b>Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)</b>	16.203,29 €	43.433,04 €	26.717,59 €	11.182,21 €	17.518,14 €
<b>OPLO</b>					
<b>Entidade de Origem (Identificar)</b>					
<b>Entidade Pagadora (Origem/Destino)</b>					
1.1 Remuneração Anual	12.087,00 €	47.740,51 €	22.863,78 €	9.671,43 €	14.670,27 €
1.2 Despesas de Representação (Anual)	3.905,04 €	3.570,99 €	3.570,99 €	3.570,99 €	4.761,32 €
1.3 Senhas de presença (Valor Anual)					
1.4 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	602,19 €	987,53 €	662,13 €	662,13 €	637,33 €
1.5 Redução decorrente da Lei 83-C/2013	1.846,74 €	4.003,42 €	2.543,33 €	1.648,97 €	2.052,93 €
1.6 Reduções de anos anteriores		3.431,76 €			602,06 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida	13.543,11 €	42.888,79 €	23.229,31 €	10.931,32 €	16.139,27 €
2. Remuneração variável					
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4. Outras (Identificar)	2.660,18 €	544,25 €	3.488,28 €	250,89 €	1.378,87 €
<b>Subsídio de deslocação</b>	2.395,44 €	292,32 €	3.232,08 €	41,66 €	1.323,36 €
<b>Subsídio de refeição</b>	264,74 €	251,93 €	256,20 €	209,23 €	55,51 €
<b>Encargos com benefícios sociais</b>					
<b>Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)</b>	1.742,40 €	3.913,09 €	2.455,76 €	1.455,10 €	1.816,54 €
<b>Seguros de saúde</b>					
<b>Seguros de vida</b>					
<b>Seguro de Acidentes Pessoais</b>					
<b>Outros (Indicar)</b>					
<b>Acumulação de Funções de Gestão (SN)</b>					
Entidade (Identificar)					
Remuneração Anual					

Parque Automóvel	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>					
Modalidade de Utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano inicio					
Ano Termo					
Nº prestações(se aplicável)					
Valor residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço:					
Combustível gasto com a viatura(€)				432,59 €	
Plafond anual Combustível atribuído(€)				3.392,40 €	
Outros(Portagens/Reparações/Seguro)				172,41 €	
Limite definido conforme Artº 33 do EGP(Sim/Não)					

Outras regalias e compensações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>	I	I	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações moveis:	150,00 €	150,00 €	150,00 €	150,00 €	150,00 €
<b>Gastos com comunicações moveis</b>	196,22 €	102,79 €	157,37 €	129,53 €	347,07 €
<b>Outras(indicar)</b>					
<b>Limite definido conforme Artº 32 do EGP(Sim/Não)</b>					

Gastos c/ deslocações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
<b>Mandato</b>	I	I	I	I	I
<b>Custo total anual c/viagens</b>					
<b>Custos anuais com alojamento</b>					
<b>Ajudas de custo</b>					
<b>Outras(indicar)</b>					



### Do Fiscal Único

Foi aplicada a redução remuneratória nos termos da Lei 83-C/2013.

Fiscal Único - Dr. Jorge Rui Reis de Pinho, ROC nº 452, nomeado por Despacho do SETF de 17 de Maio de 2013 sendo a remuneração anual ilíquida a constante no contrato de prestação de serviços, com o limite de 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração do CHMA de acordo com o estabelecido nos artigos 59º e 60º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

ROC	2012	2013 Jan - Jun	2013 Jul - Dez	Unid: €	
				2013	2014
<b>Remuneração anual auferida</b>	<b>11.157,24</b>	<b>6.053,25</b>	<b>6.527,88</b>	<b>12.581,14</b>	<b>13.055,75</b>
<b>Redução remuneratória *</b>	<b>1.503,76</b>	<b>998,58</b>	<b>652,80</b>	<b>1.651,38</b>	<b>1.305,58</b>
<b>Remuneração anual efectiva</b>	<b>9.653,48</b>	<b>5.054,67</b>	<b>5.875,08</b>	<b>10.929,76</b>	<b>11.750,18</b>

\* Decorrente da Lei 55-A/2010, Lei 64-B/2011, Lei 66-B/2012 ou Lei 83-C/2013, conforme aplicável

### Dos restantes colaboradores

Foi aplicada a redução das remunerações dos colaboradores, em conformidade com o artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, do acórdão nº 413/2014 do Tribunal Constitucional (Dr 1ª série, nº 121 de 26 de Junho) e artigo 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de Setembro. Foi também aplicado o previsto no artigo 45º da Lei nº 83-C/2013 relativo a remuneração de trabalho extraordinário.

### Da contratação pública

No ano de 2014, foram realizados pelo Serviço de Compras e Património diversos procedimentos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

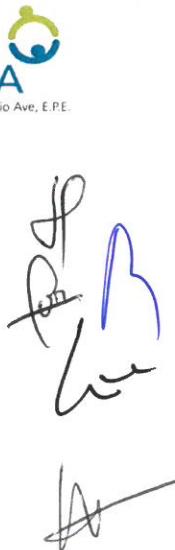
Optou o Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE por realizar várias tipologias procedimentais, consoante se entenderam mais adequadas a cada processo de aquisição, ou por imposição legal decorrente do diploma legal mencionado.

Assim, nos termos definidos no art.º 16.º do Código dos Contratos Públicos, foram realizados no ano de 2014 procedimentos por ajuste direto, concurso público, bem como ao abrigo de acordos quadro.

Prevê-se como resultado desses procedimentos uma diminuição dos valores a pagar pela aquisição de alguns bens e serviços, traduzindo-se a realização dos procedimentos numa mais-valia para o Centro Hospitalar.

## **Da adesão ao sistema nacional de compras públicas**

Em Outubro de 2013 o CHMA aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, na qualidade de entidade compradora voluntária, através dos acordos quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.



## **Do cumprimento do plano de redução de custos**

O plano de redução de custos para 2011 foi elaborado conforme Despacho nº 155/2011-MEF, de 28 de Abril, e foi ajustado para 2012 e 2013. Relativamente a custos com o pessoal não foi cumprido o objectivo de redução em virtude de ter sido efectuado o reconhecimento, não previsto no orçamento que acompanhou o Contrato Programa, do subsídio de férias e encargos sobre remunerações a pagar em 2014, em acolhimento do acórdão 187/2013 do Tribunal Constitucional e determinação da ACSS através da circular normativa nº 15/2013. Contudo foi cumprido o objectivo de redução em 20% no custo com trabalho extraordinário, nos termos do Despacho nº 50771/2013.

As despesas com comunicações foram renegociadas, resultando uma redução superior a 50% face aos consumos com comunicações em 2010, bem como a contenção nas despesas com deslocações e estadas fez variar o respectivo encargo para um valor próximo de 30% do suportado em 2010. Apenas nas despesas com ajudas de custo não foi observado o objectivo de redução em 50%, porém para 2014, quando comparado com 2010 já se verifica uma redução de 19,3%. Contudo o volume de negócios caiu significativamente nos últimos quatro anos, apesar dos valores de produção em 2014 estarem em linha com os registos de 2010. Foram muito significativas as reduções nos preços unitários da produção SNS contratualizada, em resultado da aplicação de novas metodologias de definição de preços, designadamente nos últimos anos.

PRC	Meta	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
							2014/2013	2014/2010		
CMVMC		<b>7.587.911,08</b>	<b>7.508.191,59</b>	<b>8.381.614,33</b>	<b>8.611.962,79</b>	<b>9.289.279,54</b>	<b>79.719,49</b>	<b>1,06%</b>	<b>-1.701.368,46</b>	<b>-18,32%</b>
FSE		<b>8.757.634,60</b>	<b>8.351.084,97</b>	<b>8.959.179,50</b>	<b>9.304.138,62</b>	<b>10.436.777,85</b>	<b>406.549,63</b>	<b>4,87%</b>	<b>-1.679.143,25</b>	<b>-16,09%</b>
Deslocações/Estadas	em linha com 2013	<b>4.931,32</b>	<b>3.928,22</b>	<b>7.531,67</b>	<b>12.348,52</b>	<b>13.578,67</b>	<b>1.003,10</b>	<b>25,54%</b>	<b>-8.647,35</b>	<b>-63,68%</b>
Ajudas de custo	em linha com 2013	<b>31.793,59</b>	<b>38.868,45</b>	<b>45.740,13</b>	<b>43.536,65</b>	<b>39.394,98</b>	<b>-7.074,86</b>	<b>-18,20%</b>	<b>-7.601,39</b>	<b>-19,30%</b>
comunicações	em linha com 2013	<b>74.077,75</b>	<b>82.534,38</b>	<b>114.663,73</b>	<b>158.938,35</b>	<b>181.654,63</b>	<b>-8.456,63</b>	<b>-10,25%</b>	<b>-107.576,88</b>	<b>-59,22%</b>
Gastos com o pessoal		<b>30.497.200,04</b>	<b>30.729.425,81</b>	<b>30.533.889,59</b>	<b>31.452.765,49</b>	<b>34.538.413,33</b>	<b>-232.225,77</b>	<b>-0,76%</b>	<b>-4.041.213,29</b>	<b>-11,70%</b>
Total		<b>46.842.745,72</b>	<b>46.588.702,37</b>	<b>47.874.683,42</b>	<b>49.368.866,90</b>	<b>54.264.470,72</b>	<b>239.514,96</b>	<b>0,51%</b>	<b>-7.421.725,00</b>	<b>-13,68%</b>
Volume de negócios		<b>38.939.922,12</b>	<b>40.626.291,90</b>	<b>45.393.916,98</b>	<b>48.665.910,82</b>	<b>52.519.120,94</b>	<b>-1.686.369,78</b>	<b>-4,15%</b>	<b>-13.579.198,82</b>	<b>-25,86%</b>
Peso dos Gastos/VN		120,29%	114,68%	105,46%	101,44%	103,32%				
Número RH	-3% face 2012					n.a			n.a	n.a
N.º Efetivos		<b>1053</b>	<b>1109</b>	<b>1143</b>	<b>1120</b>	n.a	<b>-56,00</b>	<b>-5,05%</b>	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção		11	11	12	12	n.a	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	n.a	n.a
N.º Efetivos/Cargos Direção										
Viaturas										
N.º de viaturas		6	7	n.a	n.a	n.a	<b>-1,00</b>	<b>-14,29%</b>	n.a	n.a
Gastos com as viaturas		<b>38.963,90</b>	<b>41.025,69</b>	n.a	n.a	n.a	<b>-2.061,79</b>	<b>-5,03%</b>	n.a	n.a

Figura 7: Redução de custos

## Redução do número de efectivos e cargos dirigentes

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Gastos com pessoal (€)</b>	34.538.413,33	31.452.765,49	30.633.889,59	30.729.425,81	30.497.200,04
<b>Gastos com Órgãos Sociais (€)</b>	432.788,24	391.450,91	349.129,37	328.777,85	385.039,18
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	9.253,06	37.506,62	32.888,12	30.334,31	39.599,45
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Gastos com dirigentes sem O.S (€)</b>	215.135,52	212.033,29	221.239,83	251.876,23	185.543,64
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	18.790,26	19.536,77	20.808,29	9.818,98
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Gastos com Efectivos sem O.S e sem Dirigentes (€)</b>	33.882.696,21	30.839.541,07	30.063.116,09	30.147.255,99	29.852.799,13
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	1.332.565,49	1.295.414,33	1.185.921,13	1.064.713,05
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Rescisões / Indemnizações (€)</b>	7.793,36	9.740,22	404,30	1.515,74	73.818,09
Designação	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Nº Total RH (O.S + Dirigentes + Efectivos) *</b>	1.107,00	1.120,00	1.143,00	1.109,00	1.053,00
<b>Nº Órgãos Sociais (O.S.9 (número) *</b>	6,00	6,00	6,00	5,00	5,00
<b>Nº Dirigentes sem O.S (número) *</b>	4,00	6,00	6,00	6,00	6,00
<b>Nº Efectivos sem O.S e sem Dirigentes (número)</b>	1.097,00	1.108,00	1.131,00	1.098,00	1.042,00

Figura 8: Redução de efetivos e cargos dirigentes

## Do princípio da unidade de tesouraria do estado

Ainda não cumprimos na totalidade o princípio da unidade de tesouraria do estado em virtude de ainda termos uma conta em instituição financeira pertencente ao sector privado para assegurar o pagamento dos serviços pela utilização da Via Verde e o depósito de vales do correio. Oportunamente iremos solicitar ao IGCP a activação do pagamento dos serviços pela utilização da via verde através da sua associação ao cartão “Tesouro Português”, por forma a podermos encerrar esta última conta que possuímos na banca privada.

## Princípios relativos à divulgação de informação

No portal das empresas do SEE ([www.dgtf.pt](http://www.dgtf.pt)) pode ser observada a informação identificada no quadro seguinte:



Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e accionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos órgãos Sociais	S		
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras transações			
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de ética	S		

**Figura 9:Divulgar informação**

## Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
<b>Objectivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento</b> Reducir custos com pessoal no montante de 728 768,00 €	-	232.225,77 €	Pág. 15 e 24 do R&C
Reducir os custos com FSE em 17,5% face a Objetivo 3 <sup>(a)</sup>			
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S	Taxa média de financiamento	Pág. 15 do R&C
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	Variação, em 2014, do PMP a fornecedores (em dias)	Pág. 16 do R&C financiamento
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	N	Indicar o total de "Arrears" em 31 de Dezembro 2014 (em euros)	Pág. 16 do R&C financiamento
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			Pág. 17 do R&C
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
Recomendação 1		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 2		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 3		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 4		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 5		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 6		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 7		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 8		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 9		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 10		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
Recomendação 11		n.a.	Pág. 17 e seguintes do R&C
<b>Remunerações</b>			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos artº 41º da Lei 83-C/2013	S	Total da Redução remuneratória em 2014	
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	n.a.	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013			
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	encargos globais - rm OS	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias , nos termos do artº 39º da Lei 83-C/2013	S		
<b>Artigo 32º do EGP</b>			
Utilização de cartões de crédito	S		
Reembolso de despesas de representação pessoal	S		
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Dec.Lei 18/2008, de 29 de jan	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	n.a.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	n.a.		
<b>Auditórios do Tribunal de Contas (b)</b>	n.a.		
<b>Parque Automóvel</b>			
Nº de Viaturas	S	Var. em 2014 do nº total de veículos utilizados pela empresa face a 2013	
Gastos com Viaturas	S	Abateu-se 1 viatura	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 83-C/2013)		38.963,40 €	Pág. 25 R&C
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 83-C/2013)			Pág. 25 R&C
Nº de trabalhadores	S	-56 RHs; -5% face a 2013	Pág. 26 R&C
Nº de cargos dirigentes	N	0	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013)</b>	N		Pág. 26 R&C
<b>Disponibilidades Centralizadas no IGCP</b>	N	99,60%	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	

Figura 10: Orientações legais

## IV. ATIVIDADE GLOBAL EM 2014

### Movimento assistencial

No decorrer da actividade de 2014 foi tido em conta um dos objectivos do CHMA que passa pela melhoria dos serviços prestados à população. Assim sendo, foi registada produção acima do previsto nas seguintes linhas de atividade: consultas externas subsequentes, GDH de ambulatório Médicos, nº de protocolo I realizados no âmbito do diagnóstico Pré-natal. Registou-se também aumento de produção no internamento Cirúrgico urgente.

Foi a seguinte a evolução nas diferentes linhas de actividade:

A necessidade de internamento sem Berçário ficou aquém do previsto no Contrato Programa. Neste sentido as altas registam valores aquém 4,93 p.p. do objectivo fixado na Adenda ao CP para o ano 2014. Contudo a totalidade de altas incluindo o Berçário teve um desempenho favorável ficando acima do valor estipulado em 3,03 p.p. A demora média fechou o ano acima do objectivo em 0,45 dias. A taxa de ocupação manteve a tendência dos últimos dois meses, tendo ultrapassado o objectivo em 1,34p.p..

O total de partos fechou o ano a 8,30% do objetivo. A taxa de cesarianas ficou a 0,79 p.p. do objetivo, Face ao período homólogo este indicador apresenta uma melhoria de 6,4%.

A atividade cirúrgica apresenta valores muito abaixo do previsto, tanto na cirurgia convencional como ambulatória, sendo a cirurgia ambulatória a que apresenta maior desvio comparativamente ao previsto para o período -13,77%.

A baixa registada na actividade cirúrgica global deve-se em parte à quebra acentuada das cirurgias adicionais, tendo contribuído em mais de 50% na redução deste tipo de actividade. A diminuição das cirurgias urgentes teve também um peso significativo no total da actividade cirúrgica do CHMA. Neste item foi o serviço de obstetrícia que maior contributo deu. Contudo esta diminuição contribuiu de forma positiva para melhorar a taxa de cesarianas do Centro Hospitalar, que era muito elevada. A diminuição dos efetivos médicos nas especialidades de Cirurgia, Obstetrícia e Ortopedia, por motivos de aposentação e que não tiveram substituição, foi outro factor preponderante na quebra da actividade cirúrgica em 2014. Também colaborou nesta quebra a anulação de um contrato com um prestador externo de Otorrino no valor de 22.000,00€ mensais, que esteve em exercício de funções até final de agosto de 2013.

A estas razões acrescem outras duas:

- 1) Ausência de nomeação do Conselho de Administração entre março e junho que comprometeu a nomeação dos diretores de serviço e consequentemente a contratualização com os serviços.
- 2) Problemas no Bloco Operatório que implicaram a desmarcação de um número significativo de cirurgias. Os equipamentos existentes nos Blocos Operatórios quer de Santo Tirso, quer de Famalicão tem já vários anos de funcionamento, havendo muitas dificuldade na compra de peças que vão avariando, o que prejudica os tempos de resposta às avarias identificadas.

A taxa de ambulatorização teve melhorias com o passar do ano, terminando 2014 apenas a 0,57 p.p. do objectivo.

O desempenho global na consulta externa fechou 2014 a 2,50 p.p. do objectivo. Tendo as consultas externas subsequentes ultrapassado o objectivo em 0,81 p.p.. Em contrapartida o total de primeiras consultas encontra-se aquém 9,76 p.p do contratado.

O peso das 1<sup>as</sup> consultas, no total da atividade da Consulta Externa ficou nos 29,02%, estando em linha com o referido anteriormente, encontrando-se este indicador a 2,33 p.p. do objectivo.

Comparativamente ao previsto no contrato programa, a urgência em 2014 teve uma procura excedentária, quer a urgência que resulta em internamento como toda a restante. Globalmente a atividade da urgência ultrapassou o objetivo em 5,82 p.p..

Na atividade de Hospital de Dia, o CHMA fechou 2014 com uma actividade acima do objectivo em 8,67 p.p..

Nos programas verticais, o protocolo I do Diagnóstico Pré-Natal ficou acima do objectivo em quase 32%.

A comparação da produção contratada com a realizada, em termos de produção total e SNS, pode ser observada no quadro seguinte:

	Contratualizado			Realizado		
	Produção Total	Produção SNS	% Doentes SNS	Produção Total	Produção SNS	% Doentes SNS
<b>Consultas Externas</b>						
<b>Total de Consultas médicas</b>	<b>172.760</b>	<b>170.912</b>	<b>98,93%</b>	<b>168.351</b>	<b>167.651</b>	<b>99,58%</b>
Primeiras Consultas	54.160	53.690	99,13%	48.785	48.508	99,43%
Consultas Subsequentes	118.600	117.222	98,84%	119.566	119.143	99,65%
<b>Internamento</b>						
GDH Médicos	8.844	8.600	97,24%	8.544	8.407	98,40%
GDH Cirúrgicos	4.498	4.390	97,60%	4.051	3.970	98,00%
GDH Cirúrgicos - Programados	2.930	2.850	97,27%	2.459	2.455	99,84%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1.567	1.540	98,28%	1.592	1.515	95,16%
<b>Urgência</b>						
Nº de Urgências (Atendimentos total)	124.220	118.900	95,72%	131.450	125.075	95,15%
Nº de Urgências (s/ Internamento)	115.550	109.750	94,98%	123.001	116.835	94,99%
<b>Nº de Sessões</b>						
Base (Pediatria + Oncologia (s/ quimio)	2.980	2.904	97,45%	2.903	2.902	99,97%
Imuno	620	620	100,00%	619	617	99,68%
Psiquiatria	2.600	2.600	100,00%	3.220	3.220	100,00%
<b>Serviços Domiciliários</b>						
Total de Visitas Domiciliárias	900	900	100,00%	826	825	99,88%
<b>GDH Ambulatório</b>						
GDH Médicos	2.330	2.300	98,71%	2.565	2.565	100,00%
GDH Cirúrgicos	5.071	4.950	97,61%	3.858	3.856	99,95%
<b>Programas de Saúde</b>						
Diagnóstico Pré - Natal - Nº Protocolo I	1.000	1.000	100,00%	1.318	1.311	99,47%
IG até 10 semanas - Nº IG Medic. Amb.	271	240	88,56%	215	215	100,00%
<b>Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade</b>						
Nº Consultas de Apoio da Infertilidade	220	220	100,00%	132	132	100,00%

Figura 11: Produção Total e SNS

### Consultas externas

As consultas médicas conheceram uma evolução muito favorável ao longo dos últimos anos, com um crescimento até 2011, em cerca de 23% face à produção de 2008, e estabilização até 2014.

As primeiras consultas também aumentaram consideravelmente até 2010, em cerca de 36%, com estabilização em 2011 e diminuição de 6,4% em 2012. Em 2013 voltou a ser atingido o nível de produção de 2010, com um crescimento de 7,4% face a 2012. Em 2014 a produção de primeiras consultas teve uma ligeira diminuição de 2,4% em comparação com o período homólogo.

De realçar o peso das primeiras consultas no total de consultas médicas, indicador a evoluir positivamente até 2011 e a cair em 2012 por força do acentuado desvio na especialidade de oftalmologia. Em 2014 este indicador manteve o mesmo comportamento de 2013, tendo o CHMA terminado o ano com o rácio de 29% de 1<sup>as</sup> consultas no total de consultas externas realizadas.

Nas consultas subsequentes também se observa um crescimento até 2012 e acaba por decrescer a partir de 2013. Em 2014 manteve-se a harmonia entre consultas subsequentes e 1<sup>as</sup> consultas médicas. Apesar da diminuição de quase 1,6% em 2014 face a 2013 nas consultas médicas subsequentes, esta linha de actividade ultrapassou a produção prevista no Contrato Programa.

Especialidades	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
<b>Primeiras Consultas</b>	50.666	49.839	46.642	50.087	48.875	-2,42%
<b>Consultas Subsequentes</b>	117.467	122.033	124.825	121.498	119.566	-1,59%
<b>Total de Consultas médicas</b>	<b>168.133</b>	<b>171.872</b>	<b>171.467</b>	<b>171.585</b>	<b>168.441</b>	<b>-1,83%</b>
<b>% primeiras consultas/ Total de consultas</b>	30,13%	29,00%	27,20%	29,19%	29,02%	-0,60%

Figura 12: Atividade de Consulta Externa

Os valores de consultas externas em 2014, por especialidades, podem ser observados no quadro seguinte:



Especialidades	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
Anestesiologia	4.171	4.089	3.153	2.617	2.489	-4,89%
Cardiologia	7.389	7.540	7.869	8.150	7.523	-7,69%
Cirurgia Geral	24.555	24.166	24.222	23.911	21.251	-11,12%
Dor	353	357	388	444	481	8,33%
Ginecologia	14.023	12.375	13.182	13.404	13.711	2,29%
Imuno-hemoterapia	21.705	24.220	24.734	24.835	24.288	-2,20%
Medicina Física e Reabilitação	5.146	4.638	5.057	5.308	5.076	-4,37%
Medicina Interna	16.102	15.174	15.237	14.820	14.541	-1,88%
Nefrologia	474	0	0	0	0	#DIV/0!
Neonatologia	1.138	982	0	0	0	#DIV/0!
Neurologia	2.108	2.729	2.716	2.528	2.799	10,72%
Obstetrícia	4.183	4.903	4.557	4.905	5.451	11,13%
Oftalmologia	10.140	9.804	7.194	6.668	8.446	26,66%
Oncologia Médica	6.901	5.971	5.206	5.234	5.445	4,03%
Ortopedia	17.568	19.606	19.799	19.865	19.133	-3,68%
Otorrinolaringologia	11.105	10.674	9.925	9.765	8.248	-15,54%
Pediatría	8.691	9.512	10.997	10.850	11.083	2,15%
Psiquiatria	8.617	11.911	13.443	14.182	14.442	1,83%
Pneumologia	3.159	2.675	3.220	3.382	3.297	-2,51%
Outras consultas médicas	605	546	569	717	737	2,79%
<b>Total especialidades médicas</b>	<b>168.133</b>	<b>171.872</b>	<b>171.468</b>	<b>171.585</b>	<b>168.441</b>	<b>-1,83%</b>
Psicologia	4.209	4.408	3.896	3.526	3.404	-3,46%
Apoio Nutricional e Dietética	2.160	2.050	2.248	2.181	2.730	25,17%
Outras consultas por pessoal não médico	514	3.248	8.474	9.280	3.275	-64,71%
<b>Total especialidades não médicas</b>	<b>6.883</b>	<b>9.706</b>	<b>14.618</b>	<b>14.987</b>	<b>9.409</b>	<b>-37,22%</b>
<b>Total</b>	<b>175.016</b>	<b>181.578</b>	<b>186.086</b>	<b>186.572</b>	<b>177.850</b>	<b>-4,67%</b>

Figura 13: Consulta Externa/Especialidades

### Internamento

Como já referido, a produção no internamento ficou aquém do contratualizado. Sem incluirmos o berçário, foi registado em desvio de 594 doentes saídos face ao previsto.

O aumento próximo de 2,5% nos dias de internamento conjugado com a variação nos doentes saídos originou um aumento da demora média de internamento para 6,70 dias face ao registado no ano anterior (6,23 dias).

Os doentes com patologias associadas ao avanço da idade, bem como os casos sociais frequentemente verificados são um forte obstáculo na melhoria da Demora Média. Também o aumento do peso da actividade cirúrgica em ambulatório contribui para a realização de cirurgias convencionais de maior complexidade e normalmente de maior demora média.

De igual modo os dados estatísticos anteriormente referidos identificam um agravamento da população idosa e um crescimento do índice de longevidade, o que significa que a população de

referência do CHMA é uma população tendencialmente envelhecida, com necessidade de maiores e mais prolongados cuidados de saúde.

Especialidades	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
<b>Cirurgia Geral</b>	3.421	3.508	3.572	3.494	3.039	-13,02%
<b>Ginecologia</b>	901	995	985	958	864	-9,81%
<b>Medicina Interna</b>	3.527	3.345	3.461	3.537	3.361	-4,98%
<b>Neonatologia</b>	181	233	175	194	228	17,53%
<b>Obstetricia</b>	2.008	2.035	1.799	1.604	1.656	3,24%
<b>Ortopedia</b>	1.631	1.466	1.526	1.555	1.379	-11,32%
<b>Pediatria</b>	884	738	752	756	649	-14,15%
<b>U.Cuidados Intermédios</b>	183	140	155	457	310	-32,17%
<b>Total sem Berçário</b>	<b>12.736</b>	<b>12.460</b>	<b>12.425</b>	<b>12.555</b>	<b>11.486</b>	<b>-32,17%</b>
<b>Berçário</b>	1.499	1.509	1.324	1.123	1.114	-32,17%
<b>Total com Berçário</b>	<b>14.235</b>	<b>13.969</b>	<b>13.749</b>	<b>13.678</b>	<b>12.600</b>	<b>-32,17%</b>

Figura 14: Internamento – Doentes Saídos

#### Actividade cirúrgica

Conforme pode ser observado no quadro abaixo o número de doentes operados no CHMA, que tinham estabilizado nos dois últimos anos, registaram uma queda em 2014.

Também a actividade cirúrgica em ambulatório que cresceu até 2011, estabilizando desde então nos 5.300 doentes/ano, no ano de 2014 sofreu uma diminuição. De realçar o facto de representar cerca de 60,66% da actividade programada, tendo este indicador registado um aumento de 0,26 p.p. comparativamente ao ano anterior.

	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
<b>Doentes Operados</b>	10.636	11.005	10.668	10.370	8.306	-19,90%
<b>Cirurgia Convencional</b>	3.212	3.359	3.521	3.463	2.696	-22,15%
<b>Cirurgia Ambulatória</b>	5.423	5.703	5.324	5.305	4.157	-21,64%
<b>% Cirurgias Ambulatório</b>	<b>62,80%</b>	<b>62,93%</b>	<b>60,19%</b>	<b>60,50%</b>	<b>60,66%</b>	<b>0,26%</b>
<b>Cirurgia Urgente</b>	2.001	1.943	1.823	1.602	1.453	-9,30%

Figura 15: Atividade Cirúrgica

Para este resultado contribuiu significativamente a promoção da cirurgia de ambulatório no CHMA, no aproveitamento das condições de oferta proporcionadas pela entrada em funcionamento em 2008 da nova Unidade de Cirurgia de Ambulatório da Unidade de Santo Tirso e a entrada em funcionamento no início de 2010 de novo espaço de salas de recobro fase 2 e 3 na Unidade de Famalicão.

Tem sido crescente a evolução da actividade cirúrgica em ambulatório, muito próxima de 150% face ao ano de criação do CHMA.

Evolução da actividade cirúrgica em ambulatório, nos últimos três anos, por especialidades:

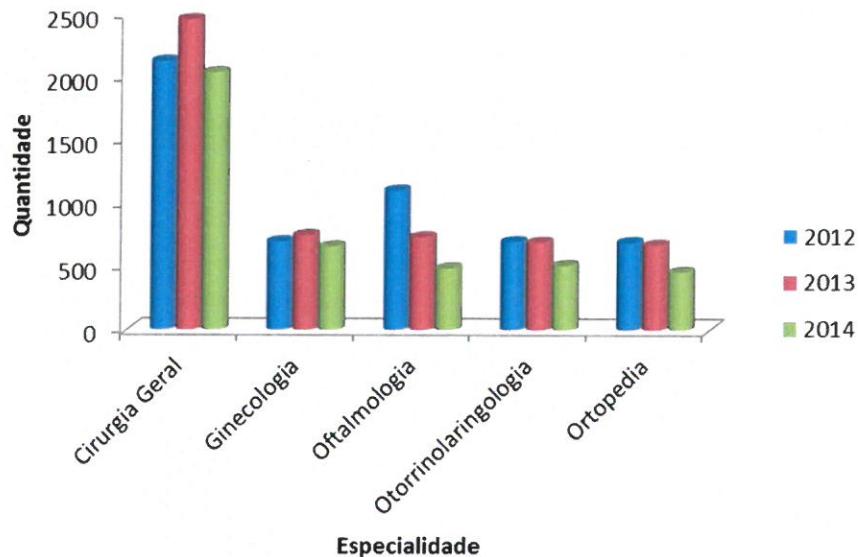


Figura 16: Cir. Ambulatória/Especialidade

#### Hospital de dia

Também as sessões realizadas em hospital de dia têm evoluído de forma crescente, bem como o número de doentes tratados. Depois do significativo crescimento em 2011 no hospital de dia de pediatria e de psiquiatria, diminuiu ligeiramente o número de sessões realizadas em 2012 (apesar de algum crescimento em psiquiatria), tendo estabilizado em 2013 e 2014.

No decorrer do ano de 2014 houve um aumento de 3% no número de sessões. Aumento justificado pelo rigor implementado no registo da actividade realizada por psiquiatria nesta área.

	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
<b>Nº de Sessões</b>	7.697	8.740	6.747	6.521	6.738	3,33%
Imuno	583	571	611	635	619	-2,52%
Pediatria	1.030	1.494	856	588	540	-8,16%
Psiquiatria	1.616	2.435	2.900	2.915	3.216	10,33%
Oncologia (s/quimioterapia)	4.468	4.240	2.380	2.383	2.363	-0,84%
<b>Nº de Doentes</b>	970	1.354	1.293	965	954	-1,14%

Figura 17: Hospital de Dia

### Urgência

A procura pelos serviços de urgência do CHMA manteve-se estável nos últimos dois anos, fruto dos esforços desenvolvidos nos contactos com os Centros de Saúde tendo em vista a sua diminuição. Em 2013 foi atingido o volume de produção de 2011.

Em 2014 houve uma ligeira diminuição dos episódios de urgência face a 2013 (-0,13%). Esta redução ficou aquém do previsto no Contrato Programa, já que foram realizados a mais cerca de 7500 episódios de urgência.

Urgência	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
Nº de Urgências (Atendimentos total)	130.997	131.955	124.319	131.621	131.450	-0,13%
Nº de Urgências (s/ Internamento)	121.989	123.207	115.755	122.881	123.001	0,10%
Urgência/Dia	359	362	341	361	360	-0,13%

Figura 18: Urgência

A evolução observada no quadro seguinte revela um aumento significativo na procura da urgência obstétrica e na urgência pediátrica. Sendo na urgência geral (Médico-cirúrgica e Básica) onde se verifica a redução na procura deste tipo de serviço, em 2014 comparativamente ao período homólogo.

Tipo de Urgência	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2013
Urgência Geral	88.214	95.335	88.731	94.343	91.777	-2,72%
Urgência Obstétrica	5.355	5.196	4.677	4.230	5.528	30,69%
Urgência Pediátrica	37.428	31.424	30.911	33.048	34.145	3,32%
Total Tipos Urgência	130.997	131.955	124.319	131.621	131.450	-0,13%

Figura 19: Urgência por local

## Atividade do Gabinete do Cidadão

O Gabinete do Cidadão do CHMA integra o Serviço de Gestão da Informação da Saúde(SGIS) que tem por missão a protecção dos direitos do utente e dos seus familiares, assim como a integração da sua opinião na organização do Hospital, atenta a especificidade de actuação de cada uma das áreas que integram o SGIS, assim como a concretização da garantia do legítimo acesso aos dados de saúde.



Este Gabinete funciona nas duas Unidades do CHMA, dispondo de espaço para atendimento presencial de utentes e cidadãos em geral. A sua forma de articulação com todos os exponentes acontece seja através das comunicações escritas que são dirigidas ao CHMA, como através dos contactos presenciais, sendo reduzidas a escrito todas as situações apresentadas.



Atendendo à situação de acumulação de exposições que se verificava no Gabinete do Cidadão, foram definidas prioridades para 2014, tendo-se estabelecido as seguintes:

- 1) Actualização urgente das exposições recebidas em 2014;
- 2) Resolução das exposições pendentes 2013 (com e sem audição interna realizada), através de Proposta ao CA de resolução;
- 3) Enquadramento e tipificação das situações extra tipologias aceites pelo SGSR (sugestões, elogios e reclamações);
- 4) Uniformização de práticas e procedimentos entre Unidades (formulários, registos, tipos de resposta, etc);
- 5) Revisão Regulamento Interno do Gabinete do Cidadão.

No quadro das medidas acima elencadas, conseguiu-se atingir a sua maioria. Faltará neste momento proceder à actualização do Regulamento Interno, ao qual está inerente a entrada em vigor do aplicativo de gestão das reclamações da ERS e a submissão dos procedimentos junto do Gabinete da Qualidade.

No que concerne à prioridade nº 1 – actualização das exposições de 2014, na presente data há cerca de 40 exposições pendentes relativas às duas Unidades CHMA, as quais se tem expectativa de concluir brevemente.

Abaixo segue uma apresentação sistematizada das exposições recebidas, conforme dados extraídos do aplicativo Sim-Cidadão relativamente a 2014.



No ano de 2014 foram registadas 926 Exposições, distribuídas entre reclamações, elogios e sugestões, conforme explicitado no quadro seguinte.

Exposições por Tipologia	UF	UST	CHMA
Elogio / Louvor	22	12	34
Por Classificar	1	3	4
Reclamação	702	168	870
Sugestão	6	12	18
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>195</b>	<b>926</b>

Figura 20: Nº Exposições por Tipologia – Ano 2014

De referir ainda que 79% das exposições referem-se à Unidade de Famalicão, onde se situa a Urgência Médico-Cirúrgica, serviço sobre o qual versa grande parte das reclamações, conforme veremos adiante. Esta distribuição das reclamações terá ainda que relação com o movimento assistencial entre as duas Unidades do CHMA.

Da totalidade das exposições recebidas, o grande volume – 870, respeita a reclamações, representando estas 94% do total de exposições.

No que concerne aos assuntos e problemas implicados nas reclamações, no conjunto das reclamações apresentadas, 575 versam sobre a prestação de cuidados, sendo o problema específico do tempo de espera o que reúne maior nº de queixas (497).

Seguidamente são os actos de gestão que merecem reclamação, com 219 exposições. Destas 167 referem-se especificamente às leis e normas vigentes. Logo após surgem as temáticas relacionais com 97 exposições, vocacionadas para problemas inerentes ao atendimento. Por último, com 22 reclamações foram visadas as infra-estruturas, distribuindo-se entre os cuidados hoteleiros e as próprias instalações e equipamentos.

Designação problemas-nível 1	Designação problemas-nível 2	2014		
		UST	UF	CHMA
<b>Actos Administrativos/ Gestão</b>		<b>35</b>	<b>184</b>	<b>219</b>
	Leis/ Regras/ Normas	25	142	167
	Procedimentos	4	37	41
	Sistema de Informação	6	5	11
<b>Infraestruturas/ Amenidades</b>		<b>5</b>	<b>17</b>	<b>22</b>
	Cuidados Hoteleiros	2	8	10
	Instalações e Equipamentos	3	10	13
<b>Prestação de Cuidados de Saúde</b>		<b>120</b>	<b>455</b>	<b>575</b>
	Cuidados Desadequados	18	44	62
	Doente sem Cuidados	7	16	23
	Tempo de Espera para Cuidados	97	400	497
<b>Relacionais/ Comportamentais</b>		<b>14</b>	<b>83</b>	<b>97</b>
	Atendimento	14	83	97
<b>Total</b>		<b>174</b>	<b>739</b>	<b>913</b>

Figura 21: Reclamações por assunto/problema

Quando analisado o conteúdo específico das reclamações, defrontamo-nos com um conjunto muito vasto de causas.

Na Unidade de S. Tirso a causa mais frequente é o tempo de espera para atendimento, com 66 ocorrências e seguidamente as taxas moderadoras com 17 casos.

Também na Unidade de Famalicão a causa principal é o tempo de espera no serviço de Urgência, com 293 exposições, e 75 reclamações sobre outro tempo de espera não atribuível ao serviço de urgência; segue-se as taxas moderadoras com 110 casos, a maioria dos quais relativos à objecção quanto à cobrança de taxa moderadora pelo facto de os utentes terem abandonado o serviço, normalmente por tempo de espera superior ao da prioridade clínica, o que os leva a considerar que não lhes será imputável a respectiva taxa, no pressuposto de que o serviço não lhes foi prestado.

A falta de cortesia e o perfil desadequados são invocados em 84 reclamações. As diferentes ocorrências podem ser observadas nas tabelas seguintes:

Causas UST	2014
Tempo de espera para atendimento	66
Taxas Moderadoras	17
Tempo de espera para consultas de especialidade	12
Tempo de espera para tratamento médico	11
Ausência de substituição de médicos	8
Falta de cortesia	8
Regras inadequadas/inaplicáveis	7
Falta de Qualidade na Assistência	6
Desrespeito no trato interpessoal	3
Falta de informação adequada em tempo útil	3
Má prática	3
Perfil desadequado	3
Alta hospitalar inadequada	2
Demora na emissão do documento médico comprovativo da situação de doença do cidadão	2
Diagnóstico incompleto	2
Falta de Informação aos familiares	2
Falta de manutenção das instalações	2
Falta de Qualidade na Resposta	2
Factos com Relevância Disciplinar	1
Tempo de espera para MCDT	1
Absentismo de pessoal médico	1
Agressão física	1
Alta hospitalar precoce	1
Alteração da marcação de consultas sem aviso prévio	1
Deficiente articulação entre serviços de saúde e bombeiros	1
Deficiente organização do transporte de doentes	1
Demora na Assistência	1
Demora na chegada do profissional "em chamada"	1
Desadequação do horário de funcionamento dos serviços	1
Desadequação do sistema de marcação de consultas	1
Desarticulação da informação entre serviços	1
Diagnóstico errado	1
Dieta inadequada	1
Dificuldade / recusa na emissão de credenciais	1
Escassez de equipamentos	1
Falta de manutenção dos equipamentos	1
Falta de pessoal médico	1
Falta de qualidade da alimentação	1
Negligência	1
Recusa de consulta	1
Recusa de referência para hospital	1
Resposta desadequada à reclamação	1
Tempo de espera no serviço de urgência	1

Causas UF	2014
Tempo de espera no serviço de urgência	293
Taxas Moderadoras	110
Tempo de espera para atendimento	75
Falta de cortesia	46
Perfil desadequado	38
Desorganização do serviço de admissão	29
Sistema de acompanhantes e visitas	21
Falta de Qualidade na Assistência	20
Diagnóstico incompleto	14
Tempo de espera para MCDT	8
Falta de Informação aos utentes	8
Tempo de espera para cirurgia	8
Tempo de espera para consultas de especialidade	7
Desrespeito no trato interpessoal	6
Falta de Assistência	6
Dificuldade de marcação de consulta	5
Factos com Relevância Disciplinar	5
Resposta desadequada à reclamação	5
Falta de manutenção dos equipamentos	4
Demora na Assistência	4
Recusa de Transporte	3
Regras inadequadas/inaplicáveis	3
Falta de Informação aos familiares	3
Desadequação de equipamento	3
Falta de Higiene do meio ambiente	3
Recusa de Acompanhamento no SU	3
Diagnóstico errado	2
Ausência/insuficiente dimensão do estacionamento	2
Deficiente articulação entre cuidados de saúde primários e cuidados de saúde diferenciados	2
Deficiente articulação entre serviços	2
Demora no atendimento administrativo	2
Desarticulação da informação entre serviços	2
Falta de conforto	2
Falta de pessoal médico	2
Falta de qualidade da alimentação	2
Inexistência de serviço solicitado pelo utente	2
Má prática	2
Tempo de espera para tratamento médico	2
Alta hospitalar inadequada	1
Alta hospitalar precoce	1
Desarticulação entre serviços	1
Desrespeito pela privacidade	1
Diagnóstico não identificado	1
Extravio de meios complementares de diagnóstico	1
Falta de manutenção das instalações	1
Alteração da marcação de exames complementares de diagnóstico sem aviso prévio	1
Demora na emissão de documento médico comprovativo da situação de doença do cidadão	1
Demora na Resposta	1
Desadequação do sistema de marcação de consultas	1
Extravio de pertences	1
Falta de Atendimento	1
Falta de informação adequada em tempo útil	1
Falta de pessoal de enfermagem	1
Outros	6

Quanto aos Serviços visados, a Urgência é a mais frequentemente apontada, com 562 reclamações na Unidade de Famalicão e 111 na Unidade de S. Tirso. Nas duas Unidades CHMA segue-se o serviço de Consulta Externa com 49 e 30 exposições respectivamente.

Serviços UF	2014	Serviços UST	2014
Urgência Geral	562	Urgência Geral	111
Consulta Externa	49	Consulta Externa	30
Recepção	15	Ortopedia	5
Ortopedia	12	Medicina Interna	4
Imagiologia	8	Psiquiatria	4
Obstetrícia	8	Facturação	3
Medicina Interna	6	Serviço de Gestão de Documentação Clínica	3
Administração	5	Administração	1
Cirurgia Geral	5	Gabinete Jurídico	1
Pediatria	5	Hematologia / Hemoterapia	1
Medicina Física e de Reabilitação	4	Hospital Dia	1
Oftalmologia	4	Imagiologia	1
Gestão de Doentes	3	Medicina Física e de Reabilitação	1
Otorrinolaringologia	3	Serviços Concessionados	1
Lab. Análises Clínicas	2		
Neonatologia	2		
Nutrição e Dietética	2		
Psiquiatria	2		
Serviços Financeiros	2		
Cardiologia	1		
Gestão Administrativa	1		
Ginecologia	1		
Imunohemoterapia	1		
Portaria / Segurança	1		

Figura 22: Reclamações por áreas/serviços visados

No que concerne às reclamações por grupo profissional, indissociável do facto de a grande maioria das reclamações visar o Serviço de Urgência, estas dirigem-se sobretudo aos médicos, com um total de 131 reclamações na UST e 495 na UF.

Na UST encontram-se na 2ª posição de grupos profissionais visados os administrativos/assistentes técnicos com 17 reclamações. Na UF os profissionais que ocupam o 2º lugar mais visado são os dirigentes intermédios com 145 reclamações, logo após os enfermeiros com 43 ocorrências e os assistentes técnicos com 16 casos. Seguidamente surge com menos expressão uma diversidade de profissionais.



Grupo Profissional UST	2014	Grupo Profissional UF	2014
Médico(a)	131	Médico(a)	495
Administrativo(a)	17	Dirigente Intermédio	145
Dirigente Intermédio	7	Enfermeiro(a)	43
Enfermeiro(a)	7	Assistente Técnico	16
Pessoal Concessionado	3	Assistente Operacional	11
Aux. Apoio Vigilância	2	Técnico(a) Diagnóstico e Terapêutica	10
Dirigente de Topo	2	Pessoal Concessionado	7
Técnico(a) Superior	2	Dirigente de Topo	5
Assistente Técnico	1	Administrativo(a)	1
Técnico(a) Diagnóstico e Terapêutica	1	Aux. Apoio Vigilância	1
Voluntário	1	Psicólogo	1

Figura 23: Reclamações por Grupo Profissional

### Evolução dos indicadores de recursos humanos

Ao longo de 2012 verificaram-se alguns ajustamentos no quadro de pessoal do CHMA, ao nível do pessoal de enfermagem pela transição do regime de prestação de serviços para o de trabalhador dependente e na área médica com o preenchimento de algumas vagas.

Em 2014 existe uma diminuição de recursos humanos no CHMA sendo que foi no grupo de pessoal de enfermagem onde se verificou maior redução (cerca de menos 33 efetivos).

Grupo Profissional	2011	2012	2013	2014
<b>Dirigente</b>	12	12	11	11
<b>Médicos</b>	196	201	206	209
<b>Técnicos Superiores</b>	30	29	29	31
<b>Enfermeiros</b>	364	397	380	347
<b>Téc. De Diagnóstico e Terapêutica</b>	81	82	79	76
<b>Assistentes Técnicos</b>	129	125	121	112
<b>Assistentes Operacionais</b>	300	289	275	261
<b>Docentes</b>	2	2	2	2
<b>Outro Pessoal</b>	6	6	6	4
<b>Total</b>	<b>1120</b>	<b>1143</b>	<b>1109</b>	<b>1053</b>

Figura 24 – Evolução de RHs

Do balanço social extraímos alguma informação relativa aos dados dos recursos humanos atuais no CHMA.

Da análise ao grupo de pessoal médico, segundo a faixa etária, verificamos que 66,99% são médicos com menos de 50 anos. Destes, 46% têm idade inferior a 40 anos. Médicos com idade superior a 50 anos representam 33% do total. E, destes 23,44% têm idade superior a 55 anos, incluindo-se no grupo de colaboradores que poderão pedir dispensa de efectuar serviço de urgência.

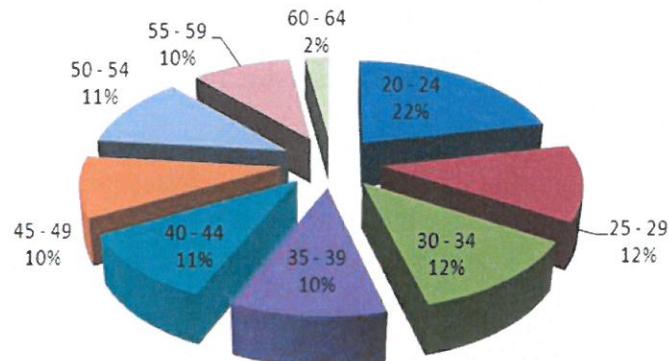


Figura 25: Estrutura etária Pessoal Médico

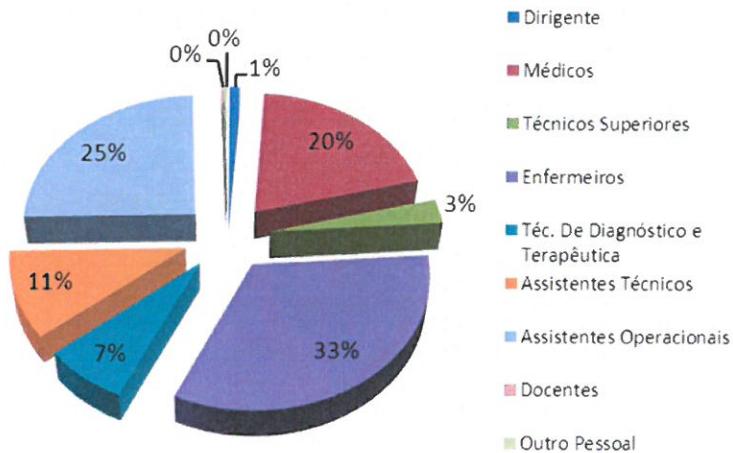


Figura 26: RHs por categoria

Relativamente à relação jurídica de emprego, grande parte dos colaboradores (93,07%) mantém-se, com vinculo à instituição, por tempo indeterminado (em funções públicas ou no âmbito do código do trabalho).

Cerca de 53% do quadro de pessoal é constituído por colaboradores nas áreas médica e de enfermagem, e 10% são técnicos (superiores e de diagnóstico e terapêutica) como se observa no gráfico seguinte.

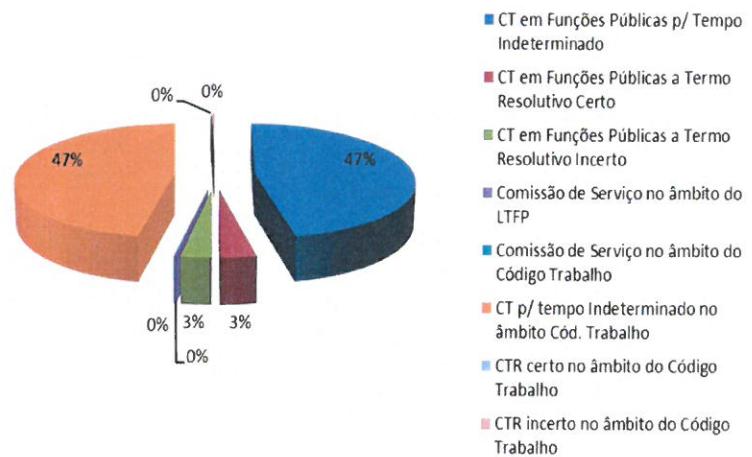


Figura 27: RHs por natureza de vinculo

Conforme se pode constatar no quadro seguinte, a taxa de absentismo que em 2010 era superior a 10%, desaggravou-se para os 6,86% em 2013. Os valores de absentismo em 2014 tiveram uma ligeira



subida, não sendo significativa já que é justificada em parte pela diminuição dos recursos humanos em 56 pessoas.

Cada colaborador faltou, em média, 15,80 dias (em 2013 esta média foi de 15,4 dias). Na área médica, a média de faltas justificadas 9,65 dias (em 2013 tinha sido de 11,2 dias), situa-se bastante aquém da média do hospital, o mesmo não acontece nos grupos profissionais seguintes:

- 12,60 dias por ano, no caso dos assistentes técnicos (que baixou os valores comparativamente ao ano anterior);
- 16,60 dias por ano, no caso dos assistentes operacionais;

	Dias de Absentismo			
	2011	2012	2013	2014
<b>Casamento</b>	287	270	131	311
<b>Protecção na Parentalidade</b>	8.073	9.100	6.617	5.852
<b>Falecimento de Familiar</b>	218	288	211	241
<b>Doença</b>	15.811	13.713	7.902	7.658
<b>Assistência Familiar</b>	546	189	212	178
<b>Trabalhador Estudante</b>	220	144	131	41
<b>Perda de Vencimento</b>	13	0	0	1
<b>Por conta do Período de Férias</b>	242	211	140	109
<b>Outras</b>	1.901	2.208	1.749	2.239
<b>Total</b>	<b>27.311</b>	<b>26.123</b>	<b>17.093</b>	<b>16.630</b>
<b>Taxa de Absentismo</b>	10,89%	10,13%	6,86%	6,97%

Figura 28: Absentismo

Se analisarmos os motivos de ausência, observáveis no gráfico seguinte, constata-se que cerca de 46% das ausências se devem a situações de doença (doença prolongada e outra) sendo que 42% deste tipo de faltas são dadas por assistentes operacionais. Dos restantes motivos, o mais significativo é a protecção na parentalidade (35%).

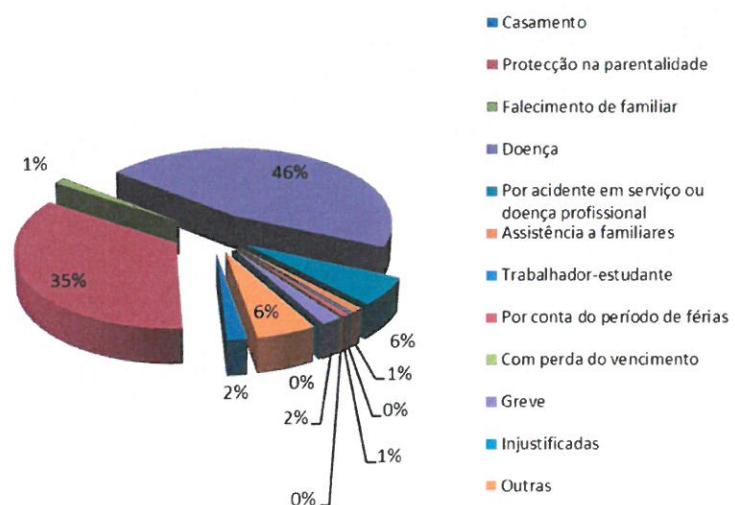


Figura 29: Motivos ausência

## Formação

Tendo em consideração a estratégia e os objectivos do Centro Hospitalar para o ano de 2014, foram realizadas 59 acções de formação e/ou informação, promovidas pelo Gabinete de Formação e Ensino Pré e Pós Graduado.

O projecto de formação desenvolvido foi em parte co-financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano.

As actividades realizadas visaram o desenvolvimento de competências dos colaboradores do CHMA e tiveram como finalidade a concretização dos seguintes objectivos:

- Facilitar a concretização dos objectivos institucionais;
- Contribuir para a implementação do Processo de Acreditação da Qualidade Hospitalar pelo CHKS.
- Contribuir para melhorar o nível de satisfação dos profissionais e utentes;
- Proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores deste CHMA;
- Preparar os colaboradores internos para um melhor desempenho.
- Colaborar com Comissões/ Equipas nomeadas institucionalmente, na realização e desenvolvimento das ações de formação / informação, inscritas no plano de atividades.

Em todas as acções realizadas foi possível envolver um conjunto significativo de colaboradores no desenvolvimento de competências em diferentes áreas e contribuir para o desenvolvimento de projectos organizacionais.

Na avaliação realizada no final das acções de formação (avaliação da reacção /satisfação dos formandos) foi possível obter dados que nos permitem concluir que os objectivos da formação foram atingidos, que a dinâmica e competência dos formadores foi adequada assim como as metodologias utilizadas.

Apresentamos o quadro seguinte com a síntese das actividades desenvolvidas em 2014.

Nome do curso	N.º de Acções	Total /Hora/ Formação	N.º / Formandos / Grupo profissional							Total de Formandos	Nº de Formadores
			Médicos	Tec.Sup Saude	Enf.	Ass.Tecn	Ass.Ope	T.D.T.	Outro		
Boas Práticas na segurança do doente	2	8	11	11	17		1			40	1
Suporte Básico de Vida	9	36	6	7	37	27	51	9	1	138	16
Formação Contínua das Ao – Comunicação	1	14					18			18	1
Formação Contínua das Ao – Higiene...	1	21					16			16	2
DNI – Consentimento Informado/ Cirurgia Segura	2	4	5		17					22	3
DNI – Mastratos crianças e jovens em risco	2	5	5	15	17			4		41	2
DNI – Morte e luto - crianças	1	3		5	8		2		1	16	1
DNI – Morte e luto - adultos	1	3	2	4	23			1		30	1
DNI – Tradições culturais e religiosas	1	3	1	4	13					18	2
CCI - Higienização das mãos	14	21	36	11	223	3	128	26	30	457	28
CCI - Precauções padrão	4	4	10	5	59		46	8	10	138	8
CCI - ILC	5	7,5	8		70					78	10
CCI - Higienização do meio hospitalar	4	4	1	2	18		43	3		67	8
CCI - isolamento de contacto	4	6	14	2	36		39	12	2	105	8
CCI - Uso de luvas	4	6	3	1	56		37	4		101	8
CCI - Colheitas de produtos biológicos	4	6			63					63	8
Total	59	151,5	102	67	657	30	380	63	49	1348	107

Figura 30: Cursos ministrados

No ano de 2014 as actividades da Unidade Funcional de Formação envolveram 1348 formandos de diferentes grupos, sendo que foi a classe dos enfermeiros que mais participou nas acções de formação.

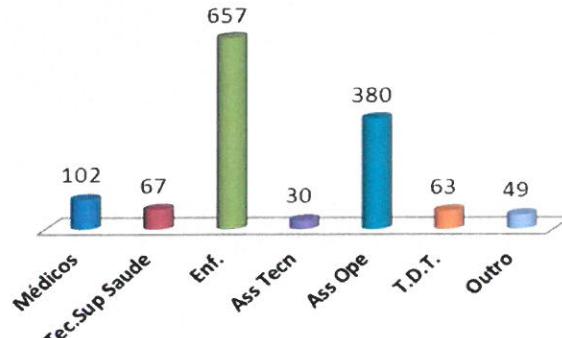


Figura 31: Nº de Profissionais em Formação

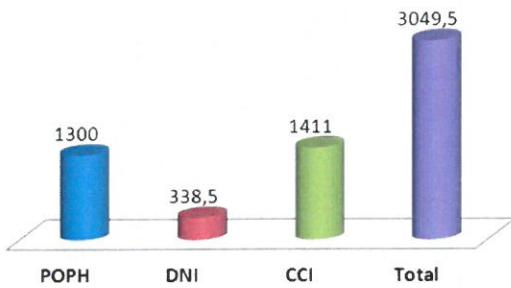


Figura 32: Volume de formação(horas)

Em 2014 das 3049,5h do volume de formação, 1411h são da responsabilidade da CCI. Apesar disso mantém-se o significativo volume de horas de formação através do POPH.



## Qualidade

Desde o final de 2011 que o CHMA iniciou a implementação do processo de acreditação pela metodologia do CHKS. Nesse sentido, foi nomeado um grupo coordenador da qualidade, com 13 elementos, e 10 grupos de trabalho transversais.

O grupo coordenador da qualidade tem vindo a desenvolver um trabalho continuado desde essa data. Os grupos transversais foram criados por um período de tempo limitado, com o objetivo de uniformizar práticas e procedimentos, envolvendo o maior número possível de pessoas da organização.

Estes grupos agregaram cerca de 100 profissionais do CHMA, dos vários grupos profissionais, e desenvolveram o seu trabalho, de forma coordenada com o grupo coordenador da qualidade, entre 2012 e 2014.

Com o objetivo de atingir as metas e desenvolver os trabalhos planeados, foram levadas a cabo várias reuniões, com vários interlocutores como mostra o quadro seguinte:

	N.º DE REUNIÕES	N.º DE HORAS
Gabinete da Qualidade com CA	43	50,5h
Gabinete da Qualidade com Grupos de Trabalho	6	10h
Grupo Coordenador da Qualidade	40	106,5h
Parcelares do Grupo Coordenador e Gabinete da Qualidade	70	154h
Gabinete da Qualidade e Serviços	5	8h
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>329h</b>

Em 2014 o grupo coordenador da qualidade compilou as ações planeadas, decorrentes quer de requisitos da acreditação, quer de requisitos normativos (como são exemplo os da Direção Geral de Saúde) num só documento - o Programa de Gestão da Qualidade e Segurança (PGQS).

Foram ainda realizadas Auditorias mensais ao registo de alergias e reações adversas, com a produção de um relatório no final do primeiro semestre, e duas auditorias semestrais, uma às notas de alta e outra aos processos clínicos.

Durante o ano de 2014 foram ainda realizadas duas avaliações da satisfação com os seguintes pressupostos: Satisfação e Qualidade Apercebida pelos Utentes e Satisfação e Motivação dos Colaboradores.

O grupo coordenador da qualidade acompanhou e colaborou também num conjunto de atividades no âmbito da qualidade e segurança, apesar de não diretamente relacionadas com a acreditação:

- Projeto SINAS, da Entidade Reguladora da Saúde;
- Plano de Melhoria da Qualidade e Relatório da Qualidade da DGS
- Sistema de Notificação de Incidentes – parametrização



## Avaliação da satisfação dos utentes

A Avaliação da Satisfação e Qualidade Apercebida dos Utentes do CHMA já se realiza de forma sistemática, anualmente, desde 2009.



Fruto de análise e reflexão interna, algumas das questões foram revistas, tendo-se retirado algumas e incluído outras, por se considerar que seriam de maior utilidade para a identificação de oportunidades de melhoria.

Também as áreas avaliadas têm aumentado gradualmente. Como tal, há áreas de avaliação em que já existe um histórico, e é possível comparar a evolução ao longo dos anos, mas noutras, como os MCDT, esta foi a primeira avaliação: Internamento desde 2009; Urgência desde 2009; Consulta Externa desde 2011; Cirurgia de Ambulatório desde 2012; MCDT com início em 2014.

Esta avaliação foi realizada durante o 1.º Semestre de 2014, com recurso a 756 chamadas telefónicas, tendo obtido resposta de 406 utentes que vieram ao Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE, durante o 4.º Trimestre de 2013.

Realizaram-se inquéritos sobre Serviço de Urgência (96 respostas), Consulta Externa (103 respostas), Cirurgia de Ambulatório (97 respostas), Internamento (96 respostas) e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (134 respostas), abrangendo ambas as Unidades do Centro Hospitalar.

As questões abrangeram aspetos que incluíram:

- Organização (funcionamento, tempos de espera, informações, resolução de reclamações, entre outros);
- Atendimento dos profissionais;
- Instalações (conforto, limpeza, privacidade, entre outros);
- Alimentação; e,
- Visitas.

Inclui ainda outros aspetos mais globais (qualidade percecionada, satisfação global, lealdade, imagem, entre outros).

INQUÉRITO SATISFAÇÃO 2014 CONSULTA EXTERNA CHMA	% BOM + EXCELENTE			
	2012	2013	2014	Variação 2014-2013
IMAGEM	79,37%	78,74%	83,50%	4,8% ↑
INSTALAÇÕES DA CONSULTA	86,32%	83,97%	81,74%	-2,2% ↓
ATENDIMENTO MÉDICO	86,04%	87,44%	82,02%	-5,4% ↓
ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM	88,22%	88,68%	92,26%	3,6% ↑
ATENDIMENTO DOS AUXILIARES	83,23%	95,24%	88,78%	-6,5% ↓
ATENDIMENTO DOS ADMINISTRATIVOS	84,27%	87,21%	79,74%	-7,5% ↓
FUNCIONAMENTO DA CONSULTA	70,71%	73,04%	66,24%	-6,8% ↓
RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	50,31%	63,64%	66,67%	3,0% ↑
SATISFAÇÃO	79,79%	83,33%	83,66%	0,3% ↑
LEALDADE	85,57%	86,78%	82,04%	-4,7% ↓
QUALIDADE	82,54%		80,39%	

A percentagem de utentes que referiram níveis de satisfação “Bom” e “Excelente”, comparativamente com 2013, aumentou em 4 das dimensões avaliadas e diminuiu em 6 das dimensões avaliadas.

Verificam-se ainda assim valores acima dos 80% em 8 das 11 dimensões avaliadas.

INQUÉRITO SATISFAÇÃO 2014 URGÊNCIA CHMA	% BOM + EXCELENTE			
	2012	2013	2014	Variação 2014-2013
IMAGEM	81,40%	78,97%	66,36%	-12,6% ↓
INSTALAÇÕES DA URGÊNCIA	87,97%	80,35%	69,82%	-10,5% ↓
ATENDIMENTO MÉDICO	75,28%	75,16%	64,65%	-10,5% ↓
ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM	87,05%	85,57%	81,89%	-3,7% ↓
ATENDIMENTO DOS AUXILIARES	89,02%	88,08%	67,32%	-20,8% ↓
ATENDIMENTO DOS ADMINISTRATIVOS	82,95%	85,55%	66,56%	-19,0% ↓
FAMÍLIA	90,99%	81,56%	65,51%	-16,0% ↓
TRIAGEM	62,10%	57,74%	44,25%	-13,5% ↓
RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	32,89%	30,00%	25,00%	-5,0% ↓
SATISFAÇÃO	79,66%	80,74%	63,43%	-17,3% ↓
LEALDADE	80,42%	84,35%	71,76%	-12,6% ↓
QUALIDADE			75,93%	

A percentagem de utentes que referiram níveis de satisfação “Bom” e “Excelente”, comparativamente com 2013, demonstra uma evolução negativa acentuada.

A dimensão “Atendimento de Enfermagem” mantém-se acima dos 80%.

INQUÉRITO SATISFAÇÃO 2014 INTERNAÇÃO CHMA	% BOM + EXCELENTE			
	2012	2013	2014	Variação 2014-2013
IMAGEM	86,30%	88,07%	87,50%	-0,6%
ADMISSÃO	84,19%	90,28%	85,81%	-4,5%
INSTALAÇÕES	78,86%	81,79%	80,90%	-0,9%
ATENDIMENTO MÉDICO	79,56%	88,23%	83,61%	-4,6%
ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM	90,84%	91,07%	93,19%	2,1%
ATENDIMENTO DOS AUXILIARES	88,73%	90,28%	93,33%	3,1%
ATENDIMENTO DOS ADMINISTRATIVOS			95,70%	
EXAMES E TRATAMENTOS	74,39%	86,70%	93,11%	6,4%
VISITAS	84,38%	83,80%	93,18%	9,4%
ALIMENTAÇÃO	56,84%	71,55%	71,67%	0,1%
ALTA	79,66%	86,32%	89,55%	3,2%
RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	54,14%	45,56%	50,00%	4,4%
SATISFAÇÃO	86,95%	87,68%	82,81%	-4,9%
LEALDADE	89,14%	89,79%	88,54%	-1,2%
QUALIDADE			87,50%	

A percentagem de utentes que referiram níveis de satisfação “Bom” e “Excelente”, é elevada na maioria das dimensões, com valores acima dos 80%, e alguns inclusive acima dos 90%

Comparativamente com 2013, 6 dimensões desceram os valores, 7 subiram, e 2 foram introduzidas de novo.

INQUÉRITO SATISFAÇÃO 2014 CIRURGIA AMBULATÓRIO CHMA	% BOM + EXCELENTE			
	2012	2013	2014	Variação 2014-2013
IMAGEM	91,79%	94,02%	92,27%	-1,75%
INSTALAÇÕES	95,50%	96,01%	90,98%	-5,03%
ATENDIMENTO MÉDICO	93,43%	96,88%	94,60%	-2,28%
ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM	96,74%	96,17%	99,65%	3,48%
ATENDIMENTO DOS AUXILIARES	90,54%	95,22%	98,88%	3,66%
ATENDIMENTO DOS ADMINISTRATIVOS	86,46%	90,11%	97,89%	7,78%
TEMPO DE ESPERA	80,40%	94,51%	81,67%	-12,84%
ACOMPANHAMENTO			91,17%	
RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	65,83%	72,00%	50,00%	-22,00%
SATISFAÇÃO	91,04%	95,11%	90,72%	-4,39%
LEALDADE	89,55%	96,20%	95,33%	-0,87%
QUALIDADE			92,71%	

A percentagem de utentes que referiram níveis de satisfação “Bom” e “Excelente”, é elevada na maioria das dimensões, com valores acima dos 90%, em 10 das 12 Dimensões.

Comparativamente com 2013, verifica-se no entanto uma descida dos valores em 9 dimensões.



INQUÉRITO SATISFAÇÃO 2013 EXAMES E TRATAMENTOS CHMA	PERCENTAGEM DE BOM + EXCELENTE
	2014
IMAGEM	82,6%
INSTALAÇÕES	72,3%
ATENDIMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE	81,2%
ATENDIMENTO DOS AUXILIARES	88,9%
ATENDIMENTO DOS ADMINISTRATIVOS	89,0%
MARCAÇÃO DE EXAMES	67,1%
TEMPO DE ESPERA	55,0%
RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	58,3%
SATISFAÇÃO	74,6%
LEALDADE	73,1%
QUALIDADE	81,3%

A percentagem de utentes que referiram níveis de satisfação “Bom” e “Excelente” encontra-se acima dos 80% em 5 das 11 Dimensões.

6 Dimensões apresentam valores abaixo dos 75% e destas, 3 abaixo dos 70%.

Na análise dos resultados dos vários inquéritos, constatou-se globalmente uma descida das percentagens de “Bom” e “Excelente” na maioria das dimensões, à exceção do inquérito relativo ao Internamento, onde houve mais dimensões com aumento do que diminuição.

Em termos de indicadores, e com base na média ponderada, é a Cirurgia de Ambulatório que contraria essa tendência, com subida da maioria dos valores, apesar da descida dos “Bom” e “Excelente”, de 7 em 10.

#### Valor Médio das percentagens de “Bom”+“Excelente”

- Consulta: 80,6%
- Urgência: 63,5%
- Internamento: 85,2%
- Cirurgia de Ambulatório: 89,7%
- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica: 75,0%

Na análise comparativa entre os vários inquéritos, os valores mais elevados encontram-se na Cirurgia de Ambulatório, e os mais reduzidos no Serviço de Urgência; isto será provavelmente explicado pela natureza de cada um dos serviços.

Numa análise genérica, as Dimensões com os resultados mais baixos resultam sobretudo de aspetos organizacionais (funcionamento da consulta, triagem na urgência, marcação de exames e tempo de espera nos exames e tratamentos). Os aspetos relacionais apresentam globalmente dos valores mais elevados. No entanto, existem exceções, quer positivas, quer negativas, cuja identificação implica uma análise mais atenta do relatório.

A resolução de reclamações continua com os valores de satisfação mais reduzidos, transversalmente, ainda que com variação positiva nos inquéritos da Consulta Externa e do Internamento.

Salienta-se no entanto que neste inquérito de 2014 as questões relativas a resolução de reclamações foram dirigidas unicamente aos respondentes que já reclamaram, pelo que a amostra é bastante reduzida.

A dimensão dos inquéritos era considerável (33 a 51 questões mais os aspetos socio-demográficos), mas ainda assim a taxa de adesão e resposta foi considerável por parte dos utentes, tendo sido a Urgência a obter a adesão mais baixa (43,8%) e o Internamento a obter a taxa de adesão mais elevada (67,6%).

Isto demonstra abertura e colaboração por parte dos utentes, provavelmente pela confiança e crença de que o CHMA se esforçará por dar resposta às áreas de oportunidade identificadas.

A implementação do Programa de Acreditação Organizacional pelo CHMA tem procurado contribuir para a melhoria dos aspetos organizacionais identificados (seja no que se refere a imagem e percepção, seja no que se refere à informação ao utente, e gestão dos tempos de espera), mas temos a percepção do caminho ainda a percorrer.

A alimentação, embora tenha obtido uma variação positiva, relativamente ao número de pessoas que consideraram “Bom” e “Excelente”, deve continuar a ser objeto de uma observação e análise mais direcionada, uma vez que ainda apresenta valores na ordem dos 72%.

É objetivo repetir este inquérito em 2015, de forma a identificar tendências e eventuais melhorias.

## Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

O Conselho de Administração em conjunto com o Grupo de Gestão da Qualidade, irá no decorrer de 2015, promover uma avaliação da satisfação e motivação dos colaboradores do CHMA,

incentivando a adesão dos colaboradores, uma vez que a taxa de adesão condiciona a capacidade de generalização dos dados obtidos e das informações que daí se podem retirar, de modo a:

- 1) Conhecer o grau de satisfação dos profissionais do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.;
- 2) Identificar oportunidades de melhoria na organização;
- 3) Obter um padrão comparativo para avaliações futuras.

## Sistemas de Informação

A gestão das infra-estruturas tecnológicas é realizada recorrendo à equipa de sistemas e redes interna sem apoio de qualquer entidade externa.

Desde de Outubro 2013, o CHMA fez uma aposta clara no SClínicoH, abdicando de outros sistemas clínicos existentes. É opinião generalizada no CHMA que foi uma aposta ganha, pelo que do ponto de vista estratégico é para dar continuidade ao projeto e colaborar ativamente no seu contínuo desenvolvimento. Tal como até aqui, o CHMA pretende estar na linha da frente deste processo de mudança no SNS.

Existem planos de contingência e redundância para a maioria dos sistemas, nunca colocando em causa a continuidade dos serviços. Contudo existem outros que devido à sua complexidade (requer intervenção externa), custo de aquisição e de manutenção, não temos atualmente possibilidade de garantir do ponto de vista tecnológico a sua continuidade, como por exemplo o caso do SONHO.

O CHMA reconhece a vantagem e necessidade de efetuar uma integração direta dos resultados dos diversos MCDTs externos (públicos ou privados), como por exemplo os resultados da Anatomia Patológica. Nesse sentido, tem sido realizado um esforço no sentido de desenvolver uma ferramenta que de uma forma automatizada receba e disponibilize os resultados aos clínicos de uma forma segura. Pretende-se que esta plataforma ganha dimensão e possa futuramente integrar todos os resultados de MCDTs externos e internos.

Estamos atualmente em processo de reformulação do Portal Externo do CHMA, onde vão ficar disponíveis um conjunto de serviços para o utente por forma a evitar deslocações desnecessárias ao CHMA, informações úteis, etc. O utente deve estar no centro do SNS, pelo que o CHMA tem como objetivo efetuar uma aproximação e aumentar os pontos de contacto dos utentes com o SNS, neste caso com o CHMA.

Internamente temos por objetivo a melhoria contínua dos serviços de atendimento prestados aos utentes, nesse sentido pretendemos uma consolidação dos sistemas de agendamento por forma a disponibilizar um ponto único de atendimento, ou seja, um Balcão Único de atendimento. Pretendemos ainda modernizar o sistema telefónico por forma a facilitar a interação dos utentes com o CHMA facilitando o encaminhamento automático de chamadas evitando assim tempos de espera elevados.

Julgamos assim ser capazes de fornecer um serviço com mais qualidade, mais rápido e integrado aos utentes, podendo inclusive retirar ganhos de produtividade pela organização e sincronização dos diversos atos médicos que um utente tem de fazer em diversos departamentos, sem esquecer a comodidade e conforto para o utente.

Após a finalização do Portal Externo, pretendemos migrar o Portal da Intranet para uma nova versão da tecnologia subjacente com mais e melhores conteúdos, tornado o Portal um sítio de interesse e divulgação de informação relevante para todos os profissionais do CHMA, bem como aumentar o número de serviços disponibilizados.

No que diz respeito à gestão documental, a aposta do CHMA desde 2008 tem sido na solução IportalDoc, e que pretendemos não só manter como alargar o seu uso à maioria dos colaboradores. Irá ainda ser equacionado o aumento da abrangência da solução para outras áreas onde possa fazer sentido.

A estratégia de inovação tecnológica passa por duas vertentes:

- 1) Por um lado a continua migração dos sistemas obsoletos para novas versões com novas funcionalidades que deem resposta às necessidades sentidas pelos profissionais.
- 2) Por outro lado, estamos numa procura contínua de projetos que possam de uma forma clara potenciar e facilitar os cuidados prestados ao utente. Neste conceito encaixam-se projetos tecnológicos do âmbito clínico, administrativo ou mesmo com uma vertente de gestão de topo.

O CHMA também está alinhado com os objetivos nacionais da tutela nomeadamente:

- 1) Universalização do Processo Clínico Eletrónico
- 2) 100% Prescrição eletrónica intra e extra hospitalar
- 3) Utilização universal da PDS e disponibilização de dados de saúde. Por entendermos que a comunicação e partilha de dados com outras instituições de cuidados de saúde, em

especial com os cuidados de saúde primários é fundamental, será dada especial atenção ao Incremento de integração com a PDS e outros sistemas da SPMS.

- 4) Interoperabilidade semântica (CID-10, CPARA, CPAL, SNOMED CT, ...)



## Evolução da situação económico-financeira

A análise dos indicadores apresentados traduz a evolução dos resultados do CHMA de 2011 ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2014. A sua leitura deverá ser complementada com as Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo, incluídas no presente relatório.

Os resultados líquidos são negativos, bem como o EBITDA, apesar da previsão deste ser positiva, desde 2012. Contudo foram agravados pela consideração do custo, não previsto, com férias e respectivos encargos a pagar em 2014, especializados em 2013, e a pagar em 2015 com especialização dos mesmos em 2014.

O aumento nos custos operacionais face ao orçamento deriva do desvio em todas as grandes rubricas – custos das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal - o que conjugado com a diminuição em 8,53% nas prestações de serviços, em consequência de alguma quebra na actividade, origina resultados operacionais negativos.

Relativamente ao ano transacto verificou-se uma estabilização nos custos operacionais, no entanto os proveitos registaram uma diminuição de 2,24% por força de alguma quebra na actividade e da diminuição nos preços dos serviços prestados a utentes do SNS para a generalidade das linhas de produção e a diferenciação nos preços para a remuneração dos episódios na urgência médico-cirúrgica e básica bem como na consulta externa (majoração de preços para primeiras consultas provenientes dos CSP's<sup>2</sup> via CTH, em detrimento do preço das primeiras consultas referenciadas entre especialidades do CHMA), por aplicação da metodologia de contrato programa para 2014.

Rubricas	2011	2012	2013	2014			Em euros
				Realizado	Previsto	Desvio	
Proveitos Operacionais	49.340.972,34	46.043.377,01	41.515.076,05	40.584.033,88	43.165.948,11	-2.581.914,23	-5,98%
Gastos Operacionais	51.373.355,09	49.558.626,43	48.177.783,09	48.190.099,24	44.468.550,91	3.721.548,33	8,37%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-2.032.382,75</b>	<b>-3.515.249,42</b>	<b>-6.662.707,04</b>	<b>-7.606.065,36</b>	<b>-1.302.602,80</b>	<b>-6.303.462,56</b>	<b>-484%</b>
Proveitos Financeiros	57.176,79	289.864,25	272.923,48	4.239,58	120.000,00	-115.760,42	-96,47%
Custos Financeiros	300.318,78	286.161,49	10.313,13	6.481,95	20.000,00	-13.518,05	-67,59%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-243.141,99</b>	<b>3.702,76</b>	<b>262.610,35</b>	<b>-2.242,37</b>	<b>100.000,00</b>	<b>-102.242,37</b>	<b>-102%</b>
Proveitos Extraordinários	1.277.857,07	773.866,51	1.512.409,91	979.655,65	450.000,00	529.655,65	117,70%
Custos Extraordinários	1.425.617,82	589.906,57	882.406,63	170.402,69	150.000,00	20.402,69	13,60%
<b>Resultado Extraordinário</b>	<b>-147.760,75</b>	<b>183.959,94</b>	<b>630.003,28</b>	<b>809.252,96</b>	<b>300.000,00</b>	<b>509.252,96</b>	<b>170%</b>
Imposto sobre o rendimento	28.851,78	36.065,56	28.045,98	8.233,43	0,00	8.233,43	
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-2.452.137,27</b>	<b>-3.363.652,28</b>	<b>-5.798.139,39</b>	<b>-6.807.288,20</b>	<b>-902.602,80</b>	<b>-5.904.685,40</b>	<b>-654%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-430.849,75</b>	<b>-1.760.840,87</b>	<b>-4.201.076,52</b>	<b>-5.469.252,86</b>	<b>405.948,09</b>	<b>-5.875.200,95</b>	<b>-1447%</b>

Figura 33: Situação Económico-Financeira

<sup>2</sup> CSP – Cuidados de Saúde Primários

Os resultados financeiros, que em 2013 inverteram a tendência negativa dos exercícios ainda anteriores, em virtude do perdão de juros vencidos e não pagos relativos ao Fundo FASP-SNS, por aplicação do Despacho nº 14181-A/2013, de 4 de Novembro, são em 2014 novamente negativos mas de valor pouco expressivo.

Os resultados extraordinários também são positivos, em resultado de correcções relativas a exercícios anteriores por correcções a custos e transferências de capital inerentes a projectos de investimento co-financiados e em resultado da compensação financeira recebida de forma anular os custos do impacto da decisão do Tribunal Constitucional, de proceder ao pagamento integral do subsídio de férias dos funcionários.

### Proveitos operacionais

Rubricas	2011	2012	2013	2014		
				Realizado	Previsto	Desvio
Vendas e prestações de serviços	48.665.910,83	45.393.916,98	40.626.291,90	38.939.922,12	42.570.948,11	-3.631.025,99
Proveitos suplementares	51.994,32	70.107,81	58.139,75	61.910,42	75.000,00	-13.089,58
Transferências e subsídios	6.249,07	4.681,75	15.521,26	81.745,37	0,00	81.745,37
Outros proveitos operacionais	616.818,12	574.670,47	815.123,14	1.500.455,97	520.000,00	980.455,97
<b>Total Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>49.340.972,34</b>	<b>46.043.377,01</b>	<b>41.515.076,05</b>	<b>40.584.033,88</b>	<b>43.165.948,11</b>	<b>-2.581.914,23</b>
						<b>-5,98%</b>

A diminuição nos proveitos, face ao orçamento, é observada nas prestações de serviços e está associada a quebra na actividade, nas diferentes linhas de produção e com maior peso no internamento, nos GDH cirúrgicos de ambulatório e na consulta externa.

As prestações de serviços por linhas de produção podem ser observadas no quadro seguinte, com evolução de 2011 a 2014 e comparativamente ao orçamento. Destaque para o crescimento das taxas moderadoras em 2012, e diminuição das mesmas em 2013, em certa medida associadas a aumento de prestação de serviços a utentes isentos. Em 2014 notou-se uma dificuldade acrescida na cobrança de taxas moderadoras.

Rubricas	2011	2012	2013	2014			Em euros
				Realizado	Previsto	Desvio	
Internamento	19.881.188,84	19.979.021,92	18.833.755,98	17.007.606,67	18.365.000,44	-1.357.393,77	-7,39%
Consultas Externas	11.548.864,20	8.159.631,08	7.073.644,23	6.562.705,78	6.860.676,84	-297.971,06	-4,34%
Urgências	7.389.285,70	6.622.913,35	5.949.758,00	5.805.431,13	5.941.277,33	-135.846,20	-2,29%
Quartos Particulares	161.688,14	137.937,56	177.892,70	180.174,75	179.550,00	624,75	0,35%
Hospital de Dia	314.587,95	391.264,05	269.922,56	318.548,74	321.798,60	-3.249,86	-1,01%
MCDT	138.011,81	18.462,49	40.789,10	80.557,40	120.800,00	-40.242,60	-33,31%
Taxas Moderadoras	839.501,13	1.310.729,54	1.084.338,90	1.272.029,45	1.417.500,00	-145.470,55	-10,26%
GDH de Ambulatório	6.247.309,68	6.069.858,38	4.750.120,39	3.795.051,42	4.526.278,33	-731.226,91	-16,16%
Outras Prestações de Serviços	2.145.473,38	2.703.991,33	2.446.070,04	3.917.816,78	4.838.066,56	-920.249,78	-19,02%
<b>Total</b>	<b>48.665.910,83</b>	<b>45.393.809,70</b>	<b>40.626.291,90</b>	<b>38.939.922,12</b>	<b>42.570.948,10</b>	<b>-3.631.025,98</b>	<b>-8,53%</b>

### Prestações de serviços por entidade financeira responsável

A produção para o SNS no âmbito do Contrato Programa tem um peso de 94% da produção total. Ligeiramente desagravado em 2013 onde se registou um peso de 95% da produção SNS no total da produção.

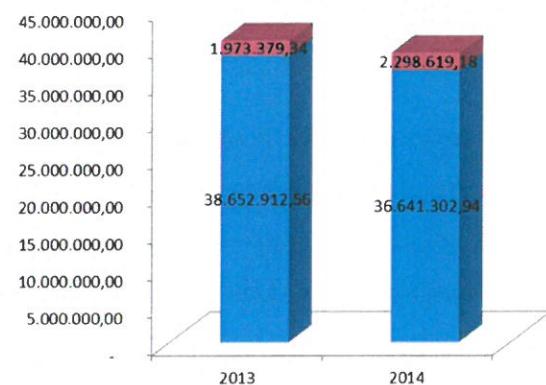


Figura 34: Proveitos por Entidade Financeira

*(Handwritten signatures)*

## Custos operacionais

Rubricas	2011	2012	2013	2014			Em euros
				Realizado	Previsto	Desvio	
Custo das matérias consumidas	8.611.962,79	8.381.614,33	7.508.191,69	7.587.911,08	7.339.176,47	248.734,61	3,39%
Fornecimentos e serviços externos	9.304.138,62	8.959.179,50	8.351.084,97	8.757.634,60	6.998.491,07	1.759.143,53	25,14%
Custo com pessoal	31.452.765,49	30.633.889,59	30.729.425,81	30.497.200,04	28.818.754,45	1.678.445,59	5,82%
Outros Custos operacionais	12.052,45	17.196,96	20.063,73	17.551,61	3.578,03	13.973,58	390,54%
Amortizações	1.670.174,70	1.394.356,11	1.569.016,89	1.329.801,91	1.308.550,89	21.251,02	1,62%
Provisões	322.261,04	172.389,74	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>51.373.355,09</b>	<b>49.558.626,23</b>	<b>48.177.783,09</b>	<b>48.190.099,24</b>	<b>44.468.550,91</b>	<b>3.721.548,33</b>	<b>8,37%</b>

Tem vindo a ser registada uma evolução positiva nos custos operacionais nos últimos anos, com redução nas diferentes rubricas, associadas não só ao acolhimento das orientações de gestão no âmbito das medidas específicas previstas no Plano de Redução de Custos, mas também da aplicação da redução remuneratória prevista nos Orçamentos de Estados dos últimos anos. Porém o acréscimo de custos com o pessoal, pela obrigatoriedade de reposição o subsídio férias ditada por decisão do Tribunal Constitucional, impediu uma maior diminuição nos custos operacionais. Por sua vez as alterações legislativas previstas na LOE 2014, agravam os encargos sobre remunerações de contribuição para a CGA (de 20% para de 23,75%).

### Matérias consumidas

Descrição	2011	2012	2013	2014			Em euros
				Realizado	Previsto	Desvio	
<b>Matérias de Consumo</b>	<b>8.611.962,79</b>	<b>8.381.614,33</b>	<b>7.508.191,69</b>	<b>7.587.911,08</b>	<b>7.339.176,45</b>	<b>248.734,63</b>	<b>3,39%</b>
Produtos Farmacêuticos	5.808.274,63	5.570.099,09	4.917.786,99	5.122.162,37	4.718.492,56	403.669,81	8,56%
Medicamentos	4.304.742,36	4.286.289,35	3.674.132,38	3.988.054,39	3.467.275,71	520.778,68	15,02%
Reagentes e prod diagnóstico rápido	1.281.996,35	1.216.514,00	1.184.880,22	1.080.272,75	1.190.340,02	-110.067,27	-9,25%
Outros produtos Farmacêuticos	221.535,92	67.295,74	58.774,39	53.835,23	60.876,83	-7.041,60	-11,57%
Material de consumo clínico	2.365.220,22	2.372.407,76	2.167.635,17	2.092.230,81	2.190.324,07	-98.093,26	-4,48%
Produtos alimentares	1.413,60	1.378,41	1.572,63	1.741,09	1.629,47	111,62	6,85%
Material de consumo hoteleiro	171.546,10	184.386,10	176.853,99	159.318,42	183.130,13	-23.811,71	-13,00%
Material de consumo administrativo	189.917,74	168.908,96	165.521,66	158.621,29	165.834,58	-7.213,29	-4,35%
Material de manutenção e conservação	75.590,50	84.434,01	78.821,25	53.837,10	79.765,64	-25.928,54	-32,51%

A diminuição nos consumos observada em 2013 face ao ano anterior (-10,42%), foi ligeiramente revertida em 2014 (1,06%).

O Orçamento em 2014 para as matérias de consumo representa uma redução de 2,3% face aos consumos registados em 2013.

Destaque para o aumento acentuado nos consumos de medicamentos, próximo de 15% face ao valor orçamentado em 2014. Comparativamente com os dois anos anteriores, o consumo de medicamentos aumentou 8,54% relativamente a 2013 e diminuiu 6,96% face a 2012.

Nos reagentes, outros produtos farmacêuticos, nos materiais de consumo clínico, hoteleiro e administrativo os consumos registados ficaram abaixo do previsto no orçamento para 2014.

#### Consumo de medicamentos por área de actividade

Descrição	2011	2012	2013	2014	Var % 2014/2013	Var % 2014/2012
<b>Internamento / Consulta / Urgência</b>	1.483.608,90	1.259.602,52	1.107.290,01	1.014.261,14	-8,40%	-19,48%
<b>Hospital de dia de Oncologia</b>	1.218.849,33	1.203.490,87	798.051,60	1.119.514,61	40,28%	-6,98%
<b>Dispensa gratuita em ambulatório</b>	1.086.487,14	1.114.130,00	1.263.022,11	1.293.631,10	2,42%	16,11%
<b>Outros</b>	515.796,99	709.065,96	505.769,16	560.647,54	10,85%	-20,93%
<b>Total</b>	<b>4.304.742,36</b>	<b>4.286.289,35</b>	<b>3.674.132,88</b>	<b>3.988.054,39</b>	<b>8,54%</b>	<b>-6,96%</b>

Por área de actividade clínica, destaque pela positiva, para a diminuição de 8,4% nos serviços de internamento, na urgência e na consulta externa face a 2013 e de menos 19,48% comparativamente a 2012. Contudo, registou-se um aumento em 34% no hospital de dia de oncologia e aumento nos medicamentos cedidos em ambulatório.

Relativamente aos medicamentos de cedência gratuita em ambulatório, em que apenas o montante de 68.715,00€ foi financiado no âmbito do Contrato Programa, sendo os demais da responsabilidade financeira do CHMA, cresceram de forma significativa, designadamente no grupo de artrite reumatóide e HIV.

#### Consumo de medicamentos por grupos terapêuticos

A análise dos consumos de 2014 por grupo fármaco-terapêutico revela um aumento nos encargos com medicamentos anti-hemorragicos, Imunomoduladores, Fatores estimulantes da hematopoiese e psicofármacos (consumo associados ao hospital de dia de psiquiatria). Em contrapartida, nos Citotóxicos, Nutrição, Anestésicos e nos Antivíricos verificou-se uma contracção da despesa comparativamente a 2013 em 34,67%, 20,86%, 15,77% e 12,55% respectivamente.

Os Imunomoduladores, grupo fármaco-terapêutico com maior peso nos consumos totais (43,58%), registaram um aumento nos consumos em 30,61%. O grupo “Outros”, que inclui algum material de penso e gases medicinais, com peso nos consumos totais de 18,02%, registou uma redução nos seus consumos em 2,03%. No grupo dos Antivíricos, 3º grupo com peso mais significativo no Relatório e Contas de 2014

consumo total (7,72%), registou-se uma contracção significativa na despesa (-12,55%), comparativamente com o ano anterior. Os Psicofármacos, 4º grupo com maior peso no total de consumos(5,41%) registaram um aumento de 14,51%.

Descrição	2011	2012	2013	2014	Peso	Var % 2014/2013	Var % 2014/2012
Antibacterianos	249.512,76	220.108,96	186.668,74	177.590,59	4,45%	-4,86%	-19,32%
Antivíricos	428.275,66	417.555,27	352.087,73	307.885,31	7,72%	-12,55%	-26,26%
Analgésicos e antipiréticos	54.973,80	33.083,68	32.219,97	30.755,07	0,77%	-4,55%	-7,04%
Anticoagulantes e anti trombóticos	138.459,39	142.995,21	147.996,57	138.455,55	3,47%	-6,45%	-3,17%
Anti - hemorrágicos	16.750,19	26.205,44	23.369,19	41.619,52	1,04%	78,10%	58,82%
Factores estimulantes da hematopoiése	15.114,15	9.585,76	9.928,04	12.102,27	0,30%	21,90%	26,25%
Citotóxicos	238.033,27	136.640,45	90.242,89	58.953,31	1,48%	-34,67%	-56,86%
Hormonas e anti - hormonas	93.029,23	46.312,30	36.784,37	39.893,86	1,00%	8,45%	-13,86%
Imunomoduladores	1.445.707,09	1.594.871,09	1.330.643,84	1.737.988,57	43,58%	30,61%	8,97%
Imunoglobulinas	102.838,13	123.093,75	93.065,23	100.212,62	2,51%	7,68%	-18,59%
Correctivos de volémia	384.575,39	293.810,91	210.980,81	195.554,68	4,90%	-7,31%	-33,44%
Anestésicos	135.363,31	129.186,28	122.379,34	103.077,66	2,58%	-15,77%	-20,21%
Nutrição	64.226,81	58.698,22	63.933,49	50.597,26	1,27%	-20,86%	-13,80%
Psicofármacos	143.057,70	176.521,14	188.266,58	215.580,74	5,41%	14,51%	22,13%
Contraste radiológico	72.614,64	53.754,37	52.232,03	59.323,16	1,49%	13,58%	10,36%
Outros	722.210,84	823.866,52	733.333,56	718.464,22	18,02%	-2,03%	-12,79%
<b>Total</b>	<b>4.304.742,36</b>	<b>4.286.289,35</b>	<b>3.674.132,38</b>	<b>3.988.054,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,54%</b>	<b>-6,96%</b>

Figura 35: Medicamentos consumidos por grupo terapêutico

### Fornecimentos e serviços externos

Rubricas	2011	2012	2013	2014		
				Realizado	Previsto	Desvio
<b>Subcontratos</b>	<b>2.378.715,33</b>	<b>2.578.069,57</b>	<b>2.581.116,50</b>	<b>3.633.522,64</b>	<b>1.750.799,63</b>	<b>1.882.723,01</b>
						<b>107,54%</b>
Meios Complementares de Diagnóstico	1.495.482,80	1.468.583,34	1.469.025,08	1.409.705,42	1.100.762,25	308.943,17
Meios Complementares de Terapêutica	451.095,39	387.565,59	418.602,67	450.615,93	332.018,56	118.597,37
Internamento e Transporte de Doentes	407.223,91	383.171,30	421.003,48	1.773.170,29	306.488,05	1.466.682,24
Outros Trabalhos executados no exterior	24.913,23	338.749,34	272.485,27	31,00	11.530,77	-11.499,77
Total	2.378.715,33	2.578.069,57	2.581.116,50	3.633.522,64	1.750.799,63	1.882.723,01
						<b>107,54%</b>
<b>Fornecimentos e serviços</b>	<b>6.925.423,29</b>	<b>6.381.109,93</b>	<b>5.769.968,47</b>	<b>5.124.111,96</b>	<b>5.247.691,44</b>	<b>-123.579,48</b>
						<b>-2,35%</b>
Fornecimentos e serviços I	1.107.524,03	1.238.979,02	1.301.683,05	1.267.087,52	1.201.795,79	65.291,73
Rendas e Alugueres	363.162,09	356.295,09	352.821,23	355.163,55	375.150,57	-19.987,02
Fornecimentos e serviços II	2.543.546,77	2.058.310,66	1.563.304,67	1.291.055,97	1.529.709,22	-238.653,25
Honorários	2.366.532,33	1.921.735,44	1.466.891,28	1.203.190,07	1.415.465,38	-212.275,31
Fornecimentos e serviços III	3.157.656,54	2.960.492,57	2.796.069,26	2.479.059,06	2.439.080,48	39.978,58
Trabalhos especializados	2.222.172,43	1.982.515,74	1.776.681,92	1.675.092,57	1.617.769,47	57.323,10
Serviços técnicos de recursos humanos	674.910,73	514.398,36	394.098,76	253.777,99	177.685,75	76.092,24
Outros Fornecimentos e Serviços	116.695,95	123.327,68	108.911,49	86.909,41	77.105,95	9.803,46
Total	6.925.423,29	6.381.109,93	5.769.968,47	5.124.111,96	5.247.691,44	-123.579,48
						<b>-2,35%</b>
<b>Total FSE</b>	<b>9.304.138,62</b>	<b>8.959.179,50</b>	<b>8.351.084,97</b>	<b>8.757.634,60</b>	<b>6.998.491,07</b>	<b>1.759.143,53</b>
						<b>25,14%</b>

Diminuem em cerca de 6% os fornecimentos e serviços externos face a 2011, apesar do aumento próximo de 53% nos serviços subcontratados.

Relativamente ao orçamento não foram atingidos os valores estimados, por força do crescimento nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica e em maior percentagem no internamento e transporte de doentes. Aumento este devido acima de tudo aos encargos com doentes operados em convenções com o SNS, no âmbito do SIGIC. Também os outros fornecimentos e serviços registaram um pequeno crescimento, em cerca de 2%. Contudo os consumos em algumas rubricas cresceram significativamente, nomeadamente combustíveis, água e outros fluidos, serviços de limpeza e higiene e serviços técnicos de recursos humanos. Destaque para a diminuição em cerca de 15% nos honorários e de 28% nos serviços de comunicações, e em menor percentagem, nos serviços de lavandaria e nos serviços de conservação e reparação.

### Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal foram ajustados pela aplicação da redução remuneratória decorrente do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, e artigo 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de Setembro. Os custos com o pessoal continuam a considerar a redução de 5% na remuneração dos membros da administração nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010.

Em aplicação do previsto no Despacho nº 5077/2013 e artigo 45º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de Dezembro, foi reduzido o custo com trabalho extraordinário em 3,41% face a 2013.

Em aplicação do Acórdão nº 413/2014 do Tribunal Constitucional (Dr 1ª série, nº 121 de 26 de Junho), foi reconhecido o encargo com a suspensão dos cortes salariais.

Rubricas	2011	2012	2013	2014			Em euros
				Realizado	Previsto	Desvio	
Remunerações Órgãos Directivos	362.103,18	356.923,39	354.117,76	308.403,72	325.000,00	-16.596,28	-5,11%
Remunerações de Pessoal	25.683.500,34	25.332.165,60	24.701.222,36	23.872.473,10	23.147.551,10	724.922,00	3,13%
Remunerações Base do Pessoal	17.519.644,85	17.474.229,35	17.334.761,80	16.884.033,63	16.226.315,78	657.717,85	4,05%
Regime função pública	10.320.224,17	9.963.780,88	9.440.874,92	8.724.850,90	8.454.942,19	269.908,71	3,19%
Contrato a termo certo	1.063.643,50	1.099.688,53	1.103.466,18	1.219.998,57	1.040.969,12	179.029,45	17,20%
Contrato individual de trabalho	6.071.521,33	6.357.811,88	6.740.191,42	6.855.012,97	6.685.511,10	169.501,87	2,54%
Pessoal em outra situação	64.255,85	52.948,06	50.229,28	84.171,19	44.893,37	39.277,82	87,49%
Suplementos de Remunerações	6.328.732,38	6.129.335,20	4.503.401,11	3.911.295,29	4.244.799,59	-333.504,30	-7,86%
Trabalho Extraordinário	2.338.739,49	1.996.343,71	1.504.174,68	1.452.893,19	1.412.334,78	40.558,41	2,87%
Horas Extraordinárias	2.154.458,80	1.864.035,20	1.382.795,88	1.328.555,37	1.302.790,24	25.765,13	1,98%
Prestações Sociais Directas	65.007,98	32.196,24	27.739,22	25.086,11	26.481,56	-1.395,45	-5,27%
Subsídio de Férias e de Natal	1.770.115,13	1.696.404,81	2.835.320,23	3.052.058,07	2.649.954,17	402.103,90	15,17%
Pensões	550.697,69	37.433,49	131.368,39	263.885,06	190.000,00	73.885,06	38,89%
Encargos sobre Remunerações	4.572.896,66	4.665.991,07	5.360.160,50	5.675.186,50	4.970.866,57	704.319,93	14,17%
Seguros de acidentes trabalho	41.060,06	88.088,68	57.210,01	59.338,07	61.466,91	-2.128,84	-3,46%
Outros Custos com Pessoal	242.507,56	153.287,36	125.346,79	317.913,59	123.869,86	194.043,73	156,65%
<b>Total</b>	<b>31.452.765,49</b>	<b>30.633.889,59</b>	<b>30.729.425,81</b>	<b>30.497.200,04</b>	<b>28.818.754,44</b>	<b>1.678.445,60</b>	<b>5,82%</b>

Figura 36: Custos com pessoal

## Situação Financeira e Patrimonial

### Balanço

Descrição	2012	2013	2014	Var 14/13
<b>Activo</b>				
Imobilizado Líquido	12.815.334,88	11.461.580,59	10.311.604,30	-10,03%
Activo Circulante	8.326.375,47	6.917.447,06	9.214.590,08	33,21%
Acréscimos e Diferimentos	4.633.033,97	4.029.283,60	5.534.414,13	37,35%
<b>Total do Ativo</b>	<b>25.774.744,32</b>	<b>22.408.311,25</b>	<b>25.060.608,51</b>	<b>11,84%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>				
Total Fundos Próprios	-10.159.817,71	-15.957.957,10	-6.065.245,30	62,0%
<b>Passivo</b>				
Curto Prazo	28.613.889,26	32.161.151,51	24.765.950,60	-23,0%
Acréscimos e Diferimentos	7.320.672,77	6.205.116,84	6.359.903,21	2,5%
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>25.774.744,32</b>	<b>22.408.311,25</b>	<b>25.060.608,51</b>	<b>11,84%</b>

Figura 37: Fundos Próprios e Passivo

Apesar dos investimentos realizados desde a constituição do CHMA em 2007, de manutenção e conservação e requalificação das instalações existentes, de montante aproximado dos 15,9 M€, o imobilizado líquido diminuiu face ao registo de 2013.

No activo circulante o maior destaque vai para o aumento em 2.256.086,43€ das disponibilidades na conta do Tesouro. Este acréscimo foi fruto das verbas recebidas no âmbito aumento de capital de 3.300.000€, ocorrido no mês de Dezembro, determinado pelo Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Saúde, n.º 15476-B/2014, de 19 de Dezembro de 2014. Dado que os 3.300.000€ foram recebidos muito perto do final do ano, e seguindo também as instruções do Despacho referido, só foi possível utilizar para pagamentos 932.000€, tendo a restante verba transitado para 2014 numa conta do IGCP.

Acréscimos e diferimentos referem-se à estimativa do incentivo institucional, previsto no Contrato Programa em função do cumprimento dos objectivos de qualidade e eficiência, e a estimativa de produção SNS não facturada.

Variação nos capitais próprios é positiva não obstante os resultados líquidos negativos do exercício e os resultados transitados negativos dos exercícios anteriores. No início de Janeiro de 2014 houve um aumento do capital estatutário, no valor de 13.400.000€, em resultado da conversão do empréstimo obtido no âmbito do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS (FASP). Em Dezembro de 2014, tal como referido acima, houve um novo aumento do capital estatutário em 3.300.000€ na sequência do Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Saúde, n.º

15476-B/2014, de 19 de Dezembro de 2014, com vista a corrigir desequilíbrios financeiros e procurar atingir fundos próprios positivos.

O passivo de curto prazo diminuiu fruto da conversão do empréstimo do FASP em capital estatutário. Esta diminuição foi suficiente para cobrir o efeito negativo do aumento do passivo de curto prazo decorrente do agravamento das dívidas a fornecedores de conta corrente e com os adiantamentos de clientes, designadamente da ACSS, com saldo ainda não regularizado em consequência de algum atraso na validação da facturação.

#### Indicadores económico-financeiros

Descrição	Especificação	2012	2013	2014
<b>Indicadores de financiamento</b>				
fundo de maneio	Activo circulante - Exigências de cp	-20.287.513,79	-25.243.704,45	-15.551.360,52
cobertura do Imobilizado	Cap. Permanentes /imobilizado Líquido	-0,79	-1,39	-0,59
solvabilidade	Cap. Próprios / cap. Alheios	-0,28	-0,42	-0,19
<b>Indicadores de funcionamento</b>				
rtação do ativo	Vendas + Prest de Serv / Activo	1,76	1,81	1,55
permanência de stocks	(Existências / Mat. Cons.)*365	30,50	30,94	33,41
prazo médio de recebimentos	Saldo de Clientes / (vendas + Prest Serv) * 365	22,36	11,25	9,30
prazo médio de pagamentos	(Saldo méd Fornec / Compras) *365	220,56	98,69	194,45
<b>Indicadores de liquidez</b>				
liquidez geral	Activo Circul / Pass Circulante	0,29	0,22	0,37
liquidez reduzida	(Act Circul - Exist) / Pass Circulante	0,27	0,20	0,34
liquidez Imediata	(DO + Caixa) / Pass Circulante	0,11	0,08	0,20
<b>Indicadores de estrutura operacional</b>				
rendibilidade operacional	(Res. Operacionais / Vendas ) *100	-7,74	-16,40	-19,53

Figura 38: Indicadores económico-financeiros

Com a regularização, em final de 2012, de saldos acumulados de fornecedores e outros credores, o prazo médio de pagamentos ponderado diminui até aos 70 dias no terceiro trimestre de 2013, contudo a continuada insuficiência de fundos disponíveis tem originado uma acumulação dos atrasos nos pagamentos, fixando-se em 194 dias o prazo médio de pagamentos em 31 de Dezembro de 2014.

Apesar de alguma evolução positiva nos indicadores de funcionamento, financiamento e liquidez, estes continuam a revelar a deficiente situação financeira do CHMA.

Naturalmente só a inversão dos resultados da exploração permitirá resolver, de forma sustentada, esta importante dificuldade, no entanto, no curto prazo, será também necessário admitir um novo reforço do capital estatutário.

## V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Apurado um resultado líquido negativo no valor de 6.807.288,20 €, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja levado à conta de Resultados Transitados.



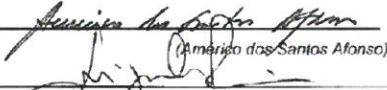
### Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E, vem propor que o resultado líquido do exercício, respeitante ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014, o montante de -6.807.288,20 Euros, transite para a conta de resultados transitados.

Santo Tirso, 31 de Março de 2015

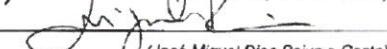
#### O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração



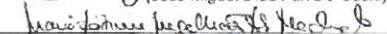
(Américo dos Santos Afonso)

Vogal Executivo



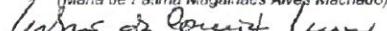
(José Miguel Dias Paiva e Costa)

Vogal Executivo



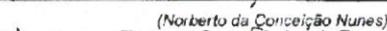
(Maria de Fátima Magalhães Alves Machado)

Diretor Clínico



(Norberto da Conceição Nunes)

Enfermeira Diretora



(Olíndia Celeste Machado de Sá)

## VI. PRINCIPAIS ACTIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2014

Em termos das estruturas físicas não se verificaram neste exercício económico significativas alterações, a não ser a conclusão da remodelação do espaço da cozinha da Unidade de Famalicão e algumas pequenas obras de conservação e manutenção. Foram ainda efectuadas despesas de aquisição e conservação de equipamentos médico-cirúrgicos e administrativos.

Em virtude das enormes dificuldades identificadas na implementação da aplicação ALERT® OUTPATIENT no internamento, foi interrompido o processo de informatização nos serviços de consulta externa e da urgência. Em Outubro de 2013, o CHMA aderiu ao projecto piloto da implementação da aplicação SClínico. Esta aplicação é um software evolutivo, desenvolvido pela SPMS, que une o SAM (Sistema de Apoio ao Médico) e o SAPE (Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem), de forma a existir uma aplicação única comum a todos os prestadores de cuidados de saúde. A aplicação mantém as funções dos anteriores softwares, organizadas dentro de um novo layout gráfico que facilita a usabilidade da aplicação. É efectuada a integração de novas áreas de registo de dados, como as Notas de Alta Médicas/Enfermagem gerais e unidade de Medicina Intensiva e a Notícia de Nascimento (com integração à PDS para actualização do eBoletim). Esta aplicação tem ainda integrações com a PEM (Prescrição Electrónica Médica), SI-Vida (Sistema de Informação para a Infecção VIH/sida) e PCDR (Prescrição de Cuidados Respiratórios Domiciliários).

O novo módulo de urgência do SClínico entrou em funcionamento no dia 1 de Abril de 2014. A nova área permite a articulação entre informação clínica e não clínica, nos serviços de Urgência das duas Unidades do CHMA. Esta solução integral, permite a partilha de informação entre os vários perfis, substituindo desta forma o anterior software instalado, garantindo o rastreamento completo do doente, desde a admissão no Serviço de Urgência até à Alta, incluindo horas e locais de atendimento, especialidades e profissionais envolvidos, actos prescritos e realizados.

Está a decorrer a preparação do programa de acreditação do CHMA no âmbito das Normas de Acreditação do Programa de Acreditação Internacional CHKS, iniciado em Outubro de 2011 através da formalização da assinatura do contrato com Auditores do CHKS.

### Evolução dos investimentos realizados

O investimento no CHAM foi muito baixo dos últimos anos condicionado pelos sucessivos orçamentos deficitários a que a conjuntura económica do país não é alheia.

Código	Designação	Ac 2007/2010	2011	2012	2013	2014	Total
<b>Imobilizações Corpóreas</b>							
421	Terrenos e Recursos Naturais						
422	Edifícios e outras construções	4.911.908,59	241.900,42	190.418,93	98.039,91	17.475,40	5.459.743,25
<b>423 Equipamento básico</b>							
4231	Médico - Cirúrgico	1.995.381,87	34.648,15	23.708,52	67.443,13	71.139,34	2.192.321,01
4232	De imageria	118.316,39	698,25	0,00	0,00	0,00	119.014,64
4233	De laboratório	8.100,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.100,79
4234	Mobiliário hospitalar	496.008,63	13.925,45	910,28	139,42	0,00	510.983,78
4235	De desinfecção e esterilização	23.111,38	0,00	0,00	0,00	0,00	23.111,38
4236	De hotelaria	64.597,55	6.567,57	4.771,54	6.760,00	1.505,68	84.202,34
4239	Outro	421.346,81	31.400,02	16.030,02	10.326,47	33.675,35	512.778,67
<b>Total da conta 423</b>		3.126.863,42	87.239,44	45.420,36	84.669,02	106.320,37	3.450.512,61
424	De transporte	29.911,44	0,00	8.200,00	0,00	0,00	38.111,44
425	Ferramentas e utensílios	1.996,28	34,50	0,00	0,00	28,99	2.059,77
<b>426 Equi. Admin. E Informático</b>							
4261	Equipamento Administrativo	199.130,47	14.146,68	8.107,39	2.399,57	822,40	224.606,51
4262	Equipamento informático	1.675.517,36	64.098,56	6.699,61	17.003,00	48.174,18	1.811.492,71
<b>Total da conta 426</b>		1.874.647,83	78.245,24	14.807,00	19.402,57	48.996,58	2.036.099,22
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras	36.552,20	0,00	0,00	0,00	0,00	36.552,20
<b>Total de Imobilizações Corpóreas</b>		9.981.879,76	407.419,60	258.846,29	202.111,50	172.821,34	11.023.078,49
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>							
43	Imobilizações Incorpóreas	41.398,64	13.337,44	13.974,90	13.151,10	6.767,90	88.629,98
<b>Imobilizações em curso</b>							
44	Imobilizações em curso	4.984.657,03	4.428,00	0,00	0,00	0,00	4.989.085,03
<b>Total Geral</b>		<b>15.007.935,43</b>	<b>425.185,04</b>	<b>272.821,19</b>	<b>215.262,60</b>	<b>179.589,24</b>	<b>16.100.793,50</b>

Figura 39: Investimento realizado

#### Fontes de financiamento dos investimentos realizados

Designação	Ac 2007/2010	2011	2012	2013	2014	Total
Capitais Próprios	8.478.550,32	209.309,09	185.463,36	174.028,11	68.319,74	9.115.670,62
FEDER	3.396.717,44	215.875,95	0,00	0,00	0,00	3.612.593,39
PIDDAC	223.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223.656,00
ACSS	1.407.491,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.407.491,00
Fornecedores de Imobilizado	1.501.520,67	0,00	87.357,83	41.234,49	111.269,50	1.741.382,49
<b>Total Geral</b>		<b>15.007.935,43</b>	<b>425.185,04</b>	<b>272.821,19</b>	<b>215.262,60</b>	<b>179.589,24</b>
						<b>16.100.793,50</b>

Figura 40: Fontes de financiamento

Verifica-se que cerca de 67% dos valores de investimentos realizados nos últimos exercícios foram financiados por recurso a capitais próprios, ou seja, auto financiamento

## VII. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2015

### Estratégia para 2015

Uma estratégia, para um ano de referência, está assente em certos cenários previsíveis. Mas estes cenários podem conhecer, ao longo do horizonte temporal, alterações significativas. Uma alteração possível terá a ver com entrega da unidade de Santo Tirso à Santa Casa da Misericórdia local. A estratégia futura, nesta, como noutras eventuais situações, estará sempre dependente das opções que forem tomadas pela Tutela.

Porém, as prioridades do CHMA deverão estar orientadas, sobretudo, para a promoção de uma gestão eficiente e racional dos recursos disponíveis e para a valorização e motivação dos seus colaboradores, de modo a que possamos continuar a prestar cuidados de saúde à população da nossa área de referência, com qualidade e em segurança, proporcionando assim efetivos ganhos em saúde.

### Atividade assistencial prevista para 2015

A actividade assistencial prevista para 2015 foi definida considerando as orientações para a elaboração do Plano Estratégico 2013-15, previstas no Despacho nº 2508/2012, de 10 de Dezembro, do Senhor Secretário de Estado da Saúde, bem como as orientações gerais e específicas para a elaboração das adendas aos contratos programa para 2014 integradas no PE 2014-2015, na sequência do Despacho nº 774/2013, de 26 de Novembro, do Senhor Secretário de Estado da Saúde.

O CHMA com menos recursos disponíveis terá de continuar a responder às necessidades de saúde dos cidadãos, sem perda de qualidade e salvaguardando os actuais níveis de acesso e eficiência.

Foi assim considerada a "Metodologia para a definição de preços e fixação de objectivos do Contrato Programa para 2015", documento produzido pela ACSS, onde se considera a necessidade de manter a contenção e racionalização de custos, procurando atingir uma maior eficiência, efectividade e sustentabilidade económico-financeira com o objectivo do CHMA atingir um EBITDA positivo em 2016.

Como o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2014 teve um desempenho económico deficitário, o contrato programa para 2014 consubstancia um resultado líquido

negativo em 6.807.288,20€ e um EBITDA também negativo em 5.469.252,86€. Neste agravamento nos resultados destaca-se:

- encargos financeiros com os doentes operados no exterior (convenções com SNS), no âmbito do SIGIC

- crédito a favor da ACSS e relativo ao exercício de 2011 (atividade SNS)

A actividade prevista para 2015 é a seguinte:

	Produção Total	Produção SNS	% Doentes SNS
<b>Consultas Externas</b>			
Total de Consultas médicas	<b>177.975</b>	<b>174.000</b>	<b>97,77%</b>
Primeiras Consultas	55.095	54.000	98,01%
Consultas Subsequentes	122.880	120.000	97,66%
<b>Internamento</b>			
GDH Médicos	8.108	7.902	97,46%
GDH Cirúrgicos	<b>3.964</b>	<b>3.900</b>	<b>98,39%</b>
GDH Cirúrgicos - Programados	2.560	2.550	99,61%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1.404	1.350	96,15%
<b>Urgência</b>			
Nº de Urgências (Atendimentos total)	119.680	114.550	95,71%
Nº de Urgências (s/ Internamento)	109.500	105.750	96,58%
<b>Nº de Sessões</b>			
Base (Pediatria + Oncologia (s/ quimio)	3.804	3.802	99,95%
Imuno	500	500	100,00%
Psiquiatria	1.802	1.800	99,89%
<b>Serviços Domiciliários</b>			
Total de Visitas Domiciliárias	900	900	100,00%
<b>GDH Ambulatório</b>			
GDH Médicos	2.150	2.100	97,67%
GDH Cirúrgicos	4.660	4.550	97,64%
<b>Programas de Saúde</b>			
Diagnóstico Pré - Natal - Nº Protocolo I	1.300	1.300	100,00%
VIH/Sida - Doentes Transitados (naif)	32	32	100,00%
IG até 10 semanas - Nº IG Medicamentosa em Amb.	160	160	100,00%
<b>Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade</b>			
Nº Consultas de Apoio da Infertilidade	190	190	100,00%
<b>Medicamentos</b>			
Dispensa Gratuita em ambulatório c/ suporte legal e da responsabilidade financeira do Hospital	72.900	72.900	100,00%

Figura 41: Atividade assistencial prevista em 2015

## VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Fluxos de Caixa

Mapa dos Fluxos Financeiros

Mapas de Controlo Orçamental

*F  
H  
Jo  
LW  
W*

## Balanço

BALANÇO ANALITICO em 31 de Dezembro de 2014

ACTIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO				
		2014		2013		
		Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido	
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>						
451	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
452	Edifícios .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infra-estruturas .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
455	Bens patrim. histórico, art. e cultural .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
459	Outros bens domínio público .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
445	Imob. em curso bens domínio pública .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
446	Adiantam. p/conta bens dom pub .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total bens de domínio público ...</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPOREAS</b>						
431	Despesas de instalação.....	79 727,70	79 727,70	0,00	0,00	
432	Despesas invest e desenvolvimento.....	210 581,01	187 368,91	23 212,10	30 566,74	
443	Imobilizações em curso Imob. Incorp .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
449	Adiantam. p/conta imob. Incorp .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total imobilizações incorporeas ..</b>		<b>290 308,71</b>	<b>267 096,61</b>	<b>23 212,10</b>	<b>30 566,74</b>	
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS</b>						
421	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
422	Edifícios e outras construções .....	13 556 618,21	4 636 545,63	8 920 072,58	9 066 813,44	
423	Equipamento básico.....	13 785 474,15	13 040 133,82	745 340,33	1 096 038,46	
424	Equipamento de transporte .....	73 622,99	67 432,83	6 190,16	10 619,58	
425	Ferramentas e utensílios .....	22 894,42	22 736,63	157,79	493,58	
426	Equip. administrativo e informático .....	7 232 450,57	6 639 379,80	593 070,77	1 200 512,32	
427	Taras e vasilhame .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas .....	838 626,25	815 065,68	23 560,57	56 536,47	
442	Imobilizações em curso .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
448	Adiantamento p/conta imob. Corp .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total imobilizações corpóreas ...</b>		<b>35 509 686,59</b>	<b>25 221 294,39</b>	<b>10 288 392,20</b>	<b>11 431 013,85</b>	
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
411	Partes de capital .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
412	Obrigações e títulos de participação .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
414	Investimentos em imóveis .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
415	Outras aplicações financeiras .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
441	Imobiliz. em curso invest financeiros .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
447	Adiantam p/conta invest financeiros .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total investimentos financeiros ...</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>EXISTÊNCIAS</b>						
36	Matérias-primas, subs e de consumo .....	694 504,63	0,00	694 504,63	636 394,18	
34	Subprodutos, desp., resíduos e refugos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
32	Mercadorias .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
37	Adiantamentos por conta de compras .....	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total das existências .....</b>		<b>694 504,63</b>	<b>0,00</b>	<b>694 504,63</b>	<b>636 394,18</b>	

BALANÇO ANALITICO em 31 de Dezembro de 2014

ACTIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		2014		2013	
		Activo Bruto	Amort./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
	DIVIDAS TERCEIROS-Méd.longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Dividas Terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Emprestimos concedidos .....	374 565,61	0,00	374 565,61	297 604,81
213	Clientes c/c .....	0,00	0,00	0,00	0,00
215	Utentes c/c .....	617 280,76	0,00	617 280,76	954 463,66
218	Instituições do Ministério da Saúde .....	704 994,78	641 848,18	63 146,60	38 096,11
251	Clínicas e utentes cobrança duvidosa .....	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Devedores p/execução do orçamento .....	95 546,84	0,00	95 546,84	84 316,04
2619	Adiantamentos a fornecedores .....	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Adiantamento a fornec. Imobilizado .....	542 103,50	0,00	542 103,50	459 884,96
262/3/4+	Estado e outros entes públicos .....	0,00	0,00	0,00	0,00
267/8	Outros devedores .....	1 964 004,05	0,00	1 964 004,05	1 839 335,64
	Total dividas a terceiros.....	4 298 495,54	641 848,18	3 656 647,36	3 673 701,22
	TITULOS NEGOCIAVEIS				
151	Acções .....	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação .....	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública .....	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos .....	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria .....	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	1 500 000,00
	Total títulos negociáveis .....	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	1 500 000,00
	DEPOSITOS INST.FINANC./CAIXA				
13	Conta no Tesouro .....	3 340 213,44	0,00	3 340 213,44	983 916,66
12	Depósitos em inst. Financeiras .....	19 340,92	0,00	19 340,92	113 203,76
11	Caixa .....	3 883,73	0,00	3 883,73	10 231,24
	Total de depósitos e caixa .....	3 363 438,09	0,00	3 363 438,09	1 107 351,66
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acrescimos de Proveitos .....	5 533 241,12	0,00	5 533 241,12	4 029 283,60
272	Custos diferidos .....	1 173,01	0,00	1 173,01	0,00
	Total acréscimos e diferimentos ..	5 534 414,13	0,00	5 534 414,13	4 029 283,60
	Total de amortizações .....		25 488 391,00		
	Total de ajustamentos .....		641 848,18		
	TOTAL DO ACTIVO .....	51 190 847,69	26 130 239,18	25 060 608,51	22 408 311,25



BALANÇO ANALITICO em 31 de Dezembro de 2014

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO  
Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO	
		2014	2013
<b>FUNDO PATRIMONIAL</b>			
51	Património .....	43 342 791,00	26 642 791,00
56	Reservas de reavaliação .....	0,00	0,00
<b>RESERVAS</b>			
574	Reservas livres .....	0,00	0,00
575	Subsídios .....	0,00	0,00
576	Doações .....	32 868,85	32 868,85
577	Reservas decorrentes da transferência de activos .....	0,00	0,00
	<b>Total das reservas .....</b>	<b>32 868,85</b>	<b>32 868,85</b>
59	Resultados transitados .....	-42 633 616,95	-36 835 477,56
88	Resultado líquido do exercício .....	-6 807 288,20	-5 798 139,39
	<b>Total do Fundo Patrimonial .....</b>	<b>-6 065 245,30</b>	<b>-15 957 957,10</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PROVISÕES</b>			
291	Provisões para cobrança duvidosa .....	0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos .....	0,00	172 389,94
	<b>Total de provisões .....</b>	<b>0,00</b>	<b>172 389,94</b>
<b>DIVIDAS TERCEIROS - Médio e longo prazo .....</b>			
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo:</b>			
219	Adiantamentos de clientes, utentes e Inst. Min. Saúde	11 248 403,41	8 043 922,68
221	Fornecedores c/c .....	5 833 530,07	3 526 749,37
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência .....	883 781,56	525 135,00
2311	Empréstimos obtidos .....	0,00	13 365 777,40
252	Credores pela execução do orçamento .....	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c .....	111 269,50	41 234,49
24	Estado e Outros Entes Públlicos .....	1 040 544,12	1 103 634,79
262/3/4+			
267/8	Outros Credores .....	5 648 421,94	5 382 307,84
	<b>Total de dívida a terceiros .....</b>	<b>24 765 950,60</b>	<b>31 988 761,57</b>
<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
273	Acréscimos de custos .....	4 930 499,96	4 492 619,07
274	Proveitos diferidos .....	1 429 403,25	1 712 497,77
	<b>Total de acréscimos e diferimentos .....</b>	<b>6 359 903,21</b>	<b>6 205 116,84</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>	<b>31 125 853,81</b>	<b>38 366 268,35</b>
	<b>TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO .....</b>	<b>25 060 608,51</b>	<b>22 408 311,25</b>



## Demonstração de Resultados por Natureza

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS por natureza em 31 de Dezembro de 2014

CUSTOS E PERDAS

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO		
		2014	2013	
61	<b>CUSTOS MERCAD.VENDIDAS M.CONSUMIDAS:</b>			
612	Mercadorias	0,00		
616	Matérias de consumo	7 587 911,08	7 587 911,08	7 508 191,69
62	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>		8 757 634,60	8 351 084,97
64	<b>CUSTOS COM O PESSOAL:</b>			
641	Remunerações dos órgãos directivos	308 403,72		354 117,76
642	Remunerações base de pessoal	23 872 473,10		24 701 222,36
643	Pensões	263 885,06		131 368,39
645	Encargos sobre remunerações	5 675 186,50		5 360 160,50
646	Seguros de acid. De trabalho e doenças Prof.	59 338,07		57 210,01
647	Encargos sociais voluntários	35 589,37		56 730,73
648	Outros custos com pessoal	125 030,12		68 616,06
649	Estágios Profissionais	157 294,10	30 497 200,04	30 729 425,81
63	Transf. Correntes conc. e prest. Soc.		0,00	0,00
66	<b>Amortizações do exercício</b>	1 329 801,91		1 569 016,89
67	Provisões do exercício	0,00	1 329 801,91	0,00
65	<b>Outros custos e perdas operacionais</b>		17 551,61	20 063,73
	(A) .....		48 190 099,24	48 177 783,09
68	<b>Outros custos e perdas financeiras</b>		6 481,95	10 313,13
	(C) .....		48 196 581,19	48 188 096,22
69	<b>Custos e perdas extraordinárias</b>		170 402,69	882 406,63
	(E) .....		48 366 983,88	49 070 502,85
86	<b>Imposto s/rendimento do exercício</b>		8 233,43	28 045,98
	(G) .....		48 375 217,31	49 098 548,83
88	<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	-6 807 288,20		-5 798 139,39
		41 567 929,11		43 300 409,44

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS por natureza em 31 de Dezembro de 2014

PROVEITOS E GANHOS

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO		
		2014	2013	
71	<b>VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:</b>			
711	Vendas .....	0,00		
712	Prestações de serviços .....	38 939 922,12	38 939 922,12	40 626 291,90
72	<b>Impostos, taxas e outros .....</b>		0,00	0,00
75	<b>Trabalhos para a própria Entidade .....</b>		0,00	0,00
73	<b>Proveitos suplementares .....</b>		61 910,42	58 139,75
74	<b>TRANSF. SUBSID. CORRENTES OBTIDOS:</b>			
741	Transferências - Tesouro .....	0,00		0,00
742	Transferências correntes obtidas .....	0,00		9 330,73
743	Subsid correntes obtidos - Outros Ent Públcos	81 745,37		6 190,53
749	De outras entidades .....	0,00	81 745,37	15 521,26
76	<b>Outros proveitos /ganhos operacionais .....</b>		1 500 455,97	815 123,14
	(B) .....		40 584 033,88	41 515 076,05
78	<b>Proveitos e ganhos financeiros .....</b>		4 239,58	272 923,48
	(D) .....		40 588 273,46	41 787 999,53
79	<b>Proveitos e ganhos extraordinários .....</b>		979 655,65	1 512 409,91
	(F) .....		41 567 929,11	43 300 409,44
	<b>RESUMO</b>			
	RESULTADOS OPERACIONAIS (B)-(A)= .....	-7 606 065,36		-6 662 707,04
	RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)= .....	-2 242,37		262 610,35
	RESULTADOS CORRENTES (D)-(C) = .....	-7 608 307,73		-6 400 096,69
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO (F)-(G) = .....	-6 807 288,20		-5 798 139,39

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Descrição	Em euros	
	2014	2013
<b>Actividades operacionais .....</b>		
Recebimento de Clientes .....	41 226.698,23	82 304 785,30
Pagamento a fornecedores .....	-13.008.185,98	-13 786 398,65
Pagamento a pessoal .....	-30 826 657,85	-31 076 856,73
<b>Fluxos gerados pelas operações .....</b>	<b>-2.608.145,60</b>	<b>37.441.529,92</b>
 Pagamento de IRC .....	 -28.045,98	 0,00
Outros pagamentos/Recebimentos operacionais .....	1.193.932,28	-37.925.343,39
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias .....</b>	<b>1.165.886,30</b>	<b>-37.925.343,39</b>
 Recebimentos extraordinários .....	 483.053,66	 54 843,41
Pagamentos extraordinários .....	-10.226,93	-17 525,04
<b>Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias .....</b>	<b>472.826,73</b>	<b>37.318,37</b>
 <b>Fluxos das actividades operacionais .....</b>	 <b>-969.432,57</b>	 <b>-446.495,10</b>
 <b>Actividades de investimentos .....</b>		
Recebimentos provenientes de .....		
Investimentos Financeiros .....		
Imobilizações Corpóreas Imobilizações Incorpóreas .....		
Subsíc .....		
Juros e proveitos similares .....	4.230,82	218 840,27
Dividendos .....		
 <b>Pagamentos respeitantes a .....</b>		
Investimentos financeiros .....		
Imobilizações corporeas .....	-65.678,39	-248.234,84
Imobilizações incorporeo .....	-6.767,90	-13.151,10
Imobilizações em curso .....	0,00	0,00
<b>Fluxo das actividades de Investimento .....</b>	<b>-68.215,47</b>	<b>-42.545,67</b>
 <b>Actividades de Financiamento .....</b>		
Recebimentos provenientes de .....		
Empréstimos Obtidos .....		
Aumentos de Capital .....	3.300.000,00	
Subsídios e doações .....		
Venda de acções próprias .....		
Cobertura de prejuízos .....		
 <b>Pagamentos respeitantes a .....</b>		
Empréstimos Obtidos .....		
Amortizações de contratos de locação financeira .....		
Juros e custos similares .....	-6.265,53	-8.120,57
Dividendos .....		
Reduções de capital e prestações suplementares .....		
Aquisição de acções próprias .....		
<b>Fluxo de actividade de financiamento .....</b>	<b>3.293.734,47</b>	<b>-8.120,57</b>
 <b>Variação de caixa .....</b>	 <b>2.256.086,43</b>	 <b>-497.161,34</b>
Caixa no inicio do periodo .....	2.607.351,66	3.104.513,00
Caixa no fim do periodo .....	4.863.438,09	2.607.351,66

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Descrição	<b>Em euros</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Numerário .....	3 883,73	10 231,24
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis .....	3 359 554,36	1 097 120,42
Equivalentes a caixa .....		
Caixa e seus equivalentes .....		
Outras Aplicações de Tesouraria .....	1 500 000,00	1 500 000,00
Disponibilidades constantes do balanço .....	4.863.438,09	2.607.351,66

## Mapa dos Fluxos Financeiros

### Fluxos Financeiros da Receita

Janeiro a Dezembro de 2014

Em euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Cobrados	A cobrar	Total
	- Caixa	10.231,24	0,00	10.231,24
	- Depósitos	2.597.120,42	0,00	2.597.120,42
	<b>I - SALDO INICIAL:</b>	<b>2.607.351,66</b>	<b>0,00</b>	<b>2.607.351,66</b>
15	Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
	<b>Total das contas 15/18:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
219	Adiantamentos de clientes	40.055.760,43	0,00	40.055.760,43
229	Adiantamentos a fornecedores	983.445,49	95.546,84	1.078.992,33
24	Estado e outros entes públicos	8.522.873,42	542.103,50	9.064.976,92
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
262	Adiantamentos ao pessoal	7.683,65	4.815,94	12.499,59
263	Sindicatos	47.149,39	0,00	47.149,39
264	Regularização de dívidas por ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	141.778,53	0,00	141.778,53
	<b>Total das receitas de fundos alheios:</b>	<b>49.758.690,91</b>	<b>642.466,28</b>	<b>50.401.157,19</b>
23	Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
2745	Subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00
2748/9	Outros proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta proveitos diferidos:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
28	Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
51	Fundo patrimonial (capital social)	3.300.000,00	34.222,60	3.334.222,60
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00
576	Doações	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta de reservas:</b>	<b>3.300.000,00</b>	<b>34.222,60</b>	<b>3.334.222,60</b>
711	Vendas	0,00	0,00	0,00
712	Prestações de serviços	37.480.288,37	1.459.633,75	38.939.922,12
72	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	56.900,42	5.010,00	61.910,42
741	Transferências do Tesouro	0,00	0,00	0,00
742	Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
743	Subsídios correntes obtidos-Outros entes pùb.	227.516,83	-145.771,46	81.745,37
749	Subsídios correntes obtidos-De outras entidades	0,00	0,00	0,00
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.112.549,77	387.906,20	1.500.455,97
78	Proveitos e ganhos financeiros	4.230,82	8,76	4.239,58
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	483.053,66	-766.148,18	-283.094,52
	<b>Total dos proveitos do exercício:</b>	<b>39.364.539,87</b>	<b>940.639,07</b>	<b>40.305.178,94</b>
	<b>II - RECEITAS DO EXERCÍCIO:</b>	<b>92.423.230,78</b>	<b>1.617.327,95</b>	<b>94.040.558,73</b>
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	413.558,95	7.330.130,34	7.743.689,29
	<b>III - RECEITAS EXERCIC. ANTERIORES</b>	<b>413.558,95</b>	<b>7.330.130,34</b>	<b>7.743.689,29</b>
	<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>95.444.141,39</b>	<b>8.947.458,29</b>	<b>104.391.599,68</b>

Fluxos Financeiros da Despesa

Janeiro a Dezembro de 2014

Em euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Descrição	Pagos	Em dívida	Total
219	Adiantamentos de clientes	36.817.208,30	11.248.403,41	48.065.611,71
229	Adiantamentos a fornecedores	995.136,32	0,00	995.136,32
24	Estado e outros entes públicos	8.654.166,13	632.580,65	9.286.746,78
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
262	Adiantamentos ao pessoal	11.164,67	0,00	11.164,67
263	Sindicatos	47.091,86	106,14	47.198,00
264	Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	135.569,20	6.568,15	142.137,35
Total da despesa de fundos alheios:			<b>46.660.336,48</b>	<b>11.887.658,35</b>
23	Empréstimos obtidos	0,00	13.385.777,40	13.385.777,40
272	Custos Diferidos	0,00	1.173,01	1.173,01
28	Empréstimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
312	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
3161	Produtos farmacêuticos	2.224.525,58	3.395.386,49	5.619.912,07
3162	Material de consumo clínico	480.756,00	1.646.073,58	2.126.829,58
3163	Produtos alimentares	494,52	1.485,19	1.979,71
3164	Material de consumo hoteleiro	31.182,96	130.785,79	161.968,75
3165	Material de consumo administrativo	37.382,13	124.916,78	162.298,91
3166	Material de manutenção e conservação	11.359,57	46.021,78	57.381,35
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
Total da conta de compras:			<b>2.785.700,76</b>	<b>5.344.669,61</b>
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas	65.678,39	107.142,95	172.821,34
43	Imobilizações incorpóreas	6.767,90	79.727,70	86.495,60
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Total da conta de imobilizações:			<b>72.446,29</b>	<b>186.870,65</b>
6211	Assistência ambulatória	0,00	0,00	0,00
6212	Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
6213	Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6214	Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
6215	Internamentos	0,00	0,00	0,00
6216	Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
6217	Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6218	Trabalhos executados no exterior	363.579,34	3.269.943,30	3.633.522,64
6219	Outros sub-contratos	0,00	0,00	0,00
Total da conta de subcontratos:			<b>363.579,34</b>	<b>3.269.943,30</b>
6221	Fornecimentos e serviços I	1.105.074,20	162.013,32	1.267.087,52
6222	Fornecimentos e serviços II	1.301.560,05	-10.504,08	1.291.055,97
6223	Fornecimentos e serviços III	1.388.419,77	1.090.639,29	2.479.059,06
6229	Outros serviços	48.296,29	38.613,12	86.909,41
Total da conta de Fornec. Serviç. Terceiros:			<b>3.843.350,31</b>	<b>1.280.761,65</b>
63	Transferências corrent. conc. e prest. sociais	0,00	0,00	0,00
641	Remunerações dos órgãos directivos	264.056,28	0,00	264.056,28
6421	Remunerações base do pessoal	15.452.074,37	-1.420.183,34	14.031.891,03
6422	Suplementos de remunerações	4.161.659,37	-532.749,75	3.628.909,62
6423	Prestações sociais directas	25.086,11	0,00	25.086,11
6424	Subsídio de férias e natal	1.622.924,51	0,00	1.622.924,51
6425	Prémios de desempenho	0,00	0,00	0,00
643	Pensões	261.387,62	2.497,44	263.885,06
645	Encargos sobre remunerações	4.564.516,43	-274.596,14	4.289.920,29
646	Seguros e acidentes no trabalho	54.854,18	4.483,89	59.338,07
647	Encargos sociais voluntários	35.589,37	0,00	35.589,37
648	Outros custos com pessoal	124.535,12	495,00	125.030,12
649	Estágios Profissionais	157.294,10	0,00	157.294,10
Total da conta de despesas com pessoal:			<b>26.723.977,46</b>	<b>-2.220.052,90</b>
65	Outros custos e perdas operacionais	11.756,09	5.795,52	17.551,61
68	Custos e perdas financeiras	6.265,53	216,42	6.481,95
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	10.040,63	0,00	10.040,63
698	Outros custos e perdas extraordinárias	186,30	105.750,00	105.936,30
Total conta custos/perdas extraordinários:			<b>10.226,93</b>	<b>105.750,00</b>
86	Imposto s/ rendimento do exercício (PC)	80.477.639,19	33.228.563,01	113.706.202,20
<b>IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:</b>				
69764	C.R.E.A - Despesas com pessoal	4.099.199,37	606.085,65	4.705.285,02
697...	C.R.E.A - Outros	6.003.864,74	3.654.750,21	9.658.614,95
<b>V - DESPESAS EXERCIC. ANTERIORES:</b>			<b>10.103.064,11</b>	<b>4.260.835,86</b>
<b>Caixa:</b>				
		3.883,73	0,00	3.883,73
<b>DEPÓSITOS INSTIT. FINANCEIRAS:</b>				
	Depósitos à ordem	0,00	0,00	0,00
	Depósitos a prazo	19.340,92	0,00	19.340,92
	Outros Depósitos	0,00	0,00	0,00
	Tesouro Depósitos à Ordem	3.340.213,44	0,00	3.340.213,44
		3.359.554,36		
<b>TITULOS NEGOCIAVEIS:</b>				
	OUTRAS APLICAÇ. TESOURARIA:	1.500.000,00		1.500.000,00
<b>VI - SALDO FINAL:</b>				
	<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>95.444.141,39</b>	<b>37.489.398,87</b>	<b>132.933.540,26</b>

## Mapas de Controlo Orçamental

Mapa de Controlo do Orçamento de Compras:

Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2014

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
<b>COMPRAS:</b>						
312	Mercadorias					
<b>PRODUT. FARMACÉUTICOS:</b>						
31611	Medicamentos	3.551.267,00	4.037.127,59	4.048.768,32	3.962.623,75	4.051.080,56
31612	Reagentes e prod. diag. rápido	1.130.925,83	1.232.548,38	1.199.679,11	1.174.917,75	1.194.639,87
31619	Outros produtos farmacêuticos	53.135,25	57.508,65	57.240,96	56.275,92	56.609,07
3162	Material de consumo clínico	2.200.947,14	228.959,48	2.147.793,66	2.115.750,80	2.126.829,58
3163	Produtos alimentares	1.620,83	2.025,16	1.988,27	1.704,30	1.979,71
3164	Material consumo hoteleiro.	178.441,99	176.188,96	171.635,96	161.753,69	161.968,75
3165	Material consumo administrativo.	164.955,65	178.535,96	175.754,40	162.144,91	162.195,59
3166	Material manutenção e conservação	76.914,02	65.135,65	64.439,33	56.846,39	57.381,39
3169	Outro material de consumo		0,00			
<b>TOTAL DAS COMPRAS:</b>		<b>7.358.207,71</b>	<b>5.978.029,83</b>	<b>7.867.300,01</b>	<b>7.692.017,51</b>	<b>7.812.684,52</b>
317	DEvolução de compras				64.564,39	
318	DESCONT. ABATIM. COMPRAS.				56.102,62	
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>7.358.207,71</b>	<b>5.978.029,83</b>	<b>7.867.300,01</b>	<b>7.571.350,50</b>	<b>7.812.684,52</b>

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2014

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
<b>CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONS.:</b>						
612	Mercadorias	0,00			0,00	
6161	Produtos farmacêuticos	4.718.492,56			5.122.162,37	
6162	Material de consumo clínico	2.190.324,07			2.092.230,81	
6163	Produtos alimentares	1.629,47			1.741,09	
6164	Material consumo hoteleiro	183.130,13			159.318,42	
6165	Material consumo administrativo	165.834,58			158.621,29	
6166	Material manutenção/conservação	79.765,64			53.837,10	
6169	Outro material de consumo	0,00			0,00	
<b>Total da conta 61</b>		<b>7.339.176,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.587.911,08</b>	<b>0,00</b>
<b>FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>						
<b>Sub contactos:</b>						
<b>6211</b>	Assistência ambulatória					
<b>Meios complement. diagnóstico:</b>						
62121	Patologia clínica					
62122	Anatomia patológica					
62123	Imagiologia					
62124	Cardiologia					
62125	Electroencefalografia					
62126	Medicina nuclear					
62127	Endoscopia Gástrica					
62128	Pneumologia / Imunoalergologia					
62129	Outros					
<b>Total da conta 6212</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Meios complement. terapêutica:</b>						
62131	Hemodiálise					
62132	Medicina física e reabilitação					
	<b>Total da conta 6213</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6214</b>	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.					
<b>6215</b>	Internamentos					
<b>6216</b>	Transporte de doentes					
<b>6217</b>	Aparelhos complem. Terapêutica					
<b>Trabalhos executados exterior:</b>						
<b>Em entidades Ministério Saúde:</b>						
621811	Assistência ambulatória	11.136,98	31,01	31,00	31,00	38,50
621812	Meios Compl. Diagnóstico	213.002,68	234.748,03	234.745,78	223.576,08	27.429,40
621813	Meios Compl. Terapêutica	275.473,12	259.932,62	259.932,14	259.932,14	66.032,33
621814	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621815	Internamentos e Transportes de Doentes	0,00	841.495,36	841.495,23	1.325.877,26	0,00
621819	Outros Trabalhos Exec. Exterior	6.882,57	0,00	0,00	0,00	132,60
	<b>Total da conta 62181</b>	<b>506.495,35</b>	<b>1.336.207,02</b>	<b>1.336.204,15</b>	<b>1.809.416,48</b>	<b>93.632,83</b>
<b>Em outras entidades:</b>						
621891	Assistência ambulatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621892	Meios Compl. Diagnóstico	887.759,57	1.196.495,71	1.196.608,05	1.186.129,34	154.006,67
621893	Meios Compl. Terapêutica	56.545,44	189.535,74	189.534,51	190.683,79	19.299,74
621894	Produtos vendidos p/farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621895	Internamentos e Transportes de Doentes	299.727,95	457.940,56	455.639,47	447.293,03	42.273,23
621896	Aparelhos Compl. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621897	Assistência no estrangeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621898	Termalismo Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621899	Outros Trabalhos Exec. Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 62189</b>	<b>1.244.032,96</b>	<b>1.843.972,01</b>	<b>1.841.782,03</b>	<b>1.824.106,16</b>	<b>215.579,64</b>
	<b>TOTAL DA CONTA 6218</b>	<b>1.750.528,31</b>	<b>3.180.179,03</b>	<b>3.177.986,18</b>	<b>3.633.522,64</b>	<b>309.212,47</b>
6219	Outros subcontratos					
<b>Fornecimentos e serviços:</b>						
6221	Fornecimentos I	1.201.795,78	1.269.682,40	1.289.007,71	1.267.087,52	912.634,87
6222	Fornecimentos e serviços II	1.529.709,22	1.322.733,94	1.319.841,21	1.291.055,97	1.176.138,64
6223	Fornecimentos e serviços III	2.439.080,48	2.624.337,29	2.597.468,11	2.479.059,06	1.258.264,61
6229	Outros fornecimentos e serviços	77.105,95	89.536,58	89.467,09	86.909,41	17.179,28
	<b>Total da conta 622:</b>	<b>5.247.691,43</b>	<b>5.306.290,21</b>	<b>5.295.784,12</b>	<b>5.124.111,96</b>	<b>3.364.217,40</b>
	<b>Total da conta 62:</b>	<b>6.998.219,74</b>	<b>8.486.469,24</b>	<b>8.473.770,30</b>	<b>8.757.634,60</b>	<b>3.673.429,87</b>

63	Transferênc. Corrent. conced./Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>28.818.754,48</b>	<b>27.142.341,38</b>	<b>27.142.276,26</b>	<b>30.497.200,04</b>	<b>24.443.912,30</b>
	<b>Remunerações orgãos directivos</b>					
6411	Remunerações base	191.542,91	159.091,88	159.091,88	172.600,38	144.668,75
6412	Subsídio férias e natal	45.505,97	26.207,91	26.207,91	57.066,39	24.987,00
6413	Suplementos de remunerações	87.951,13	78.756,49	78.756,49	78.736,95	70.873,29
6414	Prestações sociais directas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6419	Outras remunerações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 641:</b>	<b>325.000,01</b>	<b>264.056,28</b>	<b>264.056,28</b>	<b>308.403,72</b>	<b>240.529,04</b>
	<b>Remunerações base do Pessoal</b>					
64211	RCTFP por tempo indeterminado	8.454.942,19	8.000.381,41	8.000.381,41	8.724.850,90	7.292.002,27
64212	Pessoal c/contracto a termo Resolutivo	1.040.969,12	1.115.659,21	1.115.659,21	1.219.998,57	1.019.605,87
64213	Pessoal em Reg. Contrato Individual Trabalho	6.685.511,10	6.259.801,06	6.259.801,06	6.855.012,97	5.692.949,72
64214	Pessoal em qualquer outra situação	44.893,37	77.571,31	77.571,31	84.171,19	67.570,14
	<b>Total da conta 6421:</b>	<b>16.226.315,78</b>	<b>15.453.412,99</b>	<b>15.453.412,99</b>	<b>16.884.033,63</b>	<b>14.072.128,00</b>
	<b>Suplementos Remuneratórios</b>					
642211	Horas extraordinárias	1.302.790,24	1.341.873,87	1.341.873,87	1.328.555,37	1.251.072,76
642212	Prevenções	109.544,54	124.155,82	124.155,82	124.337,82	115.971,33
642211	Noites e suplementos	810.858,69	779.105,38	779.105,38	780.608,82	711.449,27
642222	Subsídio de turno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64223	Abono para falhas	2.716,18	36.975,54	36.975,54	36.975,54	32.882,65
64224	Subsídio de refeição	1.004.611,92	1.003.224,94	1.003.224,94	1.000.346,23	919.353,60
64225	Ajudas de custo	7.278,04	7.856,67	7.856,67	7.856,67	6.767,67
64226/7	Vestuário, artig pes, alim e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
642281	SIGIC	522.500,00	297.345,88	297.345,88	58.614,86	297.345,88
642282 a 9	Outros Suplementos	484.500,00	573.999,98	573.999,98	573.999,98	529.061,97
	<b>Total da conta 6422:</b>	<b>4.244.799,61</b>	<b>4.164.538,08</b>	<b>4.164.538,08</b>	<b>3.911.295,29</b>	<b>3.863.905,13</b>
6423	Prestações sociais directas	26.481,56	25.086,11	25.086,11	25.086,11	24.236,99
6424	Subsídio férias e natal	2.649.954,18	1.623.136,28	1.623.136,28	3.052.058,07	1.500.986,06
6425	Prémios de Desempenho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
643	Pensões	190.000,00	250.734,86	250.734,86	263.885,06	243.575,57
645	Encargos s/remunerações	4.970.866,57	4.983.341,06	4.983.341,04	5.675.186,50	4.154.320,64
646	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	61.466,91	60.121,99	60.057,03	59.338,07	49.125,64
647	Encargos sociais voluntários	68.128,42	35.589,37	35.589,37	35.589,37	31.913,02
648	Outros custos com pessoal	55.741,44	125.030,26	125.030,12	125.030,12	124.935,12
6491	Bolsa de Estágio/Subsídio de Refeição		157.294,10	157.294,10	157.294,10	138.257,09
6492	Seguro		0,00	0,00	0,00	
	<b>Total da conta 64:</b>	<b>28.818.754,48</b>	<b>27.142.341,38</b>	<b>27.142.276,26</b>	<b>30.497.200,04</b>	<b>24.443.912,30</b>
65	Outros custos operacionais	10.000,00	17.611,90	17.611,90	17.551,61	3.933,11
66	Amortizações do exercício				1.329.801,91	
67	Provisões do exercício					
68	Custos e perdas financeiras	5.550,00	243,91	243,87	6.481,95	249,13
	<b>Custos e perdas extraordinários:</b>	<b>0,00</b>	<b>4.415,64</b>	<b>4.415,63</b>	<b>170.402,66</b>	<b>10.113.892,87</b>
691	Transferências de Capital Concedidas					
692	Dívidas Incobráveis					
693	Perdas em existências				54.425,73	
694	Perdas em imobilizações					
695	Multas e penalidades		4.415,64	4.415,63	10.040,63	10.040,63
696	Aumentos de Amortizações e Provisões					
697	Correcções relat exerc anteriores					10.103.852,24
698	Outros custos e perd extraordi				105.936,30	
	<b>Total da conta 69:</b>	<b>0,00</b>	<b>4.415,64</b>	<b>4.415,63</b>	<b>170.402,66</b>	<b>10.113.892,87</b>
	<b>TOTAL GERAL :</b>	<b>43.171.700,67</b>	<b>35.651.082,07</b>	<b>35.638.317,96</b>	<b>48.366.983,85</b>	<b>38.235.417,28</b>

**Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Proveitos e Ganhos)** *Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2014*

Código	Designação	ORÇAMENTADO	EMITIDO	COBRADO
	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>			
711	Vendas			
	<b>Prestações de Serviços SNS Contrato Programa</b>	39.794.676,88	36.641.302,94	35.653.812,05
71211	Internamento	17.974.760,30	16.740.880,75	16.036.396,04
71212	Consulta	6.827.851,84	6.541.247,63	6.510.967,04
71213	Urgência / S.A.P.	5.336.372,50	5.330.233,08	5.298.550,10
71214	Quartos particulares		0,00	0,00
71215	Hospital de dia	321.273,60	318.548,74	318.548,74
712161	Meios Complementares de diagnóstico.		0,00	0,00
712162	Meios Complementares de terapêutica		0,00	0,00
71218	Outras Prestações de Serviços de Saúde	9.334.418,64	7.710.284,74	7.489.350,13
71219	Outras Prestações de Serviços		108,00	
	<b>Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis</b>	2.776.271,22	2.298.619,18	1.826.476,32
71221	Internamento	390.671,22	266.725,92	166.725,92
71222	Consulta	32.825,00	21.458,15	9.458,34
71223	Urgência / S.A.P.	631.250,00	475.198,05	300.198,05
71224	Quartos particulares	179.550,00	180.174,75	130.174,75
71225	Hospital de dia	525,00	0,00	
712261	Meios Complementares de diagnóstico.	120.800,00	80.557,40	30.557,40
712262	Meios Complementares de terapêutica		0,00	
71227	Taxas moderadoras	1.417.500,00	1.272.029,45	1.186.886,40
71228	Outras Prestações de Serviços de Saúde	3.150,00	2.475,46	2.475,46
71229	Outras prestações de serviços	0,00	0,00	
	<b>Total da conta 712:</b>	<b>42.570.948,10</b>	<b>38.939.922,12</b>	<b>37.480.288,37</b>
72	Impostos e taxas		0,00	
73	Proveitos suplementares	75.000,00	61.910,42	56.900,42
	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>			
741	Transferências - Tesouro		0,00	
	<b>Transferências correntes obtidas:</b>			
7421	Da ACSS			
7422	Do P.I.D.D.A.C.			
7423	EU - Fundos Comunitários Proj não co-financiados			
7424	Quotas de Financiamento			
7429	Outras transferências correntes obtidas			
743	Subsid. correntes obtidos - O. entes públicos		81.745,37	227.516,83
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades			
	<b>Total da conta 74:</b>	<b>0,00</b>	<b>81.745,37</b>	<b>227.516,83</b>
75	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	<b>Outros proveitos e ganhos operacionais:</b>			
762	Reembolsos	520.000,00	476.207,81	
763	Produtos de fabricação interna		0,00	
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado		0,00	
769	Outros		1.024.248,16	1.112.549,77
	<b>Total da conta 76:</b>	<b>520.000,00</b>	<b>1.500.455,97</b>	<b>1.112.549,77</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	120.000,00	4.239,58	4.230,82
79	Proveitos e ganhos extraordinários	450.000,00	979.655,65	896.612,61
	<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>43.735.948,10</b>	<b>41.567.929,11</b>	<b>39.778.098,82</b>

**Mapa de Controlo do Orçamento de Investimentos:**

*Dados de valores acumulados à data de 31 Dezembro 2014*

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS/COBRADAS
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>						
421	Terrenos e recursos naturais					
422	Edifícios e outras construções	445.000,00	24.855,44	24.855,40	17.475,40	2.416,21
<b>423</b>	<b>EQUIPAMENTO BÁSICO:</b>					
4231	Médico-cirúrgico	107.500,00	75.357,22	71.143,05	71.139,34	27.859,63
4232	De imageria					
4233	De laboratório					
4234	Mobiliário hospitalar					
4235	De desinfecção e esterilização					
4236	De hotelaria		1.505,77	1.505,68	1.505,68	1.138,56
4239	Outro		36.339,09	36.288,13	33.675,35	7.280,68
<b>Total da conta 423:</b>		<b>107.500,00</b>	<b>113.202,08</b>	<b>108.936,86</b>	<b>106.320,37</b>	<b>36.278,81</b>
424	De transporte					139,42
425	Ferramentas e utensílios		29,01	28,99	28,99	14,76
<b>426</b>	<b>EQUIPAM. ADMINISTRATIVO e INFORMÁTICO</b>					
4261	Equipamento administrativo	117.700,00	945,90	822,41	822,40	889,43
4262	Equipamento informático		50.893,43	50.893,22	48.174,18	6.458,50
<b>Total da conta 4.2.6:</b>		<b>117.700,00</b>	<b>51.839,33</b>	<b>51.715,63</b>	<b>48.996,58</b>	<b>7.347,93</b>
427	Taras e vasilhame					
429	Outras					
<b>Total de Imobilizações Corpóreas</b>		<b>670.200,00</b>	<b>189.925,86</b>	<b>185.536,88</b>	<b>172.821,34</b>	<b>46.197,19</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>						
43	Imobilizações incorpóreas		6.767,91	6.767,91	86.495,60	6.767,90
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:</b>						
44	Imobilizações em curso					
<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>						
45	Bens de domínio público					
<b>TOTAL GERAL :</b>		<b>670.200,00</b>	<b>196.693,77</b>	<b>192.304,79</b>	<b>259.316,94</b>	<b>52.965,09</b>

## IX. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Introdução

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, pessoa colectiva nº 508 093 937, com sede no Largo Domingos Moreira, concelho de Santo Tirso, foi criado pelo Decreto – Lei nº. 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, por fusão do Hospital Conde de São Bento – Santo Tirso com o Hospital São João de Deus, E.P.E. de Vila Nova de Famalicão.

Constitui uma entidade pública empresarial integrada no Serviço Nacional de Saúde, e agrupa as duas referidas unidades hospitalares, tendo por objecto a prestação de cuidados de saúde de acordo com o seu grau de diferenciação e o seu posicionamento no contexto do Serviço Nacional de Saúde.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

Os valores indicados são expressos em Euros.

#### 8.1.1 – Identificação:

CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO AVE, E P E

Largo Domingos Moreira

4780 – 371 SANTO TIRSO

Telef. 252 830 700 Fax: 252 858 986

NIPC 508 093 937

CAE nº. 85110

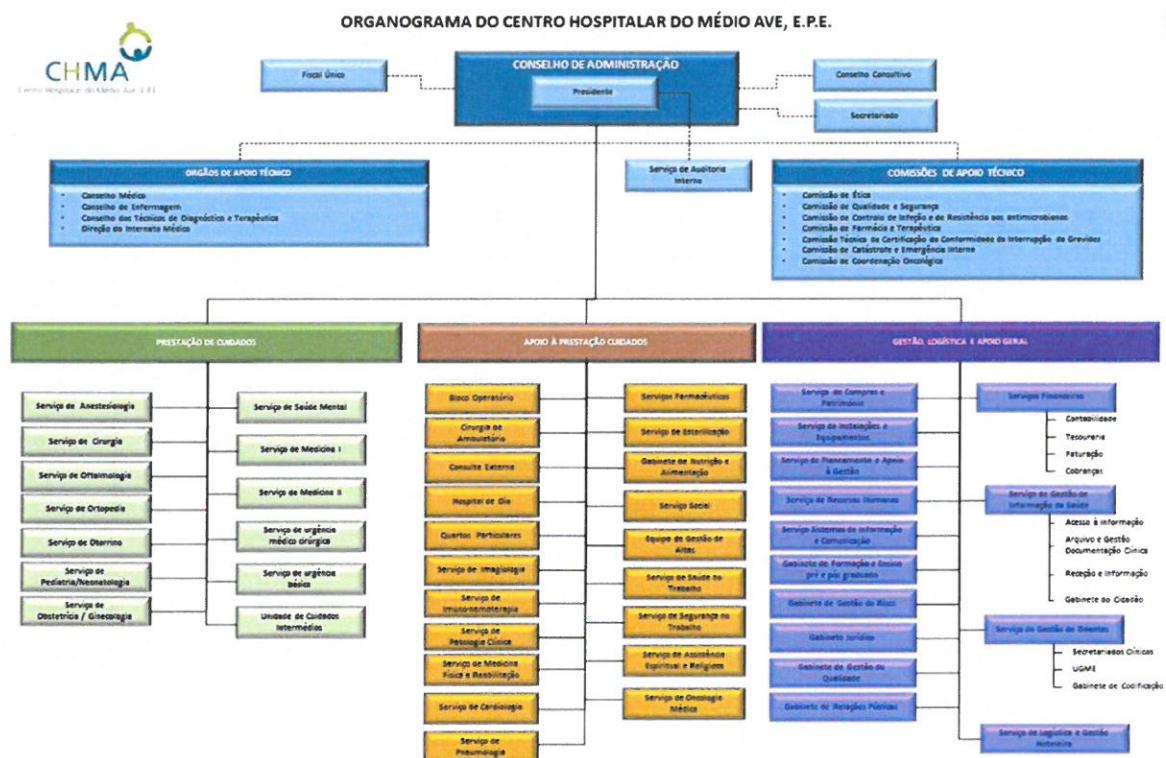
Regime: Aplica-se, com as necessárias adaptações, o regime jurídico, financeiro e de recursos humanos, constante dos capítulos II, III e IV do Decreto-Lei nº. 233/2005, de 29 de Dezembro.

#### 8.1.2 – Legislação:

- Decreto- Lei nº. 50-A/2007 de 28 de Fevereiro;

E demais legislação aplicável às entidades públicas de natureza empresarial.

### 8.1.3 – Estrutura organizacional efectiva:



APROVADO EM CAEV 01/10/2014  
HOMOLOGADO PELA ARS NORTE I.P., EM 19/11/2014

### 8.1.4 - Descrição sumária das actividades.

É um Estabelecimento de Saúde que presta cuidados de urgência, cuidados em ambulatório e em regime de internamento.

### 8.1.5 - Recursos humanos.

O quadro pessoal do Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE apresentava em 31/12/2014 um total de 1.053 Efectivos e 95 potenciais Prestadores de Serviços correspondentes a 23 ETC de 40 horas semana.

Regime:CT em Funções Públicas p/ Tempo Indeterminado

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
1	68	10	185	39	73	111	2	1

Regime:CT em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
	33							

Regime: CT em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
	28							

Regime: CT p/ tempo Indeterminado no âmbito Cód. Trabalho

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
4	79	21	162	37	37	147		3

Regime: CTR certo no âmbito do Código Trabalho

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
	1							

Regime: CTR incerto no âmbito do Código Trabalho

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
					1	3		

Regime: Comissão de Serviço no âmbito do LTFP

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
					1			

Regime: Comissão de Serviço no âmbito do Código Trabalho

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
1								

Regime: Prestadores de Serviços (Tarefa)

Dirigente	Médico	Técnico Superior	Enfermeiro	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Docente	Outro Pessoal
	94	1						

## LISTAGEM DE ORGÃOS/SERVIÇOS DIRECTORES DE SERVIÇO/COORDENADORES

SERVIÇO	NOME	CARGO
---------	------	-------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Américo dos Santos Afonso José Miguel Dias Paiva e Costa Maria de Fátima Magalhães Alves Machado Norberto da Conceição Nunes Olindina Celeste Machado de Sá	Presidente Vogal Executivo Vogal Executiva Diretor Clínico Enfermeira Diretora
---------------------------	---	--

ANESTESIA	Drª Maria de Fátima Campos Figueiredo	Diretora Serviço
-----------	---------------------------------------	------------------

BLOCO OPERATÓRIO	Dr. Mário Rogério Dias Oliveira Peixoto Enfª Maria Teresa D.L. Bastos Bacelar Fonseca Enfº Fernando Manuel da Costa Marques	Diretor Serviço Enfermeira Chefe Enfermeiro Chefe
------------------	---	---

CARDIOLOGIA	Drª Maria de Lurdes Costa Pimentel	Diretora Serviço
-------------	------------------------------------	------------------

CIRURGIA DE AMBULATÓRIO	Enfª Maria Teresa D.L. Bastos Bacelar Fonseca Enfº Fernando Manuel da Costa Marques	Enfermeira Chefe Enfermeiro Chefe
-------------------------	--	--------------------------------------

CIRURGIA GERAL	Dr. José Manuel Duarte Pinheiro Cardoso Enfª José Manuel Andrade Costa Enfª Carla Inês Soares Ribeiro	Diretor Serviço Enfermeiro Chefe Enfermeira Responsável
----------------	---	---

CONSULTA EXTERNA I E II	Enf. Pedro Manuel Costa Vieira de Castro Enf.ª Maria José Cardoso Maia Enf.ª Maria de Fátima Dias Fernandes	Enfermeiro Responsável Enfermeira Responsável Enfermeira Chefe
-------------------------	---	--

GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA BLOCO PARTOS	Dr.ª Angelina da Conceição Martins Pinheiro Enf.ª Maria José Cardoso Maia	Diretora Serviço Enfermeira Responsável
---	--	--

SERVIÇO	NOME	CARGO
---------	------	-------

HOSPITAL DE DIA	Dr.ª Marta Helena de Oliveira Novais da Silva Enf. Pedro Manuel Costa Vieira de Castro Enf.ª Maria José Rego Mendes Ribeiro	Diretora Serviço Enfermeiro Responsável Enfermeira Responsável
-----------------	---	--

IMAGIOLOGIA	Dr.ª Helena Maria Guedes Homem de Melo Téc. Armindo Renato Martins Sousa	Responsável Serviço Técnico Coordenador
-------------	---	--

IMUNOHEMOTERAPIA	Dr.ª Inês Maria Carneiro Fontes Téc. Gisela Mariana Rego Moreira	Diretora Serviço Técnica Coordenadora
------------------	---	--

MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	Dr. Alexandre Gomes Azevedo Reis Téc. Isabel Maria Costa Oliveira Bastos Téc. Maria Manuela F. Silva Sousa	Diretor Serviço Técnica Coordenadora Técnica Coordenadora
--------------------------------	--	---

MEDICINA INTERNA I	Dr. Augusto Fernando Oliveira Duarte Enf.ª Maria Luísa Dias da Costa Enf.ª Ana Maria da Cunha Alves Carvalho	Diretor Serviço Enfermeira Chefe Enfermeira Chefe
--------------------	--	---

MEDICINA INTERNA II	Dr.ª Maria Paula Mendes Baptista Enf.ª Maria José Ribeiro Carneiro	Diretora Serviço Enfermeira Chefe
---------------------	---	--------------------------------------

NUTRIÇÃO	Dr. João Pedro Tente Albuquerque Pinho	Responsável Serviço
----------	--	---------------------

OFTALMOLOGIA	Dr. João Manuel Quelhas Agulha	Diretor Serviço
--------------	--------------------------------	-----------------

ORTOPEDIA/ TRAUMATOLOGIA	Dr. Carlos Augusto Cardoso Guerra Enf. José Luís Guimarães Carneiro Ribeiro Enf.ª Carla Inês Soares Ribeiro	Diretor Serviço Enfermeiro Chefe Enfermeira Responsável
-----------------------------	---	---

SERVIÇO	NOME	CARGO
OTORRINO	Drª Ana Paula Cruz Gomes Ribeiro	Diretora Serviço
PATOLOGIA CLÍNICA	Dr.ª Helena Maria Florisa Ferreira Silva Téc. Gisela Mariana Rego Moreira	Diretora Serviço Técnica Coordenadora
PEDIATRIA/NEONATOLOGIA	Dr. José Manuel Gonçalves Oliveira Enf.ª Maria Fátima Dias Fernandes Enf.ª Angélica do Rosário L. Vilaça Correia Silva	Diretor Serviço Enfermeira Chefe Enfermeira Responsável
PNEUMOLOGIA	Drª Maria Augusta Fernandes Machado	Diretora Serviço
SAÚDE MENTAL	Drª Mariana Gomes Serra Lemos Enf.ª Maria de Fátima Dias Fernandes	Diretora Serviço Enfermeira Chefe
SAÚDE NO TRABALHO	Drª Graça Maria Fonseca S. Martinho	Coordenadora Serviço
SEGURANÇA NO TRABALHO	Enfº Paulo Gonzaga Seara Machado	Coordenador Serviço
URGÊNCIA	Dr. Francisco José Pereira Sampaio Enf. António Augusto Ribeiro da Silva Enfª Maria José Rego Mendes Ribeiro	Diretor Serviço Enfermeiro Chefe Enfermeira Responsável
FARMÁCIA	Dr.ª Carla Cristina Moreira Melo Téc. Rosa Pereira Barros Araújo	Diretora Serviço Técnica Coordenadora
SERVIÇO SOCIAL	Drª Aurora Maria Martins Cunhal	Coordenadora Serviço
GABINETE CIDADÃO	Drª Maria de Fátima Figueiredo Marques	Coordenadora Serviço
ESTERILIZAÇÃO	Enfº Jorge Augusto Sousa Carvalho	Enfermeiro Responsável

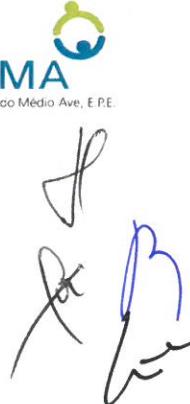
SERVIÇO	NOME	CARGO
GESTÃO DA QUALIDADE	Enfº António Carlos Santos Esteves	Gestor
GESTOR DO RISCO	Dr. Jorge Manuel Mira Nobre Mourão	Gestor
ASSISTENCIA RELIGIOSA E ESPIRITUAL	Padre Jorge Filipe Vilaça Barbosa Padre António Júlio Mariano	Capelão Capelão
AUDITOR INTERNO	Dr. Carlos Manuel Borges Lopes	Responsável
COMPRAS E PATRIMÓNIO	Dr. Miguel João de Brito Magalhães Lançós	Coordenador
GESTÃO DA INFORMAÇÃO DA SAÚDE	Drª Maria de Fátima Figueiredo Marques	Coordenadora
FINANCEIROS	Drª Rosa Maria Oliveira Matias Alves	Coordenadora
GABINETE FORMAÇÃO E ENSINO PRÉ PÓS GRADUADO	Enfª Maria Fernanda Pinheiro Costa Gomes Silva	Responsável
GABINETE JURÍDICO	Drª Cristiana Rodrigues Marques	Coordenadora
GESTÃO DE DOENTES	Drª Cristina Maria Santos Calado Farinha Mourão	Coordenadora
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	Dr. André Manuel da Silva Gonçalves	Coordenador
LOGÍSTICA E GESTÃO HOTELERA	Dr. Jorge Manuel Mira Nobre Mourão	Coordenador

SERVIÇO	NOME	CARGO
---------	------	-------

PLANEAMENTO E APOIO À GESTÃO	Drª Maria do Céu Silva Vivas	Coordenadora
---------------------------------	------------------------------	--------------

RECURSOS HUMANOS	Sr. José Adélio da Silva Oliveira	Coordenador
------------------	-----------------------------------	-------------

SISTEMAS INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Eng. Nuno Alexandre Lucas Rodrigues	Coordenador
--------------------------------------	-------------------------------------	-------------




#### 8.1.6 – Organização contabilística

- a. O CHMA, EPE, dispõe de Manual de Procedimentos Contabilísticos;
- b. O arquivo é mantido de acordo com os procedimentos legais em vigor e as normas internas estabelecidas para o efeito;
- c. O Sistema Informático existente no CHMA, EPE é o SIDC, aplicação desenvolvida pela ACSS;
- d. Não existe descentralização contabilística.

## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

8.2.1 – As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) e não são incluídas as não aplicáveis.

### 8.2.3 – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes e de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria 671/2000 de 17 de Abril.

#### b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, à excepção da avaliação dos bens móveis da unidade de Famalicão que não constavam do imobilizado do Hospital de S. João de Deus, EPE aquando da empresarialização dessa entidade do Sector Público Administrativo em Sociedade Anónima de acordo com o disposto no Artº.7º. do Decreto-Lei 294/2002 de 11 de Dezembro. As amortizações são calculadas de acordo com a legislação fiscal, sendo utilizado o método das quotas constantes, aplicando a taxas máximas da Portaria 671/2000 de 17 de Abril, seguindo o critério para inicio de amortização correspondente à data de aquisição do bem.

#### c) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

#### d) Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros encontram-se devidamente balanceadas pelo seu valor esperado de realização.

As provisões para cobrança duvidosa foram calculadas de acordo com a antiguidade de saldos e aplicando as taxas máximas fiscalmente aceites, tendo sido parcialmente anuladas por se manter a expectativa de recebimento dos respectivos saldos.

*(Handwritten signatures)*

e) Acréscimos e Diferimentos

O registo dos custos relativos à rubrica Acréscimos e Diferimentos teve por base a sua imputação aos exercícios a que respeitam.

*(Handwritten signature)*

#### 8.2.6 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento

Contém os valores despendidos com projectos de Acreditação de Qualidade do Centro Hospitalar e projectos de Certificação de Qualidade de serviços.

### 8.2.7 – Movimentos do Activo Imobilizado

Movimentos do activo imobilizado e respectivas Amortizações e Ajustamentos a Valores do Activo, de acordo com os quadros seguintes:

#### Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavalição/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transferência Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	79.727,70					79.727,70
Desp. Invest. Desenvolvim.	203.813,11		6.767,90			210.581,01
Prop. Ind. Outros Direitos						
Trespasses						
Imobilizações em Curso	0,00					0,00
Adiant. P/Con. Imob. Incorp.						
	283.540,81	0,00	6.767,90	0,00	0,00	290.308,71
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>						
Terrenos e Rec. Naturais						
Ed. e Outras Construções:	13.539.142,81		17.475,40			13.556.618,21
Equip. Básico	13.679.153,78		106.320,37			13.785.474,15
Equip. de Transporte	73.622,99		0,00			73.622,99
Ferramentas e Utensílios	22.865,43		28,99			22.894,42
Equip. Adm. e Informática	7.183.453,99		48.996,58			7.232.450,57
Taras e Vasilhame	0,00					0,00
Outras Imob. Corpóreas	838.626,25					838.626,25
Imobilizações em Curso	0,00					0,00
Adiant. p/conta Imob. Corp.						
	35.336.865,25	0,00	172.821,34	0,00	0,00	35.509.686,59

### Amortizações e Ajustamentos para Valores do Activo

	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	79.727,70			79.727,70
Desp. Invest. Desenvolvimento	173.246,37	14.122,54		187.368,91
Prop. Ind. Outros Direitos				
Trespasses				
	252.974,07	14.122,54	0,00	267.096,61
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Terrenos e Rec. Naturais				
Ed. e Outras Construções	4.472.329,37	164.216,26		4.636.545,63
Equip. Básico	12.583.115,32	457.018,68	0,18	13.040.133,82
Equip. de Transporte	63.003,41	4.429,44	0,02	67.432,83
Ferramentas e Utensílios	22.371,85	364,78		22.736,63
Equip. Administrativo	5.982.941,67	656.674,52	236,39	6.639.379,80
Taras e Vasilhame	0,00	0,00		0,00
Outras Imob. Corpóreas	782.089,78	32.975,90		815.065,68
	23.905.851,40	1.315.679,58	236,59	25.221.294,39
<b>Investimentos Financeiros:</b>				
Títulos e Outras Apl. Financeiras				
Outros Empréstimos Concedidos				

#### 8.2.12 – Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Foram immobilizados bens em edifícios de propriedade alheia no valor total de 13 556 618,21 € sendo o valor de 9 001 165,78 € da Unidade de Famalicão pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de V. N. de Famalicão e o valor de 4 555 452,43 € da Unidade de Santo Tirso pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso.



#### 8.2.17 – Outras Aplicações De Tesouraria

Os valores constantes no balanço referem-se a certificados especiais de dívida de curto prazo no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. e constam do seguinte quadro:

#### Outras Aplicações de Tesouraria

	Saldo Inicial	Reforço	Resgate	Saldo Final
Outros Fundos Imobiliarios - CEDIC	1.500.000,00			1.500.000,00

#### 8.2.22 – Valores globais das existências que se encontram fora das instituições:

As existências que se encontram em poder de terceiros são no valor de 42 969,97 € que corresponde à tabela discriminada:

Conta		Descrição	Nº. Factura	Valor
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22066488	18,45
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22066489	79,95
3162	Material Cons Clinico	Landilab	140413	7,29
3162	Material Cons Clinico	Medicinália Comrmedica Lda.	8700000895	1.827,44
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22064257	67,65
3162	Material Cons Clinico	Virtuoso - Trading	574	472,23

3162	Material Cons Clinico	Ortopedia Intenacional	1/776	460,04
3162	Material Cons Clinico	Coloplast Portugal Unipessoal	14002231	2.067,00
3162	Material Cons Clinico	Virtuoso - Trading Ld <sup>a</sup> .	571	924,96
3162	Material Cons Clinico	Covidien Portugal	51440	63,96
3162	Material Cons Clinico	Covidien Portugal	51250	861,00
3162	Material Cons Clinico	Covidien Portugal	51273	31,98
3162	Material Cons Clinico	Indas Portugal	414045078	106,85
3162	Material Cons Clinico	Indas Portugal	414045079	136,76
3162	Material Cons Clinico	B. Braun Medical, Ld <sup>a</sup> .	325351940	615,01
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22073945	98,40
3162	Material Cons Clinico	Nutricia Advanced Medical Nutrition Unipessoal	20143110670	101,48
3162	Material Cons Clinico	Docword, Ld <sup>a</sup> .	15730	78,86
3162	Material Cons Clinico	Bastos e Viegas	18406	121,77
3162	Material Cons Clinico	Docword, Ld <sup>a</sup> .	15712	96,48
3162	Material Cons Clinico	Docword, Ld <sup>a</sup> .	15731	254,08
3162	Material Cons Clinico	H.R. Hospitalar, Ld <sup>a</sup> .	10695	46,74
3162	Material Cons Clinico	B. Braun Medical, Ld <sup>a</sup> .	325352407	41,62
3162	Material Cons Clinico	B. Braun Medical, Ld <sup>a</sup> .	325352408	212,54
3162	Material Cons Clinico	Vacuette Portugal S.A.	2751	1.113,64
3162	Material Cons Clinico	Spcare Especialidades Farmacêuticas, Ld <sup>a</sup> .	10520	60,42
3162	Material Cons Clinico	P.M.H. Produtos Médicos Hospitalares	13371	1.131,60
3162	Material Cons Clinico	Eurocasmedicas - Prod. Hospitalares	14/7302	320,67
3162	Material Cons Clinico	Electromedicina - Ezaquiel Panão Jorge	117410	142,46
3162	Material Cons Clinico	B.Braun Medical , Ld <sup>a</sup> .	325353043	561,47
3162	Material Cons Clinico	B. Braun Medical, Ld <sup>a</sup> .	325353081	1.070,01
3162	Material Cons Clinico	Vygon (portugal) Ld <sup>a</sup> .	701/00200172	251,78
3162	Material Cons Clinico	Docworld, Ld <sup>a</sup> .	15682	35,35
3162	Material Cons Clinico	Safesis - João Lago	454	1.002,45
3162	Material Cons Clinico	Helder Gonçalves Assist. Técn.Equipam.	2918	324,72
3162	Material Cons Clinico	Docworld, Ld <sup>a</sup> .	15685	3.313,62
3162	Material Cons Clinico	Docworld, Ld <sup>a</sup> .	15681	1.061,49
3162	Material Cons Clinico	Johnson & Johnson Ld <sup>a</sup> .	161062	1.459,39
3162	Material Cons Clinico	Medicinária Comrmedica Ld <sup>a</sup> .	9100054641	332,10
3162	Material Cons Clinico	Artur Salgado, Ld <sup>a</sup> . Mat. Medico Cirurgico	6931	965,66
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22059631	178,35
3162	Material Cons Clinico	Biomet Merck Mova Saude e Ortopedia	1100147572	1.837,85
3162	Material Cons Clinico	Biomet Merck Mova Saude e Ortopedia	1100147092	1.123,90
3162	Material Cons Clinico	Biomet Merck Mova Saude e Ortopedia	1100147346	731,40
3162	Material Cons Clinico	MBA Portugal	15.142.563	938,68
3162	Material Cons Clinico	Biomet Merck Mova Saude e Ortopedia	1100147093	1.038,80
3162	Material Cons Clinico	Medicinária Cormedica, Ld <sup>a</sup> .	9100082625	1.091,80
3162	Material Cons Clinico	Artur Salgado, Ld <sup>a</sup> . Mat. Medico Cirurgico	6934	112,83
3162	Material Cons Clinico	Siemens Healthcare Diagnóstico	1031175748	601,32
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22052474	61,50
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074119	44,16
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074118	169,60
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074121	169,60
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074120	400,96
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074112	441,50
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074111	400,96



3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074113	400,96
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074114	181,06
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074115	42,40
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074116	656,83
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074117	182,32
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074127	169,60
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074128	400,96
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074126	518,09
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074125	400,96
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074124	333,39
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074123	90,10
3162	Material Cons Clinico	Stryker Portugal Produtos Médicos	22074122	441,49
		<b>SUB TOTAL</b>		<b>35.100,74</b>
3163	Produtos Alimentares	Vimadist - Distribuição Lda.	11833	106,54
3163	Produtos Alimentares	Nestle Produtos Alimentares	1091850195	20,01
3163	Produtos Alimentares	Vimadist - Distribuição Lda.	18433	76,05
3163	Produtos Alimentares	Vimadist - Distribuição Lda.	1408	-14,28
		<b>SUB TOTAL</b>		<b>188,32</b>
3164	Material Cons. Hoteleiro	Super Higiene	2664	36,90
3164	Material Cons. Hoteleiro	Rei & Rei	2681/14	94,71
3164	Material Cons. Hoteleiro	Rei & Rei	2681/14	774,90
3164	Material Cons. Hoteleiro	Rei & Rei	2685	1.164,07
3164	Material Cons. Hoteleiro	Tito e Fidalgo Lda. Lablab	3/141506	416,86
3164	Material Cons. Hoteleiro	Super Higiene	2663	12,40
3164	Material Cons. Hoteleiro	Maria Lourdes Sá Fernandes	93	16,80
3164	Material Cons. Hoteleiro	Maria Lourdes Sá Fernandes	94	20,00
		<b>SUB TOTAL</b>		<b>2.536,64</b>
3165	Mat. Cons. Administrativo	Dicas Virtuais	2013/160	79,34
3165	Mat. Cons. Administrativo	Enveloprinter	6370	33,95
3165	Mat. Cons. Administrativo	Artes Gráficas Mota & Ferreira	18233	384,50
3165	Mat. Cons. Administrativo	Artes Gráficas Mota & Ferreira	18230	814,26
3165	Mat. Cons. Administrativo	Artes Gráficas Mota & Ferreira	18231	194,34
3165	Mat. Cons. Administrativo	Enveloprinter	6366	29,37
3165	Mat. Cons.	Enveloprinter	6365	25,46



	Administrativo			
3165	Mat. Cons. Administrativo	Enveloprinter	6367	35,92
3165	Mat. Cons. Administrativo	Vale Mendonça Lda. Consumíveis p/escritório	1/435	110,09
3165	Mat. Cons. Administrativo	Vale Mendonça Lda. Consumíveis p/escritório	1/438	18,27
3165	Mat. Cons. Administrativo	Dicas Virtuais Unipessoal, Lda.	2013/323	278,00
3165	Mat. Cons. Administrativo	Artes Gráficas Mota & Ferreira	18232	244,09
3165	Mat. Cons. Administrativo	Artes Gráficas Mota & Ferreira	18253	528,90
		<b>SUB TOTAL</b>		<b>2.776,49</b>
3166	Material Cons. Manutenção	Tirsol - Electro Textil , Lda.	491325	68,09
3166	Material Cons. Manutenção	Electrobelmonte , Lda.	14035	1.307,86
3166	Material Cons. Manutenção	Electrobelmonte , Lda.	14033	421,85
3166	Material Cons. Manutenção	Electrobelmonte , Lda.	14036	430,34
3166	Material Cons. Manutenção	Alcino Freitas e Filho, Lda.	1727	38,25
3166	Material Cons. Manutenção	Luminal - Fernando da Silva Gonçalves	6293	58,34
3166	Material Cons. Manutenção	Geranswers	1/136	43,05
		<b>SUB TOTAL</b>		<b>2.367,78</b>
		<b>TOTAL</b>		<b>42.969,97</b>

#### 8.2.23 – Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2014, as dívidas de cobrança duvidosa de clientes totalizaram 704 994,78 €.

### 8.2.31 – Provisões

Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existência:				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
Produtos e trabalhos em curso				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos acabados e intermédios				
Mercadorias				
Dividas de terceiros:				
Clientes c/c				
Clientes – Títulos a receber				
Clientes de cobrança duvidosa	677.165,23		35.317,05	641.848,18
Empresas do grupo				
Empresas participadas e participantes				
Outros accionistas (sócios)				
Estado e outros entes públicos				
Outros devedores				
Subscritores de capital				
Títulos negociáveis:				
Acções em empresa do grupo				
Obrigações e títulos de participação em emp. do grupo				
Acções em empresas associadas				
Obrigações e títulos de participação em emp. associadas				
Outros títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria				



#### 8.2.32 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5 “Fundo patrimonial”

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51- Capital	26.642.791,00	16.700.000,00	0,00	43.342.791,00
57 - Reservas				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	32.868,85	0,00	0,00	32.868,85
578/9 - Outras Reservas				
59 - Resultados Transitados	-36.835.477,56	0,00	5.798.139,39	-42.633.616,95
88 - Resultados Líquidos	-5.798.139,39	5.798.139,39	6.807.288,20	-6.807.288,20
89 - Dividendos Antecipados				
<b>TOTAL</b>	<b>-15.957.957,10</b>	<b>22.498.139,39</b>	<b>12.605.427,59</b>	<b>-6.065.245,30</b>

#### 8.2.33 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Subsidiárias de Consumo
Existências Iniciais		636.394,18
Compras		7.692.017,51
Regularizações Existências		45.995,94
Existências Finais (Em Armazém)		694.504,67
Custos no Exercício	0	7.587.911,08

#### 8.2.35 – Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviço

Conta	Nacional	EU	Outros	TOTAL
Vendas	0			0
Prestações de serviços	38.939.922,12			38.939.922,12
<b>TOTAL</b>	<b>38.939.922,12</b>			<b>38.939.922,12</b>



#### 8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

Custos e Perdas	Exercícios	
	2014	2013
681-Juros Suportados	1.041,42	405,71
682-Perdas em Emp. do Grupo e Associadas		
683-Amortizações de Invest. em Imóveis		
684-Provisões para Aplicações Financeiras		
685-Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		
686-Descontos de Pronto Pagamento Concedidos		
687-Perdas na Alienação de Apli. de Tesouraria		
688-Outros Custos e Perdas Financeiras	5.440,53	9.907,42
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-2.242,37</b>	<b>262.610,35</b>
<b>Total</b>	<b>4.239,58</b>	<b>272.923,48</b>
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2014	2013
781-Juros Obtidos	4.099,92	6.636,36
782-Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas		
783-Rendimentos de Imóveis		
784-Rendimentos de Participações de Capital		
785-Diferenças Câmbio Favoráveis		
786-Descontos Pronto Pagamento Obtidos		
787-Ganhos na Alienação de Apli. de Tesouraria	139,66	
788-Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		266.287,12
<b>Total</b>	<b>4.239,58</b>	<b>272.923,48</b>

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

<b>Custos e Perdas</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
691-Donativos		0,00
692-Dívidas Incobráveis	0,00	3.601,88
693-Perdas em Existências	54.425,73	1.398,88
694-Perdas em Imobilizações	0,00	0,00
695-Multas e Penalidades	10.040,63	17.525,04
696-Aumentos de Amortizações e Provisões	0,03	0,00
697-Correc. Relativas a Exercícios Anteriores	0,00	859.880,83
698-Outros Custos e Perdas Extraordinários	105.936,30	0,00
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>809.252,56</b>	<b>630.003,28</b>
<b>Total</b>	<b>979.655,25</b>	<b>1.512.409,91</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
791-Restituição de Impostos		
792-Recuperação de Dívidas		
793-Ganhos e Existências	488.617,33	44.596,10
794-Ganhos em Imobilizações	0,00	1.050,00
795-Benefícios e Penalidades Contratuais	0,00	0,00
796-Reduções de Amortizações e Provisões	207.943,40	324,25
797-Correc.Relativas a Exercícios Anteriores	0,00	1.095.211,52
798-Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	283.094,52	371.228,04
<b>Total</b>	<b>979.655,25</b>	<b>1.512.409,91</b>

8.2.39 – Outras informações relevantes

Não aparecem relevadas as responsabilidades que eventualmente possam vir a existir relativamente a encargos com pensões (quota parte correspondente a responsabilidades futuras assumir por parte do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E).

PROCESSOS JUDICIAIS CONTRA O CHMA, E.P.E.

**1. Processo n.º 326/08.5 BEPNF - TAF Penafiel**

DATA DA ENTRADA: 25.06.2008

AUTOR: Maria Manuela Lopes Silva Araújo

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 112.473,37Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

**SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE**

- Em 11 de Março de 2014, foi proferida Sentença Absolutória, absolvendo o CHMA, E.P.E. do pedido contra si formulado pela Autora.
- Em 03 de junho de 2014 foram apresentadas contra-alegações de recurso no TCA Norte.

**2. Processo n.º 688/08.4 BEPNF - TAF Penafiel**

DATA DA ENTRADA: 26.11.2008

AUTOR: Amaro Teixeira Pereira

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 228.500,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

**Situação Atual: PENDENTE**

**3. Processo n.º 1061/09.2 BEPRT - TAF Porto**

DATA DA ENTRADA: 22.04.2009

AUTOR: Alberto Manuel Carneiro Ferreira

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 500.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

*(Handwritten signatures)*

**4. Processo n.º 2133/08.6 BELSB - TAF Penafiel**

DATA DA ENTRADA: 16.10.2008

AUTOR: Lisete Marília Ascenção M. Silva

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos (Sindicato Enfermeiros)

VALOR DA ACÇÃO: 2.011,73 euros

FUNDAMENTO: Créditos Salariais (Suplementos na situação de Licença de Gravidez de Risco, licença por Maternidade e Total de Horas de Amamentação)

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

**5. Processo n.º 195/10.5 BEPNF - TAF de Penafiel**

DATA DA ENTRADA: 19.03.2010

AUTOR: Anabela Coelho Silva

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 610.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE



**6. Processo n.º 139/10.4TBSTS - Tribunal Judicial de Santo Tirso**

**2º Juízo Cível**

DATA DA ENTRADA: 13.11.2009

AUTOR: Fénix Intersegur – Serviços de Prevenção e Segurança, Lda.

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 70.481,24 Euros

FUNDAMENTO: Indemnização por rescisão contratual

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

**7. Processo n.º 553/11.8BEPNF – TAF de Penafiel**

DATA DA ENTRADA: 20.09.2011

AUTOR: Ana da Conceição Ferreira dos Santos

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos

VALOR DA ACÇÃO: 44.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Alegada ilegalidade da passagem da A. à situação de licença sem vencimento de longa duração.

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

- Alegações finais entregues em 04.02.2015.

**8. Processo n.º 371/12.6BEPNF - TAF de Penafiel**

DATA DA ENTRADA: 24.03.2012

AUTOR: Marta Sofia Ramos Silva

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 100.800,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

*Jes  
X  
A*

**9. Processo n.º 14945/11.9YYLSB – 1º Juízo – 1ª Secção**

Juízos de Execução de Lisboa

DATA DA ENTRADA: 20.07.2011

AUTOR: Fénix Security Group, S.A.

NATUREZA DA ACÇÃO: Execução comum

VALOR DA ACÇÃO: 58.678,46 Euros

FUNDAMENTO: Cobrança de dívida relativa a fornecimento de serviços

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

**10. Processo n.º 385/12.6 BEBRG - TAF BRAGA**

Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 23.02.2012

AUTOR: Telhabel, S.A.

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação Declarativa de Condenação sobre a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: Euros 126.295,67

FUNDAMENTO: Cobrança de Dívida

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

- Transação Homologada por Sentença
- 2.ª Prestação liquidada em 31.01.2015

**11. Processo n.º 386/12.4 BEBRG - TAF BRAGA**

Unidade Orgânica 1



DATA DA ENTRADA: 23.02.2012

AUTOR: Telhabel, S.A.

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Declarativa de Condenação sobre a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: Euros 46.094,27

FUNDAMENTO: Cobrança de Dívida

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

- Transação Homologada por Sentença
- 2.ª Prestação liquida em 31.01.2015

**12. Processo n.º 134/12.9 BEPNF - TAF PENAFIEL**

DATA DA ENTRADA: 23.02.2012

AUTOR: Telhabel, S.A.

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Declarativa de Condenação sobre a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: Euros 51.783,78

FUNDAMENTO: Cobrança de Dívida

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

- Transação Homologada por Sentença
- 2.ª Prestação liquida em 31.01.2015

**13. Processo n.º 253/06.0 GCSTS- Tribunal Judicial de Santo Tirso**

**2.º Juízo Criminal**

Tribunal Judicial de Santo Tirso

2º Juízo Criminal

DATA DA ENTRADA: 04.11.2012

AUTOR: Célia Maria Moreira Martins

JL  
XW  
H

NATUREZA DA ACÇÃO: Processo-Crime C/ Pedido de Indemnização Civil

VALOR DA ACÇÃO: 194.672,39 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica, por facto imputados a Dr. José M.D.P. Cardoso.

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

- Sentença Condenatória
- Recurso apresentado em 30.09.2014 e Contra-Alegações apresentadas em 26.11.2014
- Processo remetido ao Tribunal da Relação do Porto em 06.02.2015.

**14. Processo n.º 1923/12.0 BEBRG - TAF Braga**

Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 06.12.2012

AUTOR: Célia Borges

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Sumária

VALOR DA ACÇÃO: 20.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

- A aguardar marcação de julgamento.

**15. Processo n.º 2358/12.0TBSTS -2º Juízo Cível**

TRIBUNAL JUDICIAL DE SANTO TIRSO

DATA DA ENTRADA: 05.06.2012

AUTOR: Dr. Humberto João Manuel da Paixão

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Declararia Comum de Condenação sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: Euros 82.717,10

FUNDAMENTO: Rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa.

**SITUAÇÃO ATUAL:** FINDO

- Transação Homologada por Sentença proferida em 30.01.2015
- Valor a liquidar pelo CHMA, E.P.E. de €2.400,00, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do trânsito em julgado da sentença.

**16. Processo n.º 540/13.10 BEBRG - TAF Braga**

Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 26.03.2013

AUTOR: Nuno Manuel Ferreira Teixeira e Outros

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum sob a forma Ordinária

VALOR DA ACÇÃO: 302.700,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

**SITUAÇÃO ATUAL:** PENDENTE

**17. Processo n.º 374/13.3TTVNF – Secção Única**

TRIBUNAL DO TRABALHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

DATA DA ENTRADA: 22.05.2013

AUTOR: Narciso de Oliveira Gomes

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação de Processo Comum

VALOR DA ACÇÃO: Euros 7.532,64

FUNDAMENTO: Indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes da situação de CIT e impedimento do exercício de funções.

**SITUAÇÃO ATUAL:** PENDENTE

- Em 10/04/2014, foi proferida Sentença Absolutória, absolvendo o CHMA, E.P.E. do pedido contra si formulado pelo Autor.
- Apresentado recurso em 14.05.2014;

- Apresentadas contra-alegações pelo CHMA, E.P.E.
- Sentença Absolutória confirmada por Acórdão do Tribunal da Relação de 06.11.2014.



**18. Processo n.º 1208/13.4 BEPRT - TAF PORTO**

Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 14.06.2013

AUTOR: Alexandra Vieira de Araújo e Outros

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos

VALOR DA ACÇÃO: Euros 30.00,01

FUNDAMENTO: Nulidade do Despacho 15630/2012 de 07 de Dezembro.

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

**19. Processo n.º 3308/13.1 TBSTS – 3º Juízo Cível**

TRIBUNAL JUDICIAL DE SANTO TIRSO

DATA DA ENTRADA: 09.10.2013

AUTOR: Maria do Céu Coelho Cunha Faria

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação de Processo Comum

VALOR DA ACÇÃO: Euros 119.619,00

FUNDAMENTO: Negligência Médica

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

- A aguardar o trânsito em julgado da sentença/recurso
- Sentença absolutória – declarada a incompetência material do Tribunal Judicial de Santo Tirso, notificada em 12.02.2015.

**20. Processo n.º 1733/12.4 BEPRT - TAF PORTO**

Unidade Orgânica 2

Relatório e Contas de 2014

Pág. 113 de 119

DATA DA ENTRADA: 09.07.2012

AUTOR: Dr. Carlos Augusto Cardoso Guerra, Dr. João Vaz de Oliveira da Costa Milheiro, Dr. João Duarte de Sousa Coutinho

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Comum Sumária

VALOR DA ACÇÃO: Euros 9.378,95

FUNDAMENTO: Reembolso dos descontos mensais efectuados no vencimento dos requerentes (SIGIC)

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE



**21. Processo n.º 408/12.9 BEPNF – TAF do Porto**

**Unidade Orgânica 5**

DATA DA ENTRADA: 28.05.2012

AUTOR: Ana Conceição Ferreira dos Santos

NATUREZA DA ACÇÃO: Intimação para a Defesa de Direitos, Liberdades e Garantias/Providência Cautelar

VALOR DA ACÇÃO: Euros 30.000,01

FUNDAMENTO: Passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

**22. Processo n.º 2829/13.0 BELSB**

**Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – 3.ª UO**

DATA DA ENTRADA: 09.12.2013

AUTOR: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos

VALOR DA ACÇÃO: Euros 30.000,01

FUNDAMENTO: Impugnação da prática de 40 horas semanais de trabalho, aos Enfermeiros em RCTFP, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 68/2013 de 29 de agosto

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE,

- Foi deduzida pelo CHMA, E.P.E. em 17.01.2014, a respetiva Contestação por Adesão à apresentada pelo Ministério da Saúde.

**23. Processo n.º 237/14.5 BEPNF – TAF PENAFIEL**

Unidade Orgânica 2

DATA DA ENTRADA: 09-04-2014

AUTOR: Dr. José Maria Dias, Eng. Vítor Boucinha e Dr. Ivo Sá Machado

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação Administrativa Especial de pretensão conexa com atos administrativos

VALOR DA ACÇÃO: Euros 67 013,40 Euros

FUNDAMENTO: Pagamento de férias

SITUAÇÃO ATUAL: FINDO

- A aguardar o trânsito em julgado da sentença/recurso
- Sentença absolutória – declarada a incompetência material do Tribunal

**24. Processo n.º 765/14.2 BEBRG – TAF BRAGA**

Unidade Orgânica 1

DATA DA ENTRADA: 28-04-2014

AUTOR: Sérgio Manuel Rosa Guerra e esposa Alexandra Carla Araújo Faria

NATUREZA DA ACÇÃO: Ação Administrativa Comum

VALOR DA ACÇÃO: Euros 520.000,00 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

*SL  
for  
B  
H/W*

**SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE**

- Contestação apresentada em 02.07.2014

**25. Injunção n.º 71482/14.0 YIPRT**

Balcão Nacional de Injunções

DATA DE ENTRADA: 06-06-2014

REQUERENTE: Schindler – Ascensores e Escadas Rolantes, S.A.

NATUREZA DA ACÇÃO: Injunção – Cobrança Faturas

VALOR DA ACÇÃO: 27.922,46 EUROS

FUNDAMENTO: Cobrança de dívida relativa a fornecimento de serviços

**SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE**

- A Aguardar Julgamento agendado para 13.04.2015.

**26. Injunção n.º 137628/14.7 YIPRT**

Balcão Nacional de Injunções

DATA DE ENTRADA: 24-09-2014

REQUERENTE: Schmitt – Elevadores, Lda

NATUREZA DA ACÇÃO: Injunção – Cobrança Faturas

VALOR DA ACÇÃO: 3.157,34 EUROS

FUNDAMENTO: Cobrança de dívida relativa a fornecimento de serviços

**SITUAÇÃO ATUAL: FINDO**

- Transação realizada pelo valor de 2.159,53 Euros, liquidado em 04.12.2014.

**27. Processo n.º 2864/14.1 BEBRG – TAF Braga – Unidade Orgânica 1**

DATA DA ENTRADA: 29.12.2014

AUTOR: Vera Cristina Marques Carvalho

NATUREZA DA ACÇÃO: Acção administrativa Comum

VALOR DA ACÇÃO: 393.363,14 Euros

FUNDAMENTO: Negligência Médica

SITUAÇÃO ATUAL: PENDENTE

- A correr prazo para contestar.

ph

Santo Tirso, 31 de Março de 2015

O Conselho de Administração

Presidente

Vogal

Vogal

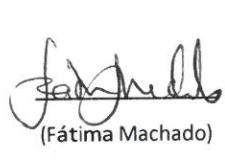
Diretor Clínico

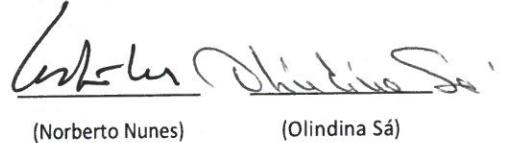
Enf<sup>a</sup> Diretora

  
(Américo Afonso)

---

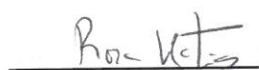
  
(Miguel Paiva)

  
(Fátima Machado)

  
(Norberto Nunes)

(Olindina Sá)

O Técnico Oficial de Contas

---

(Rosa Matias)

TOC nº 76781

## X. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

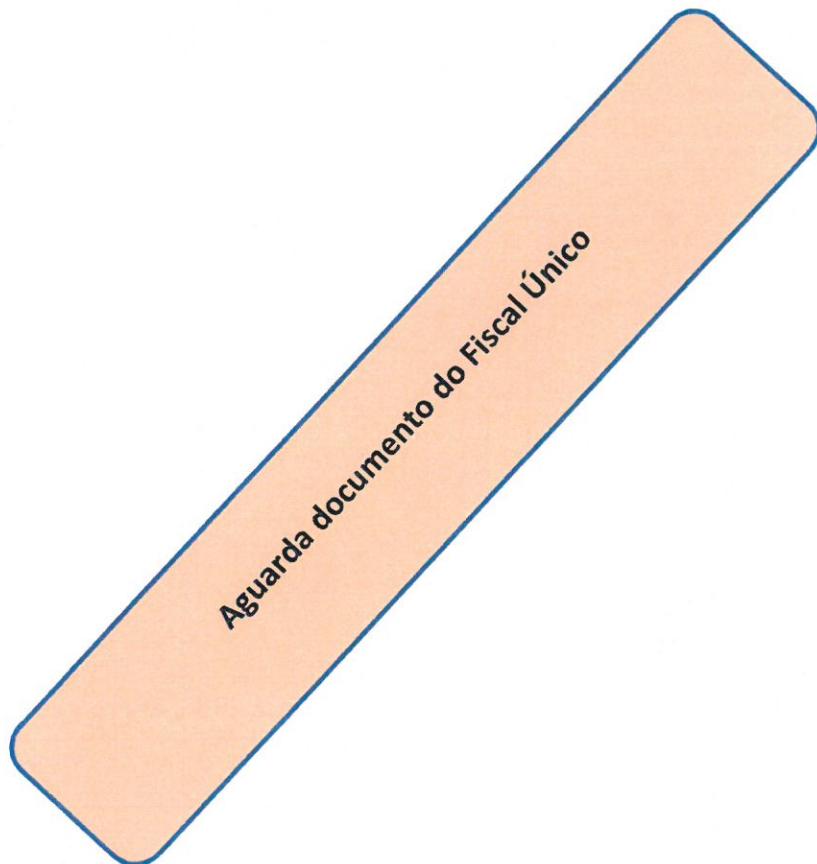
H  
P  
A  
L  
M

AT

Aguarda documento do Fiscal Único

JH  
JL  
LB  
LZ

**XI. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



AS

